

COLLECÇÃO  
DA  
LEGISLAÇÃO NOVISSIMA  
DO  
ULTRAMAR

MINISTERIO DAS COLONIAS  
ARQUIVO

1908

---

---

VOLUME XXXVI

---

---



LISBOA  
COMPANHIA TYPOGRAPHICA

Rua do Ferregial de Baixo, 18 a 20

1910

# INDICE CHRONOLOGICO

## DO VOLUME XXXVI

DA

### LEGISLAÇÃO NOVISSIMA DO ULTRAMAR

1908

	Pag.		Pag.
<b>Janeiro</b>		<b>Fevereiro</b>	
3--Portaria provincial reduzindo a taxa de occupação de terrenos na margem esquerda do porto de Lourenço Marques . . . . .	3	29--Officio auctorisando a ampliação da carreira de tiro na cidade da Praia, em Cabo Verde . . . . .	219
12--Decreto approvando o Codigo das Communidades do Estado da India ( <i>Vide Er atas</i> ) . . . . .	3	29--Officio resolvendo sobre a maneira de se abonar o subsidio de residencia eventual . . . . .	220
12--Decreto não tomando conhecimento de um recurso sobre contribuição industrial em Cabo Verde . . . . .	186	31 Officio communicando a approvação das tarifas de passagens para a Africa occidental nos paquetes da Empresa nacional de navegação . . . . .	220
17--Portaria (do Governo geral d'Angola) alterando uma disposição do regulamento do imposto de <i>cutata</i> . . . . .	186	<b>Fevereiro</b>	
20--Decreto approvando o regulamento de sanidade maritima no territorio da Companhia de Moçambique . . . . .	187	1--Proclamação de Sua Majestade El Rei D. Manuel II . . . . .	220
20--Decreto modificando o contracto com a Companhia das aguas de Loanda, de 12 de dezembro de 1885 . . . . .	205	1--Portaria determinando luto geral pela morte de El-Rei D. Carlos I e do Principe D. Luiz Filippe . . . . .	221
20--Decreto estabelecendo o emolumento pelo reconhecimento de assignaturas des consules portuguezes na Africa do Sul, Zanzibar e India . . . . .	206	1--Decreto estabelecendo o formulario para os diplomas no reinado de D. Manuel II . . . . .	221
20--Decreto concedendo o Real Beneplacito ao Breve pontificio que declarou de proceito de guerra em Moçambique o dia de S. Francisco Xavier . . . . .	207	1--Portaria facilitando o reconhecimento das assignaturas de funcionarios consulares em documentos a servir na provincia de Moçambique . . . . .	222
20--Decreto modificando o limite das duas freguezias da ilha de Moçambique . . . . .	207	1--Officio communicando a auctorisação da transferencia para Bolama da sede do consulado da Allemanha . . . . .	222
20--Decreto approvando o regulamento para a concessão da medalha militar . . . . .	207	1--Officio auctorisando a admissão de quatro praticantes nos correios de Cabo Verde . . . . .	223
20--Decreto concedendo a reforma por equiparação a alguns officiaes dos quadros do ultramar . . . . .	216	1--Officio declarando poder o governador geral de Moçambique exonerar dos empregos de sua nomeação . . . . .	223
20--Decreto estabelecendo a reforma de certos officiaes dos quadros do ultramar e as condições para se empregarem em commissões sedentarias ( <i>Vide Erratas</i> ) . . . . .	217	12--Decreto concedendo amnistia para certos crimes praticados por officiaes e praças do exercito e da armada, e indultando algumas d'estas ultimas praças . . . . .	223
20--Decreto creando o «fundo das escolas» para as praças de pret no ultramar . . . . .	218	14--Officio dando esclarecimentos sobre o abono do vencimento do pharoleiro do Ilheu dos Passaros, em Cabo Verde . . . . .	224
23--Portaria resolvendo duvidas sobre a interpretação das disposições que mandam applicar no ultramar leis do reino . . . . .	219	15--Decreto regulando a concessão de terrenos exclusivamente destinados á cultura do algodão . . . . .	224
24--Officio mandando tornar extensivo a 2.ª officiaes do circulo aduaneiro da costa occidental d'Africa o abono de passagens em 1.ª classe . . . . .	219	15--Decreto concedendo o aforamento de um terreno para edificações em Mossamedes . . . . .	225
		15--Decreto mandando constituir com subditos portuguezes a maioria dos directores da Camara de commercio de Lourenço Marques . . . . .	226

	Pag.
15—Portaria concedendo a José Roberto da Silva o exclusivo da exploração dos valores abandonados no fundo dos mares da ilha da Boa Vista, de Cabo Verde.....	226
15—Decreto concedendo as prerogativas de egreja parochial, quanto a baptismos e casamentos, a uma egreja e uma capella em Cabo Verde..	226
15—Decreto alterando e substituindo o regulamento do registo civil de Angola.....	227
18—Portaria approvando o projecto de um lanço do caminho de ferro de Benguella.....	233
22—Decreto negando provimento a um recurso contra a condemnacão da Mesa administrativa de um pagode da India no pagamento do prejuizo havido n'uma arremataçãõ de lixo.	233
22—Decreto pondo á disposicão do Ministerio da mariuba um corpo expedicionario de tropas para a Guiné ..	235
24—Officio resolvendo a creacão de uma estacão postal na ilha do Fogo, em Cabo Verde.....	236
25—Officio mandando passar gratuitamente as certidões de effectividade de serviço dos professores de ensino primario da India.....	237
27—Decreto dissolvendo a Camara dos deputados e convocando as Côrtes geraes.....	237
27—Decreto mandando proceder ás eleições de deputados.....	238
27—Decreto approvando o regulamento da Secretaria geral do Governo dos territorios da Companhia do Nyassa	238
27—Decreto mandando abrir um credito especial para as despesas de operações militares na Guiné.....	244
29—Portaria providenciando sobre o serviço de liquidacão de contas de va- les inter-provinciaes.....	244

## Marco

6—Portaria nomeando uma Comissão para estudar a construcção do caminho de ferro de Quelimane . . . . .	244
10—Decreto auctorisando a estação postal de Calulo a permutar val's provinciaes . . . . .	245
10—Decreto determinando o alargamento da via do caminho de ferro de S. Thomé . . . . .	245
10—Decreto estabelecendo a equivalencia de serviços para effeito de promoção a alfineres nos quadros do ultramar . . . . .	245
12—Officio approvando o contracto celebrado com a Companhia agricola de Cazengo para o transporte de café . . . . .	246
16—Officio mandando dar instrucção para isenção de direitos dos objectos de uso official dos consulados brazileiros . . . . .	248
16—Officio determinando a accumulação das ajudas de custo dos facultativos, quando em campanha . . . . .	248

	Pag.
18—Decreto augmentando 25 por cento ao tempo de serviço no Humbe e além Cunene para os effectos do art.º 6.º do decreto de 11 d'agosto de 1900.	248
18—Decreto extinguindo e substituindo a companhia mista de artilharia de moutanha e infantaria de Timor .	249
21—Officio esclarecendo duvidas sobre a exigencia de fiança aos emigrantes sujeitos ao recrutamento em Cabo Verde. ....	250
24—Portaria approvando o projecto de dois lanchos do caminho de ferro de Benguella .....	250
26—Decreto determinando a expropriação de varios predios para saneamento do <i>Bairro Chiuiz</i> , em Macau.....	250
26—Decreto extinguindo o pelotão de cavallaria do corpo de policia de Macau .....	252
26—Decreto approvando o regulamento das officinas navaes da Guiné.....	252

**Abril**

2—Decreto mandando substituir as tarifas de 1901 para transporte de café no caminho de ferro de Loanda a Ambaca .....	258
4—Portaria exonerando um membro da missão medica do estudo da doença do somno, na ilha do Principe .....	259
9—Decreto modificando o contracto de concessão do caminho de ferro de Benguella .....	260
9—Portaria mandando abrir concurso para a dragagem do canal da Polana, em Lourenço Marques .....	260
9—Decreto mandando abrir um credito especial para construcção do caminho de ferro de Mossamedes .....	270
9—Decreto adicionando uma linha ao § 2.º do artigo 6.º do regulamento de 20 de janeiro para concessão de meda ha militar .....	270
9—Officio declarando não competir ao Governo a approvaçã do regulamento de um orphanato fundado pelo bi-po de Macau .....	271
22—Portarias approvando dois projectos de lanços do camiuh de ferro de Benguella .....	271
23—Decreto approvando o regulamento do imposto de capiração no districto autonomo de Timor .....	272
23—Decreto confirmando a annullação de um processo de execução por divida á Comunidade de Tivim, no Estado da India .....	276
23—Decreto auctorisando a Companhia do Dombe Grande a conservar bens immobiliarios .....	277
23—Decreto estabelecendo as condições para a redução do foro inicial em terrenos aproveitados para pastagens e criação de gado .....	278
23—Decreto regulando o serviço de emigração de indigenas d'outras provincias para a de S. Thomé e Principe .....	278

23—Officio regulando o serviço do ensino da gymnastica nos lyceus de Nova Gôa e Macau .....	294
21—Officio dando esclarecimentos sobre um pedido de abonos, relativos ao serviço de correição, feito por um juiz de direito .....	294

### Maio

7—Decreto approvando os estatutos da «Sociedade portugueza da Cruz Vermelha» .....	294
8—Decreto concedendo amnistia para os delictos politicos, de imprensa e outros, e reduzindo as penas de alguns réus .....	301
14—Decreto concedendo a medalha «Rainha D. Amelia» por serviços na campanha dos Dembos .....	302
14—Decreto alterando o regulamento dos correios ultramarinos, quanto a premio e percentagens por declaração de valor .....	303
14—Decreto elevando o porte das cartas permutadas no ultramar e o das expedidas para o reino e ilhas adjacentes .....	303
20—Contracto de concessão do jazigo de petroleo de Pualaca, na ilha de Timor .....	304
30—Alvará approvando os estatutos da «Associação commercial da Zambezia» .....	305

### Junho

6—Portaria concedendo a um cidadão suíço a confimação da transmissão por arrematação judicial de parte da propriedade de duas concessões de terrenos no Congo .....	310
11—Decreto-rejeitando um recurso relativo ao concurso para dois logares de amanuense da Secretaria geral do Governo do Estado da India .....	310
16—Officio regulando o abono de ajudas de custo ao pessoal da missão agromonica de Cabo Verde .....	312
16—Officio declarando a forma de contar o tempo de serviço aos empregados nomeados provisoriamente interinamente pelos governadores de districto da provincia de Moçambique .....	312
20—Officio declarando em que caso os manifestos de minas devem considerar-se caducos .....	312
22—Portaria (provincial) creando o «Commando militar e administração civil» de Nagar-Avelly, no Estado da India .....	313
22—Idem, organisando junto do sobredito Commando o corpo da policia especial e o das tropas de 2.ª linha .....	319
22—Idem, estabelecendo a «Organisação agraria» do dominio rural do dito Estado em Nagar-Avelly .....	322

22—Portaria (provincial) constituindo em districto fiscal os territorios do dito Commando de Nagar-Avelly .....	353
23—Decreto approvando um Accordo para a permutação directa de encomendas postaes entre a provincia de Moçambique e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda .....	356
25—Portaria declarando impender á Camara municipal de S. Thomé o encargo de fornecer casas para os cartorios judiciais da respectiva comarca .....	358

### Julho

3—Portaria estabelecendo instrucções para execução do Accordo internacional sobre livretes de identidade .....	358
7—Officio declarando quem deve resolver em ultima instancia as reclamações sobre demarcação de <i>climas</i> mineiros na India .....	359
9—Decreto concedendo, por aforamento, a Antonio Pinto de Miranda um terreno baldio em Mossamedes (Vide Erratas) .....	359
22—Officio declarando que os prelados do ultramar não podem nomear missionarios .....	360
23—Decreto mandando abrir um credito especial para construção do caminho de ferro de Mossamedes .....	360
23—Decreto approvando o regulamento relativo ao estabelecimento de casas de penhores na India .....	361
23—Officio declarando poder o governador da Guiné exigir do respectivo inspector informções acerca do pessoal de fazenda .....	365
24—Officio estabelecendo a interpretação a dar ás disposições que regulam a nomeação de substitutos dos juizes de direito .....	366
25—Officio enviando copia da Portaria que approvou uma alteração ao regulamento da matança de gado suíno em Macau .....	366

### Agosto

14—Officio declarando não carecer de confirmação superior a nomeação dos empregados das Repartições superiores de fazenda para serviço das Repartições de fazenda subalternas .....	367
15—Portaria approvando o regulamento para execução de continencias e honras militares .....	367
27—Officio auctorizando a transference para S. Vicente da escola de pilotagem de Cabo Verde .....	401
27—Portaria nomeando uma Comissão para estudar a organização de escolas para crianças de pret e a forma de promoção aos postos inferiores .....	401



28—Officio indicando o official que deve ser nomeado para o Conselho tecnico de obras publicas de Macau	Pag 402
31—Contracto provisorio para a construcção do primeiro troço do caminho de ferro de São Thomé, e do ramal da alfandega	402

### Setembro

3—Alvará approvando os estatutos da «Associação commercial da India portugueza»	407
5—Officio resolvendo duvidas sobre o abono de subsidio de marcha aos facultativos do ultramar	415
9—Carta de lei auctorisando a cunhagem de moeda de prata e applicando o lucro da amoedação ao pagamento de dividas da provincia de Angola	415
9—Carta de lei auctorisando a abertura de um credito especial para occorrer ao pagamento de dividas em Angola e Timor	417
9—Officio mandando adoptar um modelo para os certificados de mobiliars e roupas de uso de individuos vindos do ultramar para residirem no reino	417
9—Carta de lei auctorisando a cobrança das receitas do Estado em 1908-1909, e a sua applicação ás despesas publicas ( <i>Vide Erratas</i> )	418
9—Carta de lei concedendo pensão vitalicia e outras regalias ás praças de pret agraciadas com aquilher grau da Ordem da Torre e Espada	434
9—Officio approvando, definitivamente, com alterações, o regulamento geral para a concessão de terrenos na provincia de Macau	436
12—Decreto determinando a distribuição das despesas do ultramar a realizar na metropole em 1908-1909	440
14—Officio declarando em que caso é devida aos officiaes a ajuda de custo indicada na tabela do decreto do 24 de dezembro de 1906	441
17—Carta de lei approvando a Convenção para a prohibição do trabalho nocturno das mulheres empregadas na industria	442
17—Idem, as Convenções, celebradas na Haia, sobre o direito internacional privado	442
17—Idem, a Convenção radio-telegraphica internacional e respectivo protocolo final, celebrados em Berlin	443
17—Idem, auctorisando o Governo a fazer executar o Accordo entre Portugal e a Russia para modificação do protocolo final da Convenção commercial de 9 de julho de 1895	443
18—Idem, approvando a Convenção de maio de 1908, com os Estados Unidos da America, para definir a nacionalidade de emigrantes	444
18—Idem, a de 1 de outubro de 1904, com os Paizes Baixos, para demarcação das possessões na ilha de Timor, e a da mesma data sujeitando á ar-	

bitragem do Tribunal permanente da Haia as divergencias previstas pelas Convenções entre os dois paizes	444
18—Carta de lei approvando a Convenção de 7 de maio de 1908 com os Estados Unidos da America para extradicação de criminosos	445
18—Idem, approvando os Accordos e Convenções de arbitragem, celebrados com diversos paizes para regular a applicação do principio de arbitragem internacional	445
21—Carta régia confirmando a Convenção de arbitragem com os Estados Unidos da America	447
21—Idem, a Convenção com os Estados da America para extradicação de criminosos	448
21—Idem, a Convenção para definir a nacionalidade dos emigrantes dos territorios portuguezes para os Estados Unidos da America e vice-versa	457
25—Carta de lei estabelecendo o imposto a que ficam sujeitas as aguas mineraes e medicinas estrangeiras no ultramar	458
25—Idem, estabelecendo a graduación que nos concursos compete aos concorrentes habilitados com o curso ordinario da Escola colonial	459
25—Decreto approvando os novos estatutos da Companhia das aguas de Loanza	460
26—Decreto mandando abrir um credito especial para pagar diversas despesas das provincias ultramarinas	467
26—Idem, idem, para pagamento das dividas de Angola e Timor	467

### Outubro

1—Decreto mantendo a prohibição de qualquer imposto, nas provincias portuguezas de Africa, sobre os vinhos de produção nacional ( <i>Disposições referentes ao ultramar</i> )	463
1—Officio communicando a prorogação do prazo para a demarcação do jazigo de petroleo de Paulaca, em Timor	467
2—Portaria esclarecendo duvidas sobre a concessão de licenças aos funcionarios ultramarinos	469
2—Carta régia confirmando a Convenção de arbitragem, celebrada com a Confederação suissa em 1905	470
2—Idem, a Convenção de arbitragem celebrada com o Império austro-hungaro em 1906	472
2—Idem, a Convenção com os Paizes Baixos para a demarcação das respectivas possessões na ilha de Timor	474
2—Idem, a Convenção de arbitragem com os Paizes Baixos, celebrada em outubro de 1904	479
2—Idem, a Convenção de arbitragem com a Dinamarca, celebrada em 1907	481
Idem, confirmando a Convenção de arbitragem com a Suecia e Noruega	483

Pag.

5—Officio auctorisando o governador geral da India a aceitar uma bandeira nacional offerecida para a guarda militar .....	486
8—Decreto mandando conceder a medalla «Rainha D. Amelia» por serviços nas operações militares da Guiné .....	486
8—Portaria concedendo a Angelo Squassoni o exclusivo da exploração dos valores abandonados no fundo dos mares da ilha de S. Thiago, em Cabo Verde .....	487
14—Officio approvando a distribuição de fundos para obras publicas em Timor, relativa a 1908-1909 .....	487
15—Officio auctorisando a estação postal de S. Vicente de Cabo Verde a emitir vales inter-provinciaes .....	490
15—Decreto mandando conceder a medalla «Rainha D. Amelia» por serviços nas operações militares na região dos Dambos, em Angola .....	490
17—Portaria nomeando uma Comissão para estudar projectos tendentes a melhorar a situação e oconomica de Cabo Verde .....	490
21—Officio approvando a doutrina de uma circular do governador geral da India, relativa á obrigação das Repartições dos districtos de Damão e Diu communicarem aos respectivos governadores as ordens recebidas das Repartições superiores de Goa .....	490
22—Decreto creando uma capellania-escola na aldeia de Tuém, do Estado da India .....	491
22—Decreto approvando o regulamento para o abono de ajuda de custo, bagageira e augmento de vencimento por diuturnidade de serviço .....	491
22—Carta régia confirmando o Accordo de arbitragem com a Republica franceza, concluido em 29 de junho de 1906 .....	497
23—Portaria (provincial) approvando o regulamento para as concessões de terrenos na restinga do Lobito, em Angola .....	498
27—Officio communicando a supressão da agencia consular da Austria Hungria em S. Thiago de Cabo Verde .....	506
28—Portaria interpretando o decreto de 18 de janeiro de 1906, no tocante á preferencia do curso da Escola colonial para o provimento de cargos ultramarinos .....	506
28—Officio communicando terem sido auctorisados a tocar em S. Vicente de Cabo Verde os vapores da Empresa nacional de navegação do serviço da costa occidental d'Africa .....	506
29—Decreto alterando as taxas de licenças para estabelecimento de linhas e estações telegraphicas e telephonicas a cargo de particulares, em Cabo Verde .....	506
29—Decreto approvando a tabella dos emolumentos da Camara ecclesiastica da prelazia de Moçambique ..	507

## Novembro

Pag.

5—Decreto adiando até resolução ulterior a circulação dos novos sellos e mais fórmulas de franquia postaes do ultramar .....	509
9—Officio declarando não competir ao governador geral da India a nomeação de ajudantes dos funcionarios judiciaes .....	509
14—Decreto mandando tomar conhecimento pelo Conselho de provincia de um recurso do agente da filial do Banco ultramarino em Benguella, collectado em contribuição industrial .....	510
14—Decreto negando provimento n'um recurso do inspector de fazenda da India, relativo ao facto de terem sido mandados collectar só pelo preço do arrendamento alguns predios de um pagode .....	510
14—Decreto alterando um artigo do regulamento dos serviços do recrutamento, da 24 de dezembro de 1901 .....	512
15—Decreto applicando a lei de 19 de janeiro de 1827 sobre pensões aos officiaes e praças das forças ultramarinas .....	512
17—Officio (circular) auctorisando accordos com alguns governadores das colonias britannicas para um regimen de mutuas communicações sanitarias .....	513
19—Officio communicando a prorrogação do praso para o começo da exploração do jazigo de petroleo em Timor .....	513
19—Officio resolvendo duvidas sobre a forma de revisão das matrizes prediaes no Estado da India .....	514
21—Decreto regulando o lançamento de impostos e estabelecendo preceitos para a execução dos serviços de contabilidade no ultramar .....	516
21—Decreto auctorisando a cobrança das receitas das provincias ultramarinas no exercicio de 1908-1909, e fixando as respectivas despesas .....	530
26—Formulario para os contractos a celebrar pelo Governo .....	1563
28—Decreto não computando como contribuição directa, para os effeitos eleitoraes, o imposto de palhota na provincia da Moçambique .....	1565
30—Decreto regulando como em Angola o praso para a pronuncia dos presos em Timor .....	1565

## Dezembro

3—Officio estabelecendo a interpretação da lei no abono de ajuda de custo aos officiaes com direito a augmento de vencimento por diuturnidade de serviço .....	1566
10—Officio declarando não poder ser alterado o regulamento de 1902 para concessão de passaportes em Cabo Verde .....	1566

	Pag.		Pag.
14—Portaria concedendo isenção de direitos para importação de uma rebocadora pela Companhia agrícola do Dande .....	1567	31—Decreto approvando o regulamento provisório dos concursos para logares de ajudantes e aspirantes dos correios em Cabo Verde .....	1629
19—Carta régia ratificando a Convenção de Berne, relativa ao trabalho nocturno das mulheres empregadas na industria .....	1567	31—Decreto approvando o regulamento dos serviços relativos á extradição dos criminosos chinezes em Macau .....	1635
19—Idem, confirmando a Convenção radiotelegraphica internacional de 3 de novembro de 1906 .....	1574	31—Decreto concedendo, em parte, provimento no recurso de um agrimensor da India contra a sua suspensão e inibição do serviço official .....	1637
30—Decreto adiando as Côt'es geraes .....	1587	31—Decreto concedendo terrenos do Estado á municipalidade da villa de Quelimane .....	1639
31—Decreto approvando o regulamento para o ensino profissional em Cabo Verde. ( <i>Vide Errata</i> ) .....	1588	31—Decreto alterando o regulamento para concessão de terrenos no municipio de Lourenço Marques .....	1641
31—Decreto alterando o de 23 d'abril sobre os serviços de emigração de indigenas para S. Thomé e Príncipe .....	1608	31—Decreto approvando o regulamento das cadeias civis da provincia de São Thomé e Príncipe .....	1642
31—Decreto dando provimento n'um recurso de Adolpho Trigueiros Sampaio contra a sua exoneração do logar de bibliothecario da Camara municipal de Lourenço Marques ..	1627	31—Decreto tornando extensiva a todas as provincias ultramarinas a dispensa da publicação no <i>Diário do Gov'no</i> de éditos de espólios de pouco valor .....	1653
31—Decreto dando provimento n'um recurso do medico José Rodrigues do Amaral Leal contra a recusa dos abonos relativos a uma licença que lhe concedeu a Camara municipal de Lourenço Marques .....	1628	31—Decreto declarando em vigor em quatro provincias ultramarinas o decreto de 21 de setembro de 1901, sobre emigração clandestina .....	1653
31—Decreto prorogando os prazos estabelecidos para a Companhia de Mossamedes ter a posse e o exclusivo da exploração de minas e a isenção de certos direitos aduaneiros .....	1628	31—Decreto organisando a administração judicial do Julgado municipal da Huilla, na provincia de Angola .....	1653
		31—Officio (circular) indicando em que caso deve fazer-se o abono da ajuda de custo aos regentes agricolas .....	1654

**COLLECÇÃO**  
**DA**  
**LEGISLAÇÃO NOVISSIMA DO ULTRAMAR**

---

**1908**

# COLLECÇÃO

DA

## LEGISLAÇÃO NOVISSIMA DO ULTRAMAR

1908

JANEIRO

Tendo-me representado os occupantes de terrenos para estancias de madeiras e depositos de outros materiaes de construcção e de minas, na margem esquerda do porto de Lourenço Marques, para montante da ponte neerlandeza, sobre o excessivo prego de 100 réis por metro quadrado e por anno, fixado como taxa de occupação no artigo 1.º do decreto de 21 de setembro de 1904; e

Usando da auctorisação concedida por s. ex.ª o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em telegramma de 3 de dezembro ultimo:

Hei por conveniente determinar a redução a 35 réis, por metro quadrado e por anno, da taxa da occupação dos terrenos para estancias de madeiras e depositos de outros materiaes de construcção e de minas, na margem esquerda do porto de Lourenço Marques, para montante da ponte neerlandeza.

As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir assim o tenham entendido e cumpram. — Governo geral, em Lourenço Marques, 3 de janeiro de 1908.

(*Boletim official do Moçambique* n.º 1)

Tendo sido publicado pelo governador geral do Estado da India no supplemento n.º 98 do *Boletim official* do referido Estado, de 9 de dezembro de 1904, o Codigno das Comunidades, que foi approved, por Portaria provincial de 1 do referido mez, para ter execução desde 1 de janeiro de 1905;

Attendendo a que no referido codigno são compiladas disposições vigentes e introduzidas outras novas, como se vê dos considerandos da citada Portaria;

Considerando que varias disposições, tanto antigas como novas, n'ella insertas, carecem de ter força legislativa para poderem ser observadas pelos tribunaes competentes;

Conformando-me com o parecer do Junta consultiva do ultramar, e tendo ouvido o Conselho de ministros;

Usando da auctorisação conferida ao Governo pelo §. 1.º do artigo 15.º do primeiro Acto addicional á Carta constitucional da monarchia:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º E' approved o Codigno de Comunidades, ao qual se refere a Portaria do governador geral do Estado da India, n.º 315, de 1 de dezembro de 1904, publicada no

supplemento ao n.º 98 do *Boletim official* do referido Estado, de 9 de dezembro do alludido anno.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 12 de janeiro de 1908. = REI = *Ayres d'Ornelas e Vasconcellos*.

*Diário do Governo n.º 14).*

### Portaria provincial a que se refere o decreto supra

N.º 315 — Mereceram sempre aos Poderes publicos maxima protecção e solicitude as associações denominadas *glócarias*, ou Communidades agricolas de Gôa, constituidas em tempos immemoriaes para trazer á cultura vastos campos, e attender ao desenvolvimento e bem-estar da população local. Pelas bases estaveis em que se organisaram, têm subsistido através dos tempos, e, pelo systema bem conjugado das suas differentes operações, realisadas sem interrupção, demonstrado a sua utilidade, havendo, em todas as épocas, collaborado vantajosamente na economia social, e prestado importantes serviços ao Estado.

Garantiu-lhes Affonso de Albuquerque a posse das suas terras e o gozo dos seus direitos, e, poucos annos após a tomada de Gôa aos mouros, o vedor da fazenda real, Affonso Mexia, deu-lhes, em nome de El-Rei D. João III, a 16 de setembro de 1526, o foral dos usos e costumes, primeiro diploma promulgado pelo novo imperante comprehendendo o direito civil, a legislação fiscal e penal, e até a economia rural das Communas aldeanas.

Desde então passou o Governo a ser o tutor nato das Communidades, a superintender na sua economia e administração, e a legislar successivamente conforme as indicações da experiencia, do que dão testemunho os numerosos alvarás e cartas régias, provisões e Portarias de vice-reis e governadores, circulares de védores e tanadares, entre os quaes avultam, pela sua importancia, o regimento do vice rei Conde de S. Domil, de 15 de junho de 1735, e a provisão do vice-rei Conde da Ega, de 10 de dezembro de 1764.

Com o regimen constitucional, que firmou em novos principios a administração, continuou da mesma forma a tutela governamental sobre as Communidades. Por vezes se tentou a sua reforma administrativa, mas não se poud effectuar por obstaculos de vária natureza, que só o tempo, com o progressivo movimento de ideias e factos, conseguiu cortar, promulgando se o decreto de 15 de setembro de 1880 que, definindo e regulando direitos e interesses, desde longo tempo controvertidos, representa um notavel melhoramento com respeito á legislação peculiar anterior, copiosa, emmaranhada, por vezes antinómica com as leis da administração geral e civil.

Para a execução d'este decreto foi publicado por este Governo o regulamento de 30 de março de 1882, o qual a breve trêcho, foi derogado pela Portaria do Ministerio da marinha e ultramar de 6 de junho de 1884, na parte em que contrariava as prescripções do citado decreto, mandando-se proceder a nova regulamentação;—Portaria a que se deu cumprimento com o regulamento de 30 de outubro de 1886, que entrou em vigor no dia 1 de dezembro subsequente, mas que, no decorrer dos annos, teve de ser profundamente alterado e additado.

Assim, para não citar disposições de occasião e de resoluções interpretativas, a Portaria do commissario régio, de 25 de agosto de 1896, inspirando-se no principio da liberdade da terra, facultou a desamortisação dos bens das Communidades, para a qual se promulgou um regulamento em 1 de fevereiro de 1897, e determinou o lanço publico nos arrendamentos triennaes dos campos, até então limitado aos componentes de cada Communidade, incluindo os que o fóssem por direito de nascimento, embora sem direito á partilha dos ganhos e perdas da associação, — as Portarias de 22 de outubro de 1897, de 4 de abril de 1898 e 10 de outubro de 1899, estatuiram ácerca das resenhas e remissão dos fóros dos predios sub-emphyteuticados e bem assim das reuniões e deliberações, — a de 22 de dezembro de 1898, tendo em vista o fomento agricola e augmentar

a densidade da população; regulou por nova forma a concessão das sub-emphyteuses aldeanas, — e a de 30 de junho de 1899 approvou um regulamento especial para a cobrança das dividas activas por meio de execução administrativa.

De todas estas radicaes alterações e additamentos se originou a necessidade de se codificar n'um só diploma a complexa legislação existente, eliminando-se o que das disposições anteriores estava nas posteriores tacita ou expressamente revogado, e mantendo-se as que deviam considerar-se em vigor. Foi o que determinou a Portaria de 8 de abril de 1899, nomeando-se uma Comissão para proceder a este importante trabalho, Comissão que, em Portaria de 20 de julho de 1901, foi egualmente auctorizada a propor quaesquer innovações e reformas que julgasse necessárias para o bom regimen das Comunidades.

Essendo-me presente o projecto elaborado nos termos indicados;

Attendendo a que n'elle, a par da compilação systematica da legislação peculiar vigente, se consignam novas disposições, sem modificar na essencia o instituto organico, taes como: a faculdade para as Comunidades remirem os fóros e contribuições que pagam annualmente á Fazenda publica, — a prohibição para se dividirem os predios sub-emphyteuticados em glebas de valor inferior a 125 rúpias, — a extincção das Camaras agrarias, — a dissolução das Comunidades commissas e d'aquellas que têm ou venham a ter menos de 5 componentes, — a faculdade para os empréstimos dos dinheiros das Comunidades por varias formas, — a attribuição do contencioso administrativo das Comunidades ao Conselho de provincia, — e o regimen das sub-emphyteuses e do julgamento das usurpações;

Considerando que, tendo o citado decreto de 15 de setembro de 1880 declarado a Fazenda publica directa senhoria de toda a propriedade possuida pelas Comunidades, e estas emphyteutas do Estado, acabando assim com a questão, por muito tempo debatida, sobre a natureza dos fóros das Comunidades, devem esses fóros comprehender-se na regra geral da lei da remissão, de 10 de junho de 1867, no que têm muito a lucrar as Comunidades que a possam fazer, pela ampliação do seu dominio;

Considerando que o excessivo retalhamento da propriedade rustica em Gôa, com tendencia á pulverisação da terra, causa igual detrimento á exploração agricola, aos redditos do Estado e á economia social, tornando-se, porisso, indispensavel obstar a essa fragmentação, marcando-lhe um limite equitativo, de forma que haja uma razoavel concentração predial, sem prejuizo da pequena propriedade;

Considerando que, na actualidade, as Camaras agrarias, successoras das antigas Camaras geraes — que, pela coexistencia de outras instituições, creadas com o moderno systema de administração civil, perderam toda a sua importancia e acção — representam, pelas limitadas attribuições que desempenham, apenas uma entidade inutil na economia e administração communal, hoje desenvolvida e bem regulamentada; e, porisso,

Considerando que são absolutamente dispensaveis, como já fôra expressamente recohecido e proposto pela antiga Junta geral de districto no seu parecer de 20 de abril de 1857, tendo-se fundado a sua conservação nas poucas attribuições de interesse publico que então exerciam, mas que ao presente não têm razão de ser, e no respeito á tradição, que, em materia das Comunidades, tem ido successivamente cedendo o passo ás necessidades da vida collectiva, de harmonia com os legitimos direitos e interesses dos respectivos componentes, e ás exigencias do progresso economico, como se manifesta da evolução legislativa dos ultimos tempos;

Considerando que, sendo pelo artigo 7.º do citado regulamento de 1 de fevereiro de 1897 obrigatoria a desamortisação dos bens das Comunidades commissas, naturalmente indicada é a sua dissolução, como é egualmente das que têm, ou venham a ter sómente 5 componentes, visto que tal numero obriga á perpetuação os seus gerentes, o que dá lugar a irregularidades; deixando-se, comtudo, n'umas e outras dependente a dissolução de certas formalidades, que têm por fim acatar o principio da liberdade de associação e acautelar os interesses dos respectivos componentes;

Considerando que a expropriação de terrenos aldeanos e a remissão dos fóros das sub-emphyteuses têm feito accumular nos cofres de muitas Comunidades avultadas importancias, que fazem parte do fundo da associação, e que não convém deixar estagnadas, sendo de manifesta vantagem pô-las a render pelos meios que se afigurem proficuos aos associados e á economia rural, como a compra das acções da propria Comunidade, onde as haja, os empréstimos temporarios, a juro modico, ás outras Comunidades

que d'elles careçam, e principalmente aos arrendatarios dos campos, em regra, homens pobres e dignos de protecção, aos quaes é mister dar auxilio para os trabalhos da cultura e libertar das exigencias dos prestamistas locais; transformando-se d'est'arte as Communidades em pequenos Bancos de credito agricola, que não será esta a função menos pratica e util da aggremação communal;

Considerando que é inteiramente conforme com os principios que regulam a nossa administração civil separar distinctamente as attribuições de mera tutela e as do contencioso das Communidades, que têm estado confundidas, conferindo estas ao tribunal administrativo da provincia, como de direito;

Considerando que, no que toca ás sub-emphyteuses dos terrenos aldeanos, muito se tem legislado, nem sempre com resultados satisfactorios, como é patente do inquerito que se fez em 1901, e, portanto, que é urgente estabelecer normas racionais, tanto para se fazer a concessão dos aforamentos, como para se tornar effectiva, conseguindo-se praticamente os beneficos intuitos que, desde longa data, determinaram essa forma de alheação;

Considerando tambem que muito e diversamente se tem legislado para cohibir as usurpações, como se vê da Portaria provincial de 15 de maio de 1869, e dos citados decreto de 15 de setembro de 1880 e regulamentos de 30 de outubro de 1886 e 1 de fevereiro de 1897, mas sendo indispensavel harmonisar, quanto possivel, as necessarias providencias repressivas e o respectivo processo com as disposições da lei commum;

Considerando, finalmente, que, além d'estas reformas que são as de maior importancia, outras innovações e alterações se mostram indispensaveis na legislação vigente, a fim de se melhorar os differentes serviços a cargo das Communidades, e de se aperfeiçoar o respectivo processo, com reconhecida vantagem para essas associações e seus componentes, e bem assim para a administração em geral;

Tendo ouvido sobre o citado projecto o Conselho do Governo que, em sessão de 10 de setembro ultimo, emittiu parecer favoravel e julgou urgente o assumpto:

Hei por conveniente approvar, para ter execução desde o dia 1 de janeiro de 1905, oCodigo das Communidades que baixa assignado pelo secretario geral do Governo e faz parte integrante da presente Portaria.

As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento e execução d'esta competir assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do Governo geral, em Nova Gôa, 1 de dezembro de 1904. — O governador geral, *Eduardo Augusto Rodrigues Galhardo*.

## CODIGO DAS COMMUNIDADES

### TITULO I

#### DA CONSTITUIÇÃO DAS COMMUNIDADES

#### CAPITULO I

#### Disposições geraes

Artigo 1.º As associações agricolas, existentes no territorio de Gôa, conhecidas pelo nome de Communidades e mantidas pelo decreto de 15 de setembro de 1880, ficam sujeitas ás disposições do presente codigo.

§ 1.º Desde que principiar a ter vigor este codigo, ficarão revogadas todas as providências anteriores sobre as Communidades.



§ 2.º Nos casos omissos seguir-se-ha a legislação geral.

Art. 2.º Toda a modificação, que de futuro se fizer sobre a materia contida n'este código, será considerada como fazeddo parte d'elle e inserida no logar proprio, quer seja por meio de substituição de artigos alterados, quer por suppressão de artigos inuteis, ou pelo addicionamento dos que forem necessarios.

Art. 3.º As Communidades e torofos, que comprehende cada um dos concelhos, constam do mappa n.º 1.

§ unico. *Torofa* é a reunião de diversas Communidades debaixo d'uma unica administração, ou a reunião de diversas aldeias constituindo uma unica Communidade, sendo-lhe applicaveis as disposições por que se regulam as Communidades.

Art. 4.º Cada Communidade é formada, ou por componentes por direito de nascimento; ou por possuidores de interesse social alienavel, ou conjunctamente por uns e outros.

§ 1.º Denominam-se *jonoeiros* os componentes por direito de nascimento; *accionistas*, os possuidores do interesse social alienavel; *proventos* de jonos, as quotas do rendimento annual pertencentes aos jonoeiros; e *dividendos*, as dos accionistas.

§ 2.º No caso da desamortisação dos predios das Communidades com distribuição do seu valor por jonoeiros ou accionistas, os possuidores d'esses predios substituem em tudo os mesmos jonoeiros ou accionistas.

Art. 5.º Sómente os jonoeiros e accionistas concorrem para ganhos ou perdas das Communidades, e só a elles affectam os direitos e obrigações que aos componentes das Communidades são garantidos e impostas n'este código.

§ unico São considerados jonoeiros para esse fim os filhos orphãos dos jonoeiros e suas viúvas e filhas solteiras que tenham direito a perceber os proventos do jono, tença ou pensão vitalicia, segundo o instituto da respectiva Communidade.

Art. 6.º Os predios das Communidades são foreiros á Fazenda publica, e só poderão ser alienados e sub emphyteuticados nos termos e pela fórma n'este código estabelecida.

§ 1.º Os fóros devidos á Fazenda publica por cada Communidade constam do mappa n.º 1, e os dos prazos da corôa, cujo pagamento é feito por intermédio das Communidades, do mappa n.º 2.

§ 2.º Os fóros constantes do mappa n.º 1 são remiveis nos termos da lei geral que regula a remissão dos fóros reaes, a qual não se poderá effectuar sem licença do governador geral, salvo os casos especialmente marcados n'este código.

Art. 7.º São remiveis os fóros das sub emphyteuses e quaesquer prestações ou pensões periodicas que as Communidades recebem dos sub-emphyteutas, proprietarios, serviços ou quaesquer individuos, e o capital proveniente das remissões será empregado nos termos prescriptos nos artigos 19.º e 58.º, n.º 4.º

Art. 8.º As Communidades não gosam, com relação aos predios sub-emphyteuticados, dos direitos que aos senhorios conferem o art. 1:662.º e seus §§ do código civil, e os predios sub-emphyteuticos podem ser alheados e divididos, com direito, porém, a augmento do fóro na sua destrição, nos termos prescriptos n'este código, não podendo a divisão fazer-se em glebas de valor inferior a 125 rupias.

Art. 9.º Os negocios de cada Communidade são geridos por uma Junta administrativa escolhida biennialmente de entre os componentes habeis; pela fórma prescripta n'este código.

§ unico. A gerencia das Communidades commissas, emquanto continuarem n'estas condições, compete á Administração das Communidades.

Art. 10.º As sessões da Communidade e da Junta são publicas.

Art. 11.º As funções de todos os agentes e membros das Juntas, de nomeação annual ou periodica, continuarão até que sejam legalmente substituidos.

§ unico. Nenhum d'estes agentes ou membros, quando reeleito ou reconduzido, será obrigado a servir sem que tenha passado um anno, ou periodo igual áquelle para que fôra eleito.

Art. 12.º As Communidades podem usar contra os seus devedores, fiadores d'estes, co-responsaveis ou abonadores, do processo de execução administrativa, nos termos estabelecidos n'este código.

Art. 13.º As Communidades não podem intentar acções persecutorias sem licença do Conselho de provincia e acções conservatorias e crimes sem licença do respectivo administrador.

**Art. 14.º** As Communiidades serão representadas em Juizo, ou em qualquer outro tribunal ou Repartição publica, por seus procuradores ordinarios ou especiaes, effectivos ou supplentes, em exercicio, com audiencia e intervenção do agente do Ministerio publico, como magistrado protector.

§ 1.º As procurações para este fim serão lavradas pelos escrivães em actas nos respectivos livros, devendo a letra e a assignatura do escrivão, que as transcrever, ser reconhecidas por tabellião.

§ 2.º Os advogados para patrocinar as causas, seus incidentes e recursos serão nomeados por despacho do administrador, sujeito ao pagamento do sello devido, com faculdade para o substabelecimento, e a nomeação terá todo o valor de procuração da Communiidade.

§ 3.º A falta da intervenção do agente do Ministerio publico não constituirá nullidade insupprivel, nos termos do art. 130.º, n.º 3.º, do Codigo do processo civil.

**Art. 15.º** A citação pessoal ás Communiidades para começo das causas será feita na pessoa do administrador ou de quem o substituir.

**Art. 16.º** As penhoras por dividas das Communiidades poderão recahir nos seus creditos, rendimentos liquidos e quaesquer outros lucros, mas nunca sobre bens immobiliarios.

§ unico. A penhora far-se-ha sempre nas mãos do sacador da Communiidade, com assistencia do respectivo escrivão, que, sob sua responsabilidade, dará d'ella conhecimento, dentro de 24 horas, ao administrador para os fins convenientes.

**Art. 17.º** Os proventos vencidos do jono dos componentes das Communiidades e os direitos a proventos futuros só podem ser arrestados ou penhorados por dividas dos mesmos ás Communiidades.

§ 1.º Fôra d'este caso, poderá arrestar-se ou penhorar-se unicamente a importancia dos mesmos proventos vencida e que esteja no cofre.

§ 2.º O escrivão da Communiidade, em vista da copia authentica do auto, que lhe deverá entregar o escrivão que procedeu ao arresto ou á penhora, dará parte ao administrador e porá as necessarias verbas nos livros competentes.

**Art. 18.º** Não são permittidos contractos de alienação de qualquer natureza, inclusive hypotheca; quer lavrados por official publico, quer em escripto particular, sobre predios foreiros ás Communiidades, sem que nos respectivos instrumentos seja incorporada a certidão d'onde conste que os ditos predios não são do corpo ou fundo da respectiva Communiidade.

§ 1.º Não serão admittidos a registo nas conservatorias os instrumentos que não estejam nas condições indicadas.

§ 2.º Os funcionarios, que contravierem ás disposições d'este artigo e § 1.º, incorrerão na multa de 25 rupias, que se tornará effectiva em processo de policia correccional nos termos da lei commum, se não fôr paga voluntariamente no praso de 10 dias a contar da intimação administrativa.

**Art. 19.º** As Communiidades, logo que os seus cofres estejam habilitados, poderão proceder á remissão dos encargos, que sobre ellas pesam legalmente, de contribuições para a manutenção do culto, e deverão remir as propinas de escrivancias pagas aos successores dos antigos escrivães, e quaesquer outros encargos a favor de particulares ou estabelecimentos, pagando n'um e outro caso 20 prestações annuas e em acções da Communiidade, sempre que se possa.

**Art. 20.º** As Communiidades que tenham dividas a solver, obras a executar ou encargos a remir nos termos do artigo antecedente, separarão nas suas folhas uma quantia, entre a decima e a quinta parte dos seus rendimentos liquidos, para a satisfação das suas dividas, remissão dos encargos e execução das obras.

§ unico. Para os effeitos d'este artigo é preciso que as dividas constem de titulo authentico, e as obras tenham sido devidamente auctorisadas ou orçadas.

**Art. 21.º** Ficam abolidos todos os serviços que são prestados hereditariamente por certas familias, pagos mediante usufructo em determinados predios.

**Art. 22.º** Os predios usufruidos hereditariamente pelas mencionadas familias, ainda hoje obrigadas a certos serviços, continuarão a pertencer aos possuidores actuaes, avaliando-se os serviços que prestam e transformando-se, segundo a avaliação, n'um fôro a favor da Communiidade, que ficará onerando os referidos predios.

§ 1.º A avaliação será feita perante o administrador por meio de arbitros, escolhidos nos termos do artigo 282.º e seus §§, salvo, porém, o de desempate, que será sempre nomeado pela mesma auctoridade.

§ 2.º Da decisão dos arbitros haverá recurso para o Conselho de provincia.

§ 3.º As questões que se possam levantar entre os possuidores ou interessados n'estes predios, quanto á sua partilha ou divisão, serão ventiladas nos tribunaes judiciais.

Art. 23.º É applicavel a disposição do artigo precedente e seus §§ ás antigas propriedades das escriturarias, ficando convertida em fóro a prestação que os possuidores dos predios pagam ás Communidades ou aos seus escrivães.

Art. 24.º As Communidades podem estabelecer, com auctorisação do governador geral, serviços, taes como: os de carpinteiro, ferreiro e outros que sejam indispensaveis á exploração rural, subordinando-os a condições préviamente formuladas e fazendo-se os respectivos contractos por cada anno ou triennio, por salarios em dinheiro.

Art. 25.º São extintas as Camaras agrarias de Gôa, e as suas attribuições passam ás Administrações das Communidades na fórma prescripta n'este codigo.

Art. 26.º São dissolvidas as Communidades commissas nos termos previstos n'este codigo, e tambem as que sómente tenham ou venham a ter menos de 5 componentes, precedendo n'este caso deliberação da maioria.

Art. 27.º Todas as multas impostas n'este codigo serão cobradas por meio de execução administrativa, e revertem a favor do cofre da Communidade, salvas as restricções taxativamente designadas.

## CAPITULO II

### Das Communidades

#### SECÇÃO 1.ª

##### Dos componentes das Communidades

Art. 28.º São componentes das Communidades, nos termos do artigo 4.º:

1.º Os que têm jono pessoal, quer *per capita*, quer *per stirpes*, e os seus descendentes varões por linha de varão, legítimos, legitimados, perfilhados legalmente, e adoptivos quando a lei os reconhece, seja qual fór o seu numero;

2.º Os que possuem na Communidade acções alienaveis, averbadas em seu proprio nome.

Art. 29.º Os direitos consignados no n.º 1.º do artigo antecedente são imprescriptiveis e começam só desde a data da inscripção, salvo quando esta tenha logar por via de recurso provido, caso em que começarão na data da recusa do escrivão, de que se tiver recorrido.

§ 1.º Para a percepção dos proventos do jono é necessaria, além da inscripção primaria, a matricula annual.

§ 2.º O direito aos proventos do jono suspende-se ou perde-se no caso designado na alinea b) do artigo 333.º e no § 4.º do artigo 334.º, e extingue-se com a morte do joneiro, mas sómente espaçado o anno para o qual elle tiver sido matriculado, embora venha a fallecer n'este intervallo.

§ 3.º Não são exigiveis os proventos do jono, tenças ou pensões periodicas, anteriores aos ultimos 5 annos, contando-se esse praso desde o ultimo dia annuciado para o pagamento dos dividendos annuaes pelo edital a que se refere o artigo 440.º

Art. 30.º Os direitos conaignados no n.º 2.º do artigo 28.º começam desde a emissão ou averbamento da propriedade das acções a favor do componente.

§ 1.º Para a percepção dos dividendos das acções é necessaria, além do seu averbamento na administração, a inscripção na respectiva Communidade.

§ 2.º O averbamento provisorio das acções não confere ao accionista todos os direitos de componente, mas sómente o de poder alienar as acções nas condições em que as possui; a inscripção provisoria, porém, dá direito a perceber os dividendos, mas este direito é resolvel.

§ 3.º Aos dividendos das acções é applicavel o disposto na 1.ª parte do § 2.º e no § 3.º do artigo antecedente.

Art. 31.º A qualidade de componente por direito de nascimento e o direito a jono são intransmissiveis, e os seus proventos podem ser executados sómente conforme o disposto no artigo 17.º e § 1.º

§ unico. Os proventos do jono a vencer também não poderão ser transmittidos por qualquer forma, salvo o caso do artigo 468.º

Art. 32.º As acções das Comunidades são transmissíveis e alienáveis nos termos prescriptos n'este código.

Art. 33.º Os proventos do jono de qualquer componente fallecido e os dividendos das acções que estiverem averbadas em nome do auctor d'uma herança poderão ser recebidos pelos inventariantes, testamenteiros ou tutores responsaveis pelos espolios inventariados, apresentando despacho do administrador, fundado em certidão do inventario pendente.

§ 1.º Não-excedendo, porém, a 250 rupias a importancia dos proventos ou dividendos sommada com o valor das acções de que procedem, e consistindo sómente n'isto o espolio, os herdeiros ou cabeça do casal poderão levantar-os, produzindo attestado do escrivão da Comunidade mostrando ter essa qualidade e que não existem mais bens, assim como certidões de terem sido affixados annuncios, com antecedencia de 30 dias pelo menos, na porta da igreja, capella ou pagode da aldeia e na das casas das sessões da Comunidade, e de não ter havido reclamação, sendo passadas, respectivamente, pelos escriptores da Comunidade e da Administração.

§ 2.º A affixação dos annuncios deve ser feita por intermédio do escrivão da Comunidade, sendo nm d'elles apresentado préviamente em sessão da Junta e consignado na sua acta.

§ 3.º Apparecendo reclamação, ou quando haja litigio pendente sobre a legitimidade dos herdeiros, os proventos ou dividendos ficarão em deposito até á decisão judicial, salvo se as partes accordarem por documento authêntico que um d'elles os arrecade, caso em que lhe-serão pagos conforme o accordo.

Art. 34.º Compete aos componentes da Comunidade:

- 1.º Intervir, discutir e votar nas suas deliberações;
- 2.º Ser eleitos ou nomeados para os cargos da associação;
- 3.º Supprir o *deficit*, onde haja esta obrigação, segundo o respectivo instituto;
- 4.º Requerer a convocação da Comunidade ou da Junta, em petição motivada e assignada, pelo menos, por um numero de componentes que represente metade dos que, nos termos do artigo 42.º e § unico, são necesarios para a sessão da Comunidade, numero que será verificado pelo escrivão antes de annunciar a convocação que fôr deferida;

5.º Consultar a Junta, por escripto, sobre tudo que julgarem de interesse da Comunidade;

6.º Examinar as folhas de receita e despesa, os calculos para as arrematações e suas condições, as contas finaes e os orçamentos extraordinarios, nas épocas e pela fórmula marcadas n'este código;

7.º Recorrer das deliberações da Junta e da Comunidade, e bem assim dos despachos do administrador sobre assumptos de interesse communal;

8.º Denunciar os desvios dos dinheiros da associação, as usurpações do campo common e outras malversações, bem assim qualquer procedimento irregular ou erro de officio dos empregados das Comunidades.

§ 1.º Todos os actos designados nos n.ºs 1.º e 4.º a 8.º d'este artigo podem ser praticados por procurador legalmente constituido com poderes especiaes, o qual não poderá representar mais de um constituinte.

§ 2.º No caso em que se trata de voto, o assumpto respectivo será consignado na procuração, podendo esta substituir-se por uma declaração expressa de voto, singularmente dada e com a assignatura reconhecida por tabellião ou pelo escrivão da Comunidade.

§ 3.º Quando o componente não souber assignar, a sua declaração de voto será feita perante o tabellião e duas testemunhas.

Art. 35.º Ficam inhibidos de entrar nas deliberações da Comunidade: os menores não emancipados, os interdictos, os devedores á associação contra quem esteja pendente acção ou execução, e os que tiverem pleitos ou questões com ella na materia relativa aos mesmos pleitos e questões.

Art. 36.º Não podem ser votados, nem nomeados para os cargos da associação:

- 1.º Os accionistas, cuja renda, na Comunidade onde haja jonos, não seja, pelo menos, equivalente á quota minima que pertença a qualquer dos joneiros, salvo se pagarem o *deficit*;

2.º As mulheres;

3.º Os menores não emancipados;

4.º Os que não tiverem a livre administração dos seus bens;

5.º Os pronunciados, depois de passar em julgado a pronuncia;

6.º Os devedores á Communidade contra quem esteja pendente acção ou execução;

7.º Os que não souberem ler, escrever e contar em portuguez.

§ unico. Esta ultima condição tambem será exigida nas Novas Conquistas, sempre que seja possível, para os presidentes da Junta e procuradores da Communidade.

Art. 37.º São inhabeis para entrar nas deliberações, occupar qualquer cargo electivo ou de confiança, licitar nas arrematações da Communidade, por si ou por pessoa interposta, e perceber os proventos de jónos e dividendos de acções, os usurpadores das terras da Communidade, depois do despacho proferido nos termos do artigo 333.º.

§ unico. São igualmente inhabeis para licitar nas arrematações, por si ou por pessoa interposta, os devedores da Communidade contra quem esteja pendente alguma acção ou execução.

## SECÇÃO II

### Das attribuições das Communidades

Art. 38.º Compete á Communidade:

1.º Eleger annualmente, na ultima sessão ordinaria, de entre os componentes habeis, um procurador e um supplente, ambos com domicilio na aldeia sempre que seja possível;

2.º Nomear procuradores especiaes, quando necessarios, conforme as occorrencias e a bem dos negocios communaes;

3.º Nomear porteiro ou pregoeiro, onde o houver;

4.º Examinar a folha da receita e despesa, os calculos para a arrematação ordinaria e suas condições, as contas finaes, os orçamentos extraordinarios, dando sobre tudo o seu parecer fundamentado;

5.º Deliberar:

a) sobre as obras e despesas extraordinarias a fazer;

b) sobre os emprestimos a contrahir;

c) sobre a introdução de aguas doces ou salgadas nas casanas;

d) sobre a sub-emphyteuse e venda dos predios;

e) sobre a desamortisação dos bens e quaesquer outros actos extraordinarios.

Art. 39.º Nenhum dos actos, de que trata o n.º 5.º do artigo precedente, se levará a effeito sem prévia auctorisação do governador geral, obtida por intermédio e com informação do administrador, nos termos preceituados n'este codigo.

Art. 40.º A desamortisação dos predios e qualquer despesa extraordinaria para fins estranhos á instituição, só poderão ser votadas por um numero de componentes que re-presente, pelo menos, dois terços do capital social.

§ 1.º Exceptuam-se as despesas indispensaveis para a conservação e reparação das egrejas, suas dependencias, e capellas construidas pelas Communidades, cemiterios, renovação de paramentos e alfaias, consignações e vencimentos do pessoal das mesmas egrejas e capellas, nas Communidades onde haja tal obrigação, despesas que poderão ser auctorisadas seguindo-se o processo marcado no artigo 287.º e seguintes, e havendo annuencia dos 20 maiores interessados residentes na freguezia respectiva.

§ 2.º Nas Communidades que concorrerem para a construcção, conservação e reparação dos cemiterios, os componentes pagarão só dois terços da taxa ordinaria de covato.

## SECÇÃO III

### Das reuniões das Communidades

Art. 41.º As Communidades terão 4 sessões ordinarias por anno e as extraordinarias que forem necessarias.

§ 1.º As sessões ordinarias terão logar nas primeiras quinzenas de março, abril, junho e dezembro; devendo cada uma d'ellas ser precedida de pregões nos dias antecedentes pelos diversos bairros da aldeia e de annuncios affixados 3 dias antes á porta da casa das sessões e da igreja, capella, ou pagode da aldeia.

§ 2.º As sessões extraordinarias, salvo o disposto no § 1.º do artigo 626.º, serão convocadas por ordem ou auctorisação do administrador, com pregões e annuncios na forma d'este artigo, declarando-se, porém, n'estes expressa e claramente os assumptos a tratar.

§ 3.º Sempre que se trate de despesa extraordinaria, annunciar-se-ha a reunião no *Boletim official* e, pelo menos, em um jornal do concelho, quando o haja, segundo a importancia da despesa, e com precedencia de 15 dias, além de pregões e annuncios, conforme o disposto n'este artigo.

§ 4.º Todas as reuniões da Communidade terão logar na respectiva aldeia, n'uma casa para esse fim destinada, podendo realisar-se na séde da Administração, quando o governador geral assim o determine.

§ 5.º Nas sessões extraordinarias só poderá tratar-se dos assumptos que tiverem sido expressamente annunciados, ou determinados superiormente.

Art. 42.º A Communidade poderá deliberar quando estejam pessoalmente presentes 25 dos seus componentes.

§ unico. Quando o numero dos componentes com direito a voto fôr inferior a 100, mas superior a 50, poderá deliberar com 15; — quando fôr de 50 ou menos até 26, com 9; — e quando de 25 ou menos, com 5.

Art. 43.º As deliberações da Communidade serão tomadas por maioria absoluta de votos dos componentes presentes.

§ unico. Exceptuam se as deliberações referentes ás despesas para fins estranhos á instituição e as que disserem respeito á desamortisação dos seus bens immoveis, as quaes terão de satisfazer as formalidades prescriptas no artigo 40.º e § 1.º.

Art. 44.º As sessões da Communidade são presididas pelo presidente da Junta ou seu supplente, e, no impedimento simultaneo de ambos, pelo vogal mais velho, sendo lavradas as actas pelo escrivão.

§ 1.º Reunindo se mais de uma Communidade em sessão para tratar de negocio common, presidirá o presidente da Junta d'uma d'ellas, que o administrador designar, servindo de escrivão, n'este caso, o escrivão da mesma, que exarará a acta no livro a seu cargo e immediatamente remetterá uma copia aos escrivães das outras Communidades para ser registada no respectivo livro das actas.

§ 2.º Para se verificar a sessão e tomar-se a deliberação, é preciso que estejam presentes tantos componentes quantos são necessarios para a reunião de qualquer Communidade, nos termos do artigo 42.º e § unico, sendo applicavel tambem o disposto no artigo 43.º e § unico relativamente a vencimento.

Art. 45.º Quando a Communidade devidamente convocada, ou não se reunir, ou não chegar a fazer vencimento sobre qualquer assumpto submettido á sua deliberação, passarão para a Junta as attribuições dos n.ºs 1.º a 3.º do artigo 38.º; para o administrador as do n.º 4.º, ouvida a Junta; e para o governador geral as do n.º 5.º, sendo ouvidos a Junta e o administrador.

## SECÇÃO IV

### Das Juntas administrativas

Art. 46.º As Juntas administrativas, em cada uma das Communidades, serão, segundo a sua riqueza e numero de componentes habeis, compostas de 3 ou 5 membros.

Art. 47.º Para a constituição da Junta será organizada, biennalmente, até 31 de outubro, pelo escrivão e procurador da Communidade, uma lista de todos os seus componentes habeis, em presença das contas do triennio ultimo e dos livros da inscripção dos joneiros e accionistas, segundo as condições exigidas n'este codigo.

§ unico. Esta lista deverá conter:

- a) o numero d'ordem;
- b) nome do componente;

- c) sua qualidade de accionista ou jonoeiro ;
- d) residencia ;
- e) idade, quando constar ;
- f) relação de parentesco até ao 3.º grau, que haja entre os diferentes componentes ;
- g) numero das acções que possui, sendo accionistas.

Art. 48.º Exposta a lista ao publico nos primeiros 10 dias de novembro, d'ella pode haver reclamação para o administrador dentro de igual praso.

Art. 49.º A decisão do administrador será publicada no livro da porta da Administração dentro de 10 dias, e d'ella cabe recurso para o Conselho de provincia.

Art. 50.º Feitas as rectificações no sentido da decisão superior, quando esta tenha sido proferida, o escrivão da Communidade enviará, até 31 de dezembro, duas copias da lista apurada ao administrador, com uma nota, tanto dos membros da Junta em exercicio, como do sacador e procurador effectivo e supplente em exercicio e dos que tiverem de funcionar no anno immediato.

Art. 51.º O administrador proporá á approvação do governador geral, até 31 de janeiro, anterior ao biennio em que devem servir, os membros da Junta administrativa e os seus supplentes, fazendo predominar nas suas propostas os maiores interessados, onde os houver, e procurando, quanto possivel, contemplar n'ellas, successivamente, os jonoeiros e accionistas relacionados na lista de componentes habeis, cuja copia acompanhará a proposta.

§ 1.º O presidente será escolhido dos maiores interessados, onde os houver, e que offereça melhores condições de intelligencia e probidade.

§ 2.º Não devem ser propostos para membros da Junta os que tenham servido como taes, sem que haja passado um biennio, e os que tiverem de exercer as funções de procurador e sacador da mesma Communidade.

§ 3.º Não podem ser propostos igualmente membros da Junta os parentes do administrador até ao 3.º grau por direito civil.

§ 4.º Onde se não possa apurar tres membros habeis, a Junta será proposta pela forma que o administrador tiver por mais conveniente.

Art. 52.º A Junta instalar se ha dentro dos tres primeiros dias de março do primeiro anno da sua gerencia, devendo o presidente dar parte da instalação ao administrador e, quando tenha havido alcance no cofre ou na conta do sacador, se o mesmo alcance foi pago.

Art. 53.º A Junta pode deliberar estando presentes, além do presidente ou seu supplente, metade do numero dos vogaes com direito a voto deliberativo, tendo o presidente voto de qualidade no caso de empate.

§ 1.º No caso de impedimento simultaneo do presidente e seu supplente, o vogal mais velho preside, mas sem voto de qualidade.

§ 2.º Não podem funcionar como membros da Junta ao mesmo tempo, ou em unico acto, parentes entre si até ao 3.º grau por direito civil.

Art. 54.º O procurador da Communidade e o seu escrivão são membros natos da Junta, mas não têm senão voto consultivo, que poderão fazer consignar na acta.

Art. 55.º A Junta terá 12 sessões ordinarias por anno, sendo a primeira nos primeiros tres dias de março e as outras nos primeiros domingos dos mezes de abril a fevereiro.

§ 1.º A primeira sessão annual é destinada para dar expediente ás occorrencias d'esse mez e proceder ao exame das contas da gerencia do anno anterior, devendo dar sobre ellas o seu parecer, verificar o saldo em cofre e fazer a sua entrega aos gerentes successores.

§ 2.º O administrador poderá, conforme as circumstancias, designar para as sessões ordinarias qualquer outro dia.

§ 3.º As sessões terão logar na casa destinada para tal fim, excepto quando a Junta tenha de fazer alguma inspecção nos predios da Communidade.

§ 4.º As Juntas reunir-se-hão na capital do concelho, quando tenham de intervir nas arrematações feitas na Administração, e todas as vezes que assim o determine o administrador.

Art. 56.º O presidente da Junta corresponde-se nos negocios officiaes unicamente com o administrador.

Art. 57.º Os vogaes da Junta, excepto o escrivão, têm direito a perceber, pelo cofre da Communidade, por cada sessão a que assistirem, meia rupia de gratificação, a

qual só poderá abranger o numero de 24 sessões por anno, e o presidente ou o vice-presidente em exercicio perceberá uma rupia nos mesmos termos, tendo todos direito ao abono de transporte, regulado na conformidade do disposto na tabella n.º 4, sendo este direito limitado igualmente a 24 sessões.

§ 1.º A importancia das gratificações e transportes pelas sessões que se verificarem a requerimento das partes será por estas paga, depositando o dinheiro preciso nas mãos do escrivão que dará recibo ao interessado.

§ 2.º Quando as sessões sejam continuas, o abono de transporte limitar-se-ha a um de ida e outro de volta.

§ 3.º Os membros da Junta que faltarem ás sessões sem motivo justo pagarão, por cada sessão, multa equivalente ao dobro da gratificação, a qual será imposta pelo administrador.

§ 4.º Nenhuma folha de gratificação ou transportes será paga sem despacho do administrador.

§ 5.º Nas Communidades onde houver deficit não se abonará gratificação, nem transporte.

**Art. 58.º Compete á Junta:**

1.º Proceder ao arrendamento dos predios; ao serviço da desamortisação e quaesquer arrematações das Communidades;

2.º Fiscalisar a abonação dos arrematantes do campo, serviços e obras, assim como dos fiadores de todos elles, sendo responsaveis os seus membros no caso de fallencia;

3.º Providenciar nos casos de rotura dos vallados das casanas e inundação dos campos, perda das aguas represadas pela rotura dos vallados e represas das lagôas, risco de desabamento de edificios e outros d'esta ordem, de modo que se executem logo os concertos urgentes, procedendo ao exame, calculo e arrematação em acto continuo, e dando parte immediata ao administrador;

4.º Empregar os capitães da Comunidade com auctorisação do administrador:

a) na compra das acções da propria Comunidade;

b) no emprestimo a juro não inferior a 5  $\frac{1}{2}$  por cento sobre penhor de acções das Communidades;

c) em deposito no Banco nacional ultramarino, ou na caixa economica do Monte pio geral de Gôa.

5.º Emprestar a juro de 4 por cento, quando haja dinheiro disponivel no cofre, sobre penhores de ouro e prata ou sobre acções das Communidades, aos arrendatarios das varzeas da Comunidade, quantias não excedentes á renda e mais contribuições da varzea arrendada e por praso não superior a 6 mezes;

6.º Emprestar igualmente, com a mesma taxa de juro, até 6 mezes de praso, quando haja dinheiro disponivel, a quaesquer Communidades do respectivo concelho, quantias não excedentes a 1:000 rupias, precedendo auctorisação do administrador:

§ unico. Este emprestimo será feito por termo exarado no livro dos diversos termos, sendo a Comunidade devedora representada por procurador especialmente auctorisado, e observando se as mais formalidades legais.

7.º E praticar todos os actos da gerencia administrativa e economica da Comunidade.

**Art. 59.º** As despesas feitas para acudir ás roturas, inundações e riscos, a que se refere o n.º 3.º do artigo antecedente, carecem da sancção do governador geral, quando excedam a 75 rupias, e da approvação do administrador até essa quantia.

§ 1.º Para este fim, o escrivão da Comunidade enviará a folha da despesa realisada, com visto do presidente da Junta, ao administrador, que a transmittirá com a sua informação á Secretaria geral, ou a approvará, conforme o disposto n'este artigo.

§ 2.º Quando a importancia das despesas seja superior a 100 rupias, ou quando o administrador o julgue necessario, procederá á inspecção das obras antes da informação ou approvação que tem de dar.

**Art. 60.º** A Junta deverá emitir o seu parecer em todas as deliberações que a Comunidade tomar sobre assumptos da sua competencia.

**Art. 61.º** E' expressamente prohibido aos membros da Junta que presidirem á arrematação, licitar e caucionar n'ella por si ou por pessoa interposta.

§ unico. Entende-se por pessoa interposta: o consorte do inhibido, o individuo de quem elle seja herdêiro presumido, o parente próximo que viva em economia domestica



commum, e o terceiro que de accordo com o inhibido arrematar com o fim de transmitir a este a cousa arrematada.

Art. 62.º Os nomeados para formarem a Junta não podem eximir-se ao encargo, salvo com permissão do governador geral; e, sendo componentes da Comunidade, ficam sujeitos ao pagamento da multa do § 3.º do artigo 57.º

§ unico. O membro da Junta que, por justo motivo, não possa comparecer a sessão, assim o participará ao escrivão para ser convocado logo o respectivo supplente.

Art. 63.º Quando a Junta não se reuna nos dias designados para as sessões por duas vezes consecutivas, compete ao administrador supprir por seu despacho as deliberações que era preciso tomar, e poderá propôr a dissolução da mesma Junta, se o julgar conveniente.

## SECÇÃO V

### Dos procuradores

Art. 64.º O procurador da Comunidade é o seu representante e agente fiscal, e como tal lhe compete:

- 1.º Vigiar sobre tudo quanto diz respeito aos interesses communs da associação;
- 2.º Representar a Comunidade perante quaesquer tribunaes e Repartições ou auctoridades publicas;
- 3.º Denunciar ás auctoridades ou á Comunidade as malversações dos empregados e agentes e as usurpações de terrenos, desforçando-se nos termos dos artigos 486.º e 2:354.º do Código civil;
- 4.º Assistir ás sessões da Comunidade e da Junta, e intervir nas suas deliberações e nos trabalhos da inscripção e matricula dos joneiros; no encerramento da inscripção dos accionistas, das arrematações, das outorgas e cargas; na organização da folha da receita e despesa, relação dos componentes habeis e calculo; na das contas do sacador e finaes de gerencia, sob a pena marcada nos §§ 1.º e 2.º do artigo 67.º; e em todas as inspecções que a Junta ou o administrador devem fazer aos campos e obras ordinarias;
- 5.º Fiscalisar a execução das obras extraordinarias;
- 6.º Apresentar, dentro de 15 dias, na Administração ou nas conservatorias, os termos da arrematação e caução de sacadoria, vigia e obras, com os documentos necessarios para se effectuar o averbamento de penhor das acções ou o registro de hypotheca, e, quando assim não procedam, ficarão subsidiariamente responsaveis;
- 7.º Recorrer de todas as deliberações e despachos que julgar contrarios aos interesses da Comunidade;
- 8.º Promover tudo o que fôr conducente para a boa gerencia administrativa e economica da Comunidade.

Art. 65.º Nas Novas Conquistas o procurador e seu supplente devem saber ler e escrever em maratha.

Art. 66.º O escrivão passará ao procurador, independentemente do despacho do administrador, tantas copias da acta da sua eleição, quantas elle requisitar, escriptas por sua propria letra e authenticadas com a sua assignatura.

Art. 67.º O procurador e o supplente, que não acceitarem as funcções para que forem eleitos e não obtiverem dispensa, ficam sujeitos, sendo componentes da Comunidade, ao pagamento da multa de meio por cento da receita total da respectiva Comunidade, comtanto que nunca exceda a 50 rupias.

1.º O procurador e o supplente que, acceitando o cargo, deixarem de comparecer sem justo motivo a qualquer dos actos a que por este código são obrigados, pagarão por cada vez a multa de 2 a 10 rupias, imposta pelo administrador;

2.º No caso de estar taxada gratificação ao acto a que faltar, a multa será igual ao dobro da respectiva gratificação, e não carece de ser imposta expressamente, devendo o escrivão da Comunidade carregal-a na sua conta corrente.

Art. 68.º A excusa do cargo de procurador será dada pela Comunidade, e, na falta de reunião d'esta, pela Junta, ou pelo governador geral por via de recurso.

Art. 69.º O procurador é obrigado a requerer a nomeação de advogado para intentar em Juizo a acção, de que fôr incumbido, dentro de 8 dias, contados da intimação

que será acompanhada da entrega dos papeis ou documentos que têm de servir de base para a acção, intimação e entrega que lhe serão feitas pelo respectivo escrivão.

§ unico. Dentro de 5 dias da instalação da causa, o procurador apresentará ao administrador certidão de estar intentada a acção, sob pena de 30 rupias de multa, imposta pelo mesmo administrador.

Art. 70.º O procurador auctorisado a intervir n'uma causa em nome da Comunidade é competente para a seguir até final, ainda depois de expirado o praso para que foi eleito; exceptuando-se o caso em que a Comunidade lhe retire expressamente os poderes.

Art. 71.º Se, depois de intentada a acção, o procurador a deixar parada por 6 mezes, o juiz da causa, ouvindo-o préviamente e dando-lhe praso de 3 dias, imporá por simples despacho a multa de 20 a 25 rupias.

Art. 72.º O procurador que judicialmente cobrar dividas activas da Comunidade terá direito, depois de effectuada a penhora, á percentagem de tres por cento dos capitães arrecadados, paga pelos devedores, e, quando a cobrança se realise antes da penhora, mas depois do decendio da citação para a execução, perceberá pela mesma forma sómente um por cento.

Art. 73.º O procurador poderá corresponder-se officialmente com o administrador em todos os negocios do interesse da Comunidade.

Art. 74.º O procurador, além da gratificação que vence pela assistencia ás sessões da Junta, terá direito a uma retribuição arbitrada pelo governador geral, sobre proposta do administrador, segundo os serviços ordinarios e extraordinarios que tiver prestado durante o seu exercicio, e, especificadamente, por cada serviço.

Art. 75.º Quando se não possa arrematar a sacadoria d'uma Comunidade, o seu procurador deverá servir de sacador, mediante uma percentagem, proposta pelo administrador e approvada pelo governador geral, competindo-lhe todos os direitos e deveres do sacador, sob a responsabilidade dos que o houverem eleito.

§ 1.º O procurador encarregado da sacadoria não é, comtudo, responsavel pela receita integral, salvo accordo em contrario, caso em que prestará caução idonea.

§ 2.º A percentagem será fixada, salvo circumstancias extraordinarias, multiplicando-se a média dos premios dos tres ultimos annos por 100 e dividindo-se o producto pela média da receita do mesmo periodo. O quociente indicará a razão em que deve ser abonado ao procurador o premio da receita, que por este fôr cobrada e dêr entrada no cofre.

Art. 76.º Quando o procurador funcionar como sacador, as funcções de procurador passam para o supplente emquanto não seja nomeado outro.

Art. 77.º O procurador que se mostrar nocivo aos interesses da Comunidade será suspenso pelo administrador e demittido pelo governador geral, precedendo informação ou proposta do administrador e audiencia do interessado, e não poderá ser reeleito durante um triennio.

## SECÇÃO VI

### Dos escrivães das Comunidades

Art. 78.º Cada Comunidade tem um escrivão nomeado mediante concurso e com o ordenado designado na tabella n.º 3.

§ unico. As Comunidades de Margão, Curorim, Aldonã e Sirulá terão, cada uma, um ajudante, com o ordenado designado na citada tabella n.º 3, e este será o supplente do escrivão nos seus impedimentos, que não excedam a 30 dias, com os mesmos direitos e obrigações.

Art. 79.º Os escrivães prestarão a caução de 5 por cento das rendas da respectiva Comunidade perante o administrador, e só em vista da copia do respectivo termo, que ficará archivada na Secretaria geral do Governo, lhes serão expedidos os competentes diplomas.

Art. 80.º O escrivão da Comunidade será tambem escrivão dos bouços, e perceberá por esse serviço a gratificação que, ouvidos estes, fôr arbitrada pelo administrador no principio de cada triennio de arrendamento, salvo quando o serviço da Comunidade não permita a accumulção.

Art. 81.º Os escrivães sómente poderão levantar mensalmente dois terços do seu ordenado, ficando em deposito o restante terço, para o receberem, com auctorisação do administrador, depois de liquidadas as contas do sacador, organisadas as contas finaes do anno e examinadas as mesmas pela Junta e pela Comunidade.

Art. 82.º Os escrivães, que não liquidarem as contas do sacador e dos outros devedores da Comunidade e as contas finaes do anno, nos prazos marcados n'este codigo, além de perderem um terço do seu ordenado, nos termos do artigo 465.º, serão solidariamente responsaveis para com a Comunidade pelos respectivos alcances, juntamente com os sacadores ou devedores e o procurador que deve intervir nas mesmas liquidações.

Art. 83.º Os escrivães são solidarios com os membros da Junta como abonadores das cauções, salvo se do termo respectivo constar que alguma caução se acceitou contra a sua opinião.

Art. 84.º Compete ao escrivão:

- a) proceder á escripturação e contabilidade;
- b) guardar e conservar o archivo;
- c) fazer citações e intimações na propria aldeia, e fóra d'ella todas as vezes que lhe fôr ordenado pelo administrador;
- d) proceder ás penhoras e aos mais termos das execuções de que fôr incumbido pelo administrador, assim como servir de official nas mesmas penhoras;
- e) dar as informações que a mesma auctoridade exigir, e os esclarecimentos verbaes que lhe forem pedidos por qualquer componente;
- f) prestar contas pela forma prescripta n'este codigo, apresentando-se para tal fim na Administração, nos termos e sob a pena marcada no artigo 462.º;
- g) responder pela responsabilidade que d'ellas lhe resultar;
- h) intimar o procurador para promover a instauração das acções e execuções, entregando-lhe no mesmo acto os documentos necessarios;
- i) e cumprir todos os mais deveres que lhe incumbem em virtude d'este codigo.

§ unico. As funcções de que trata a alinea a) d'este artigo poderão ser desempenhadas por escrevente, nomeado pelo administrador sobre proposta e com responsabilidade do escrivão.

Art. 85.º Os escrivães correspondem se officialmente com o administrador.

Art. 86.º Os escrivães têm fé publica nos actos da sua competencia.

Art. 87.º O escrivão será substituido nos seus impedimentos, sob sua responsabilidade, por pessoa por elle proposta e paga, e nomeada pelo administrador, salvo o disposto no § unico do artigo 78.º

§ unico. O substituto nomeado por esta fórma é solidariamente responsavel com o escrivão proponente.

Art. 88.º Os escrivães poderão ser transferidos, por conveniencia de serviço, d'uma para outra Comunidade, e tambem pelo pedirem, apresentando na Secretaria geral do Governo a sua petição dentro de 10 dias a contar da publicação da vacatura, e escolhendo-se sempre o mais antigo, quando haja mais d'um pretendente.

Art. 89.º Os escrivães das Comunidades, quando se impossibilitem para o serviço por molestia grave e incuravel, julgada pela Junta de saude, poderão ser substituidos, sob sua responsabilidade, por ajudantes da sua confiança, por elles pagos, comtanto que tenham habilitação legal em concurso nos termos dos artigos 173.º e seguintes.

§ unico. O ajudante assim nomeado e solidario com o escrivão na responsabilidade, e tem direito á effectividade do logar, quando tenha 3 annos de bom e effectivo serviço.

Art. 90.º Nenhum escrivão poderá accumular duas escrivancias das Comunidades, nem ao mesmo tempo occupar a escrivania e outro cargo, quer do Estado, quer de corporação, salvo quando a somma dos ordenados de ambos os empregos não exceda a 250 rupias e os logares a accumular sejam em aldeias limitrophes, e ainda n'este caso a accumulacão não póde comprehender mais de dois logares.

Art. 91.º O escrivão da Comunidade, que perceber ordenado superior a 125 rupias, terá residencia obrigatoria na aldeia, salvo quando esta seja epidemica ou esteja abandonada pela respectiva povoação, caso em que residirá em alguma localidade proxima, designada pelo administrador.

§ 1.º O escrivão que accumular duas escrivancias com vencimento superior a 125 rupias terá residencia obrigatoria n'uma das aldeias, salvo o disposto na parte final d'este artigo.

§ 2.º O escrivão que tiver ordenado de 125 rupias ou menos deve, comtudo, estar na aldeia, na casa do archivo, um dia por semana, designado e annuciado pelo administrador no *Boletim official* e nos logares publicos da aldeia.

§ 3.º A prescripção do § antecedente não desobriga o escrivão de estar na aldeia um ou mais dias seguidos ou interpolados na mesma semana, quando o serviço da Communnidade assim o exija, como no caso das arrematações, seximaes e outros.

## SECÇÃO VII

### Do sacador da Communnidade

Art. 92.º O sacador é o exactor da Communnidade e o responsavel pela receita annual d'ella.

Art. 93.º Compete ao sacador:

1.º Prestar caução e contas da gerencia pela forma prescripta n'este codigo;

2.º Arrecadar á bôcca do cofre a importancia das cargas de todas as especies, que forem lançadas segundo as disposições d'este codigo, condições da Communnidade ou por ordem superior, e toda a receita e creditos da Communnidade;

3.º Pagar á Administração das Communnidades, mensalmente, nos primeiros 3 dias de cada mez, as respectivas quotas das derramas ordinarias e extraordinarias; — á Fazenda publica, trimensalmente, nos primeiros 15 dias contados do ultimo de cada trimestre, os quarteis de fóros e contribuições da Communnidade; — á mesma Fazenda, nas épocas competentes, as contribuições predial e outras que lhe forem devidas; — e aos jonceiros, accionistas, consignatarios e mais credores da Communnidade, annualmente ou em épocas certas, conforme o disposto n'este codigo ou nos respectivos contractos, ou por ordem superior, os seus proventos, dividendos, juros, salarios ou quaesquer prestações e interesses;

4.º Apresentar ao administrador, para serem visados por este, e ao escrivão respectivo para serem registados no livro da Communnidade, os conhecimentos dos pagamentos feitos á Fazenda publica, dentro de 3 dias immediatos aos fixados no n.º antecedente, sob pena de remoção da sacadoria e de ser compellido a desembolsar, além do alcance, os juros á razão de 6 por cento pela móra, a differença a mais no premio do novo sacador, resultante da nova arrematação, e as perdas e damnos a que dêr causa.

Art. 94.º Nos bens do sacador e seus fiadores resulta hypotheca legal, registavel segundo o direito commum, pelo facto da arrematação da sacadoria.

Art. 95.º O sacador gerente não pode arrematar, caucionar, nem gerir por procuração a sacadoria do anno immediato.

§ unico. Um mesmo individuo não poderá arrematar, por si ou por pessoa interposta, conjunctamente a sacadoria e as vigias, nem o sacador d'um anno caucionar a vigia d'esse mesmo anno, ou vice-versa.

Art. 96.º Sómente é permittido o traspasso da sacadoria antes do sacador entrar na gerencia da mesma, mediante despacho do administrador e com annuencia da Junta, lavrando-se perante esta o termo d'aquelle traspasso.

§ unico. No caso do primitivo fiador não annuir ao traspasso, deverá ser prestada nova caução.

Art. 97.º O sacador poderá gerir a sacadoria por procurador legalmente constituido, devendo o instrumento da procuração ser archivado na Communnidade, além de registado no competente livro, annunciando-se á porta da casa das sessões pelo escrivão.

§ unico. O procurador do sacador é solidario na responsabilidade com este e seu fiador.

Art.º 98.º No caso do fallecimento do sacador, compete aos seus herdeiros ou ao fiador gerir a sacadoria, salvo o disposto nos §§ seguintes.

§ 1.º É permittido aos herdeiros do sacador ou ao seu fiador requerer que novamente se arremate a sacadoria, com direito a levantar o premio por que ella foi arrematada e com obrigação de pagar o da nova arrematação.

§ 2.º No caso do § 1.º, se a nova arrematação fôr feita no anno da gerencia do sacador fallecido, liquidar se-hão as contas da sacadoria e do cofre até o dia da entrega ao novo sacador, e, passando a este o dinheiro encontrado no cofre, apurar-se-ha a responsabilidade do anterior.

§ 3.º Se os herdeiros do sacador quizerem gerir a sacadoria e o fiador não convier n'isto, ou vice-versa, será a sacadoria novamente arrematada nos termos do § 1.º

Art. 99.º No caso de ausencia do sacador será o fiador intimado a gerir a sacadoria, e, quando se recuse, proceder-se-ha nos termos do artigo antecedente, sendo este responsavel pela differença a mais que haja no premio do novo sacador e pela responsabilidade que resultar das contas.

Art. 100.º O sacador tem contra os seus devedores e procuradores os mesmos direitos e forma de processo que pertencem ás Communidades com respeito aos seus devedores.

Art. 101.º São devedores do sacador:

1.º Os vigias alcançados, tanto dos predios das Communidades como dos particulares, com direito á vigia pela Communidade, e os fiadores dos mesmos vigias;

2.º Os arrematantes de quaesquer laços e avenças da receita da Communidade, em geral, e os arrendatarios dos seus predios, em especial, relativamente ao preço dos mesmos laços e avenças, ás rendas dos referidos predios ou a outras contribuições, a que estiverem sejeitos, quando taes rendas e preços não estejam carregados contra os respectivos vigias, bem assim os fiadores dos arrematantes e arrendatarios;

3.º Os proprietarios ou os possuidores de predios foreiros á Communidade, respectivamente aos seus fóros e accessorios;

4.º Os proprietarios ou os possuidores dos predios com fóros a favor da Fazenda publica, cuja cobrança está commettida á Communidade, relativamente a esses fóros, emquanto não seja dispensada da mesma cobrança;

5.º Todos os individuos não mencionados nos numeros antecedentes que, por disposição d'este codigo ou por condições de contractos, têm de solver qualquer quantia a que a Communidade tenha direito.

## SECÇÃO VIII

### Dos clavicularios

Art. 102.º Os clavicularios do cofre da Communidade são: o presidente da Junta, o sacador e o escrivão, sendo este e o primeiro solidariamente responsaveis por todo o alcance encontrado no cofre, que exceda a garantia prestada pelo sacador.

Art. 103.º Cada um dos clavicularios tem uma chave do cofre, a cuja abertura não se pode proceder sem que estejam presentes todos os tres.

Art. 104.º Compete aos clavicularios receber no cofre toda a receita da Communidade e fazer os pagamentos auctorisados por lei ou por ordem superior, nos dias que para isso forem designados, e, quando estes actos deixarem de se praticar por culpa de qualquer d'elles, ficará sujeito á multa de 5 rupias por cada vez, imposta pelo administrador.

Art. 105.º O presidente da Junta perceberá a gratificação fixada annualmente pelo governador geral sobre proposta do administrador, feita em vista dos rendimentos e do serviço da Communidade.

Art. 106.º Pelas aberturas extraordinarias do cofre competem a todos tres clavicularios os emolumentos designados na tabella n.º 4, quando essas aberturas forem a requerimento da parte.

§ unico. Quando para estas aberturas concorram dois ou mais interessados, será o emolumento rateado por cada um d'estes em partes eguaes.

## SECÇÃO IX

### Dos vigias

Art. 107.º Vigias são as pessoas que, mediante certo premio, pago ou pela Communidade ou pelos proprietarios, tomam sobre si o encargo de guardar os predios rusticos segundo as condições de cada Communidade.

Art. 108.º Nas Communidades em que ainda não houver vigias estabelecidos para os seus predios crear-se-hão nos termos prescriptos n'este codigo, e com as estipulações especiaes approvadas pelo administrador.

Art. 109.º A Communnidade poderá fazer a vigia dos predios particulares, adjudicando esse serviço, por arrematação especial, nas mesmas condições dos da associação e com a approvação do administrador, comtanto que ao premio annual se addicionem a favor da Communnidade, pelo menos, dez por cento.

Art. 110.º Compete aos vigias:

1.º Prestar caução idonea;

2.º Pagar os damnos e as faltas que houver nas varzeas e palmares, tanto da Communnidade, como dos particulares, que constituirem o lanço de vigia, sendo uns e outros liquidados e avaliados pela forma marcada n'este codigo.

3.º Responder pela guarda e conservação dos marcos collocados em virtude da tom-  
bação;

4.º Perceber o premio por que arremataram o serviço e a quota dos fructos, denomi-  
nados precalções, que forem designados no calculo da arrematação ou suas condi-  
ções;

5.º Cumprir todas as prescripções tanto d'este codigo, como das condições prévias estabelecidas pelas Juntas com approvação do administrador.

Art. 111.º Os vigias poderão requerer o auxilio das auctoridades administrativas, quando os possuidores dos predios vigiados intentem levantar o producto d'estes por meio de violencia.

Art. 112.º O premio da vigia, correspondente aos predios da Communnidade, será rateado pelos respectivos arrendatários, e o relativo aos predios particulares será carregado aos seus possuidores ou pago pela mesma Communnidade, segundo o seu estabeleci-  
mento.

Art. 113.º Feita a arrematação das vigias, o escrivão expedirá annuncio, em 3 vias, designando o praso de 30 dias, para os proprietarios ou possuidores dos predios parti-  
culares, que quizerem renunciar ao beneficio da vigia, assignarem o termo de exclusão.

§ 1.º Um exemplar do annuncio será affixado á porta da casa das sessões da Com-  
munnidade; outro na da igreja, capella ou pagode da aldeia; e o terceiro, publicado no  
jornal da aldeia ou do concelho, e, na sua falta, no *Boletim official*.

§ 2.º Os proprietarios que, dentro de 30 dias não fizerem a exclusão assignando o  
termo perante o escrivão da Communnidade, por si ou por seus representantes, ficarão  
sujeitos á vigia.

§ 3.º O termo de exclusão feito por um proprietario ou possuidor de muitos predios  
no mesmo bairro ou lanço da vigia, respectivamente só a um d'elles, reputar-se-há como  
feito ácerca de todos, que consequentemente ficarão excluidos.

§ 4.º O praso para a exclusão poderá ser prorogado pelo administrador, havendo  
impedimento do escrivão para tomar os termos.

§ 5.º É permittida aos arrendatários dos predios da Communnidade a exclusão da  
vigia, depositando, dentro do praso marcado n'este artigo, a pensão e quaesquer contri-  
buições devidas á Communnidade.

Art. 114.º Os proprietarios ou possuidores dos palmares deverão colher os fructos de  
3 em 3 mezes, pelo menos.

§ unico. Quando assim o não façam, pode o vigia requerer ao administrador para  
que seja intimado o proprietario ou possuidor a fazel-o dentro dos 30 dias immediatos.

Art. 115.º Os proprietarios das varzeas e os arrendatarios dos campos da Commu-  
nidade deverão ceifar a seara e proceder á debulha até aos dias marcados nas condições  
da praça.

§ unico. Não o fazendo, serão intimados a requerimento do vigia para fazer aquelle  
serviço no praso de 8 dias.

Art. 116.º Nos casos previstos nos dois artigos antecedentes, não cumprindo os pro-  
prietarios ou possuidores o preceito da intimação, poderá o vigia, expirado o praso mar-  
cado na intimação, proceder, com assistencia do escrivão da Communnidade e de dois fieis,  
ao colhimento dos fructos ou ceifa e debulha das varzeas, e depositar nas mãos de pes-  
soa abonada, descontada a despesa que tiver sido feita, lavrando-se de tudo auto no li-  
vro da Communnidade.

§ unico. Feito o deposito, proceder-se-ha á venda dos fructos, nos termos dos arti-  
gos 309.º e 310.º

Art. 117.º Dentro de 15 dias da data do colhimento de côcos, o proprietario ou pos-  
suidor deverá levantar do predio o monte d'elles, sob pena de ficar desobrigado o vigia.

Art. 118.º Préviamente á arrematação, a Junta administrati va nomeará dois ou mais feis, segundo a maior ou menor extensão da aldeia, providenciando no caso de ausencia ou fallecimenjo dos nomeados.

§ unico Este feis terão um caderno fornecido pela Communidade, numerado e rubricado pelo escrivão com termo de abertura e encerramento, para n'elle se lançarem as notas que deverão servir de base para as cargas.

Art. 119.º Compete aos feis:

1.º Assistir á entrega dos palmares aos vigias, e notar as faltas pela forma estabelecida no n.º 5.º, a fim de ser carregada a sua importancia aos proprietarios ou vigias anteriores;

2.º Fazer a contagem das jacas que produzirem os predios, lançando no seu caderno a competente nota pela forma prescripta no n.º 5.º.

3.º Dar a cada proprietario ou possuidor a copia assignada da nota que tomar;

4.º Assistir á colheita dos predios nos casos do artigo 116.º.

5.º Assistir ao colhimento dos palmares, quando a sua presença fôr reclamada, e tomar nota dos côcos que ficam amontoados, dos que faltarem, dos cachos cortados, arrancados e cahidos, tudo com assistencia do proprietario, vigia ou seus commissarios, e no caso de recusa, ou não sabendo assignar, com a de duas testemunhas;

6.º Assistir á entrega dos marcos de tombação, consignando no referido caderno as faltas que encontrar, apuradas em vista da nota que o escrivão da Communidade lhes deverá entregar.

Art. 120.º Os feis, pelos serviços constantes dos n.ºs 1.º, 2.º, 4.º e 5.º do artigo antecedente, vencerão 4 tangas por meio dia, pagos pelos proprietarios ou possuidores, entrando este salario em regra de custas quando haja condemnação n'ellas.

Art. 121.º Os feis podem ser substituidos pelo administrador no caso de negligencia no serviço ou improbidade reconhecida e provada.

Art. 122.º Os vigias serão avisados, com precedencia de 24 horas, de que se vae proceder á contagem das jacas e conforme o es'lyo da aldeia para colheita de côco.

Art. 123.º Quando, depois de avisados, não assistam á colheita ou á contagem, far-se-ha esta á revelia, com assistencia de duas testemunhas, além do fiel e proprietario ou seu commissario.

Art. 124.º Os proprietarios ou possuidores dos predios vigiados são obrigados:

1.º A pagar ao vigia a quota do premio e a dos fructos denominados precalços, segundo o estabelecimento da Communidade;

2.º A fazer a carga da falta de pagamento dos côcos e do valor dos cachos, dentro de 30 dias da data da colheita, e o das jacas até 30 de setembro de cada anno, sob pena de perder o direito de a fazer depois;

3.º A passar ao vigia recibos da importancia que receber dos fructos.

Art. 125.º O vigia dos predios cuja renda deve entrar no cofre da Communidade não poderá permittir a colheita dos palmares, ou a debulha das searas, sem que lhe seja entregue um *passe* assignado pelo sacador e escrivão, sob pena de prisão a que se procederá nos termos do n.º 4.º do artigo 564.º.

§ unico. O *passe* não será expedido sem que o arrendatario assigne o respectivo talão.

Art. 126.º O sacador que queira proceder á immediata cobrança da renda dos predios, cujo producto foi levantado sem *passe*, dará parte do levantamento ao escrivão, o qual, junto com dois feis, indo ao sitio do predio, examinará a verdade da accusação e, fazendo auto do resultado, expedirá conta corrente contra o vigia pela renda e mais contribuições correspondentes á varzea cujo producto se levantou, procedendo-se depois em conformidade com o preceituado no capitulo 2.º do titulo 5.º.

§ unico. A falta d'este exame não impede o sacador de fazer carga contra o vigia na época marcada na secção VII do capitulo 2.º do titulo 4.º.

Art. 127.º Quando as varzeas não forem cultivadas e as arvores não dérem fructos, o vigia poderá libertar-se de qualquer responsabilidade, fazendo termo d'isso com assistencia de um fiel, procedendo-se préviamente ao exame do predio, com intimação ou assistencia do sacador e do respectivo proprietario ou possuidor, e, no caso de revelia d'estes, com intervenção de dois feis, ou, na sua falta, de duas testemunhas.

§ unico. Em qualquer das hypotheses d'este artigo o vigia não terá direito á quota do premio attinente aos predios que não forem cultivados, ou nada produzirem, mas sim á importancia das custas da mesma diligencia.

Art. 128.º O alcance que resultar contra o vigia na conta corrente, expedida a favor do sacador, não pode ser compensado com o credito que o mesmo vigia, por outro titulo, tiver na Communidade.

Art. 129.º Quando não estiver adjudicada alguma vigia, os arrendatarios dos predios da Communidade serão considerados vigias, para os effeitos do disposto n'esta secção, relativamente ao predio arrendado ou possuido, cabendo n'este caso ao sacador ou gerente da sacadoria os direitos que pelos artigos 111.º, 114.º a 116.º e 125.º são concedidos a favor dos vigias e contra os proprietarios ou possuidores ali designados.

Art. 130.º É applicavel aos vigias o disposto nos artigos 94.º, 96.º e 98.º e seus §§.

## SECÇÃO X

### Dos bouços

Art. 131.º *Bouços* são associações forçadas dos arrendatarios de *casanas*, sujeitas ás disposições que regulam as Communidades.

§ unico. Chamam-se *casanas* as varzeas sujeitas a inundações dos rios que lhes ficam proximos e das quaes são defendidas por meio de vallados.

Art. 132.º Compete ao bouço :

1.º Conservar, reparar e vigiar os vallados, portaes com as suas comportas e represas da respectiva casana ;

2.º Nomear o pessoal de que carecer para o serviço a seu cargo ;

3.º Perceber a receita e pagar a despesa que houver-

§ 1.º A construcção, reconstrucção e reparação dos portaes abrangendo obras de alvenaria ficam a cargo da Communidade.

§ 2.º As sobras ou *deficit*, que forem liquidados e approvados, serão distribuidos pelos componentes do bouço.

Art. 133.º Constitue receita do bouço :

1.º A renda das varzeas, retalhos, vallados e outras avenças, que, segundo o estabelecimento, lhe forem destinadas pela Communidade ;

2.º O producto da venda dos materiaes inserviveis das comportas ;

3.º Quaesquer contribuições que pelo encabeçamento dos vallados, onde tiver sido concedido, lhe forem devidas :

4.º Quaesquer outras receitas não especificadas.

Art. 134.º Constitue despesa do bouço :

1.º O custo da conservação e reparação annual dos vallados e represas, e de fornecimento de madeira nova das comportas ;

2.º A gratificação do escrivão e salario dos serviços ;

3.º A despesa da inspecção dos vallados e comportas ;

4.º Quaesquer contribuições estabelecidas a favor do culto e da beneficencia, e outras despesas não especificadas.

Art. 135.º No caso previsto na ultima parte do artigo 80.º, cada bouço terá um escrivão privativo por elle proposto e nomeado pelo administrador.

Art. 136.º Os colonos das glebas das casanas representam os arrendatarios, e os substituem legalmente na constituição do bouço.

§ 1.º As deliberações dos bouços serão tomadas pela maioria de votos.

§ 2.º Quando o bouço, devidamente convocado, não se reunir, passarão as suas attribuições á Junta administrativa.

Art. 137.º Na occasião da entrega de um bouço a outro, proceder-se-ha, préviamente, á inspecção, nos termos do artigo 138.º, para se verificar o estado dos vallados.

§ 1.º Conhecendo se pelo exame que os vallados não se acham em devidos termos, far-se ha logo avaliação dos prejuizos, que será apresentada ao administrador a fim de tornar effectiva a responsabilidade do bouço cessante.

§ 2.º O bouço que tomar a entrega sem inspecção presume-se que a tomou em devido estado.

Art. 138.º As inspecções para o exame do serviço dos vallados ou, quaesquer outras necessarias para verificar a responsabilidade dos bouços, serão feitas pela Junta, com assistencia do procurador e escrivão da Communidade, podendo a mesma Junta, para



seu esclarecimento, nomear um ou dois peritos, ouvir, no acto, o seu parecer, reduzindo tudo a auto, escripto no livro de diversos termos e autos.

§ 1.º A Junta e o procurador vencerão por estas inspecções gratificação igual á taxa para as sessões; os peritos a marcada na tabella n.º 4, e o escrivão da Comunidade, quando não seja tambem do bouço, como um vogal da Junta, tudo pago pela receita privativa do bouço interessado.

§ 2.º Quando para essas inspecções seja requerida a presidencia do administrador, far-se-ha a inspecção nos termos d'este artigo, mas com intervenção de 3 peritos, sendo um nomeado pelo requerente, outro pelo bouço accusado, e o terceiro pelo administrador ou por sua delegação, pela Junta. O auto, n'este caso, será escripto pelo escrivão da Administração no processo, sendo todas as custas pagas pelo requerente, quando não haja parte vencida e condemnada n'ellas.

Art. 139.º Tudo quanto respeita á organização e serviço dos bouços, assim como ás obrigações e penas em que incorrerem, regular-se-ha por condições especiaes estabelecidas pelas Juntas, antes da arrematação triennial, com approvação do administrador, as quaes uma vez feitas não podem ser revogadas durante o periodo do respectivo arrendamento.

### CAPITULO III

#### Da administração das Comunidades

##### SECÇÃO I

##### Do administrador

Art. 140.º Para superintender e fiscalisar os negocios das Comunidades ha, em cada um dos concelhos das Velhas Conquistas, um administrador privativo da nomeação do governador geral, em cujas mãos presta juramento, com os vencimentos marcados na tabella n.º 3, pagos pelas Comunidades.

§ unico. Nas Novas Conquistas exercem as funções de administrador das Comunidades os respectivos administradores de concelho.

Art. 141.º Os administradores das Comunidades têm residencia obrigatoria na capital do concelho, e não podem ausentar-se d'este sem licença do governador geral.

Art. 142.º O administrador das Comunidades é substituido, nos seus impedimentos, pelo administrador substituto do concelho.

§ 1.º No impedimento simultaneo do administrador das Comunidades e substituto, accumulará as funções de administrador das Comunidades o do concelho.

§ 2.º Nas Novas Conquistas, dado o mesmo caso, exercerá essas funções quem estiver desempenhando o cargo de administrador do concelho.

Art. 143.º Os administradores das Comunidades, no caso de licença por parecer da Junta de saude, perderão um terço do seu ordenado, se o impedimento exceder 30 dias consecutivos.

§ unico. Se o impedimento, pelo mesmo motivo, durar mais de 90 dias, perderão metade, e, passando 120 dias, dois terços, não podendo, em caso algum, a licença exceder a um anno.

Art. 144.º Os administradores substitutos ou interinos percebem vencimentos por inteiro, quando o logar estiver vago, ou a parte que o proprietario perder nos termos do artigo antecedente e seu §.

Art. 145.º Uns e outros, no exercicio das suas funções, perceberão a percentagem e emolumentos marcados nas respectivas tabellas.

Art. 146.º É applicavel aos administradores das Comunidades, ou aos seus substitutos em exercicio, o disposto no artigo 61.º e § unico.

Art. 147.º O administrador corresponde-se officialmente com os funcionarios, auctoridades ou Repartições publicas, e expede ordens aos seus subordinados.

Art. 148. O administrador poderá ser averbado de suspeito nos processos que tiver de decidir, regulando-se, n'este caso, nos termos e pela forma preceituada nos artigos 292.º a 303.º do Codigo do processo civil.

Art. 149.º O administrador das Comunidades tem por deveres e attribuições :

- 1.º Cumprir e fazer cumprir aos seus subordinados os preceitos d'este código ;
- 2.º Fazer manter a ordem e a regularidade nas corporações sujeitas á sua superintendencia ;
- 3.º Organisar, em outubro de cada anno, o orçamento da receita e despesa da administração, rateando o *deficit* pelas Comunidades proporcionalmente á importancia das suas receitas do mesmo anno, e submettel-o á approvação do governador geral — modelo n.º 5 ;
- § unico. No concelho de Sanquelim incluir-se-ha n'este orçamento a receita da derrama dos dessaiaados, a qual fará face á parte da despesa feita com os sypaes da Administração ;
- 4.º Proceder á derrama suplementar, quando haja despesa extraordinaria a fazer, devidamente auctorisada ;
- 5.º Communicar ás Comunidades e aos interessados, até 15 de dezembro, qual a quota da derrama ordinaria que cada um tem de satisfazer, e, opportunamente, a da derrama extraordinaria, procedendo á cobrança d'estas prestações, quer voluntaria, quer coerciva, nos termos d'este código, fazendo, no ultimo caso, expedir a conta corrente pelo escrivão da Administração ;
- 6.º Lavrar os termos de abertura e encerramento e rubricar os livros a que se referem os artigos 389.º e 394.º, ou auctorisar a execução d'este serviço, quando respeite aos livros das Comunidades, ao escrivão ou amanuenses da Administração ;
- 7.º Presidir ás vistorias, inspecções e arrematações, e bem assim á entrega e posse de terras alienadas ;
- 8.º Examinar a escripturação e contabilidade das Comunidades e bouços, e tomar contas aos responsaveis, nos termos prescriptos n'este código ;
- 9.º Approvar as folhas de receita e despesa annuaes das Comunidades e o calculo e condições das arrematações ordinarias ;
- 10.º Inspeccionar os archivos e dar balanço aos cofres, quando julgar conveniente ou fôr requerido denunciando desvio de livros ou de dinheiro do cofre ;
- 11.º Exercer as attribuições das Juntas nos casos e termos expressos no artigo 63.º ;
- 12.º Assistir, sempre que julgar conveniente, ás reuniões das Comunidades e sessões das Juntas administrativas ;
- 13.º Abrir concursos para o provimento dos cargos de escrivão e amanuenses da Administração ;
- 14.º Propôr a nomeação de porteiro e official de diligencias, e nomear servente e sypaes da Administração ; e informar es requerimentos dos empregados sobre o seu comportamento e habilitações, quando tenham de concorrer a quaesquer concursos para admissão a serviços publicos ;
- 15.º Propôr a nomeação e dissolução das Juntas ou a substituição de alguns dos seus membros, e a demissão do procurador da Comunidade, nos termos do artigo 77.º, e bem assim dos empregados da Administração e escrivães das Comunidades ;
- 16.º Deferir juramento aos empregados seus subordinados e aos membros da Junta e outros agentes das Comunidades, podendo delegar estas funções no regedor da parochia, ou no presidente da Junta já ajuramentado ;
- 17.º Propôr gratificação aos clavicularios e ao procurador da Comunidade e a percentagem aos procuradores encarregados da sacadoria ;
- 18.º Propôr as reuniões das Comunidades na séde ou edificio da Administração, e ordenar as sessões das Juntas n'esses locais ;
- 19.º Determinar ou auctorisar as reuniões extraordinarias das Comunidades e Juntas ;
- 20.º Advertir, censurar e bem assim suspender até 15 dias, ouvindo, préviamente, os empregados da Administração e das Comunidades ;
- 21.º Dar parte motivada contra os empregados, que suspender, ao governador geral, para marcar maior praso de suspensão ou exonerá-los ;
- 22.º Nomear escrivães provisorios, ou encarregar provisoriamente a escrivania d'uma Comunidade ao escrivão d'outra por tempo não excedente a 60 dias, e propôr a transferencia dos escrivães d'uma para outra escrivania ;
- 23.º Conceder licença até 15 dias, em cada anno, aos empregados seus subordinados ;

24.º Decidir as pretensões de resenhas e remissões de fóros.

25.º Tomar conhecimento e decidir todos os requerimentos, reclamações e recursos sobre actos que não sejam da competência das autoridades superiores; e informar todos os que tenham de subir á decisão do governador geral ou do Conselho de provincia;

26.º Proceder nos termos previstos no artigo 326.º e seguintes ácerca das usurpações das terras das Communidades;

27.º Auctorisar as Communidades a proporem acções conservatorias e crimes, e as despesas para isso precisas;

28.º Auctorisar annualmente despesas miudas, eventuaes ou imprevistas, até 75 rúpias, e o adiantamento das quantias indispensaveis para occorrer ás despesas devidamente auctorisadas; e bem assim as despesas necessarias para a defesa das demandas intentadas contra as Communidades.

29.º Proceder á cobrança coerciva, por meio de execução administrativa, das dividas das Communidades e dos seus sacadores, competido lhe as funções de juiz nos respectivos processos;

30.º Distribuir com egualdade e á sorte, em 3 classes, segundo o seu valor, os processos de execução administrativa, pelo escrivão e amanuenses da Administração;

31.º Reter ou deprecar a retenção de proventos de jónos, dividendos das acções ou qualquer credito que os devedores tenham nas Communidades, até que estas fiquem embolsadas dos seus credits e accessorios;

32.º Julgar as contas dos responsaveis annuaes das Communidades até 31 de outubro do anno seguinte, enviando á Secretaria geral o respectivo mappa até 15 de novembro, sob pena de incorrer na multa de 5 por cento da respectiva receita;

33.º Enviar á Repartição de fazenda do concelho, mensalmente, uma nota das remissões effectuadas no mez anterior, e a guia para pagamento do sêllo da transmissão das acções e da contribuição industrial, correspondente aos emolumentos communs cobrados no mez anterior;

34.º Prestar ao governador geral, até 31 de março de cada anno, um relatório da gerencia das Communidades no anno anterior, consignando n'elle os factos importantes da sua administração, e indicando os meios que julgar conveniente adoptar para o incremento e aperfeiçoamento da cultura, e para a prosperidade d'aquellas associações, devendo fazer acompanhar esse relatório do mappa estatístico dos trabalhos da administração, do mappa do movimento das acções das Communidades, organizado segundo o modelo n.º 6, e do mappa dos processos de execução, de que trata o artigo 519.º, e de outros que julgar uteis.

Art. 150.º Dos despachos e sentenças do administrador cabem os recursos marcados n'este código.

## SECÇÃO II

### Das Administrações das Communidades

Art. 151.º Em cada um dos concelhos das Velhas Conquistas haverá uma Administração, onde todos os negocios das Communidades, dependentes da resolução ou informação do administrador, serão processados na conformidade d'este código.

§ unico. Em cada um dos concelhos das Novas Conquistas correrão esses negocios pela respectiva Administração do concelho.

Art. 152.º As Administrações das Communidades são Repartições publicas para todos os effeitos, e serão consideradas como tribunaes para os effeitos da execução administrativa das dividas ás Communidades.

Art. 153.º Ha em cada Administração das Velhas Conquistas um administrador, um escrivão, dois amanuenses de primeira classe e um de segunda, um porteiro, dois officiaes de diligencias e um servente.

§ 1.º Nas Novas Conquistas haverá em cada Administração um amanuense para o serviço das Communidades e torofos, excepto no concelho de Perném.

§ 2.º Em qualquer das Administrações poderá ser augmentado ou diminuido o numero d'aquelles empregados, conforme as necessidades do serviço, pelo governador geral, sobre proposta do respectivo administrador.

Art. 154.º Os escrivães e os amanuenses serão providos mediante concurso; pela forma prescripta na secção 2.ª do capitulo 6.º d'este titulo, e os restantes empregados nomeados pelo governador geral, sobre proposta do administrador.

Art. 155.º O escrivão será substituído, no seu impedimento, pelo amanuense de 1.ª classe, que o administrador designar; o amanuense, da mesma forma, por um empregado da Administração ou escrivão de uma das Comunidades; e o porteiro, official e servente por quem o administrador provisoriamente nomear.

§ unico. Para os logares de serventes serão chamadas praças da companhia dos reformados, sempre que seja possível.

Art. 156.º O pessoal referido no artigo 153.º e seu § 1.º tem os vencimentos marcados na tabella n.º 3, pagos pelas Comunidades.

§ 1.º Além dos vencimentos designados, tem este pessoal direito á percentagem e aos emolumentos designados na tabella n.º 4.

§ 2.º Os emolumentos communs, deduzidas as despesas do expediente e limpeza da Repartição, serão distribuídos, no fim de cada trimestre, metade ao administrador, um quarto ao escrivão e um quarto aos amanuenses.

Art. 157.º E' applicavel aos empregados da Administração o disposto nos artigos 61.º e seu §, 89.º, 143.º e seu § e 144.º

Art. 158.º O empregado que faltar ao serviço sem justo motivo perderá o vencimento dos dias em que não comparecer á Repartição, além da pena de suspensão ou exoneração que lhe possa ser applicada.

Art. 159.º Os escrivães e amanuenses são escrivães dos processos de execuções administrativas, e como taes lhes competem as attribuições conferidas n'este codigo.

§ 1.º No impedimento do escrivão do processo fará as suas vezes qualquer dos escrivães companheiros.

§ 2.º A penhora pode ser commettida ao escrivão de qualquer Comunidade nos termos do artigo 565.º

§ 3.º Quando o serviço das execuções o exija, o administrador poderá chamar o escrivão de qualquer Comunidade e incumbil-o, por despacho no processo, do expediente dos seus termos: n'este caso competem a este escrivão todas as attribuições do escrivão do processo, com direito aos respectivos emolumentos e percentagem.

Art. 160.º Os escrivães das execuções exercem as suas funções sob a immediata direcção e fiscalisação do administrador, e o serviço respectivo será desempenhado por forma que um dos escrivães esteja sempre na Administração para o serviço do expediente, de modo que na cobrança não haja delongas de que resultem prejuizos aos devedores e credores.

Art. 161.º O escrivão da Administração, ou o que legitimamente o substituir, é o contador de todos os processos de execução administrativa e outros.

Art. 162.º O escrivão é o chefe dos empregados e conservador do archivo, e como tal compete-lhe:

1.º Manter a ordem na Repartição, distribuir e regular o serviço entre os empregados, quando não seja determinado pelo administrador ou por este codigo;

2.º Fazer o expediente da Administração, a escripturação dos livros e dos registos, o exame das folhas da receita e despesa, calculos, arrematações e contas, e o serviço que lhe incumbe por este codigo ou que fôr determinado superiormente;

3.º Redigir a correspondencia em harmonia com os despachos do administrador;

4.º Inscrever o respectivo numero d'ordem em toda a correspondencia expedida, de loiz de assignada pelo administrador;

5.º Prestar esclarecimentos aos officiaes competentes para se proceder á penhora e a resto das acções;

6.º Ter a seu cargo o archivo da Administração, que conservará em ordem e a seio.

Art. 163.º Compete aos amanuenses:

1.º Coadjuvar o escrivão no exercicio das suas funções, e fazer a escripturação e contabilidade que forem designadas pelo administrador ou pelo escrivão;

2.º Escrever notas, officios e mais expediente, cujas minutas lhe forem entregues.

Art. 164.º O porteiro tem a seu cargo a chave do edificio e a escripturação do livro da porta, cumprindo-lhe auxiliar o escrivão nos trabalhos do archivo e executar outros serviços da Repartição que lhe forem ordenados.

Art. 165.º Os officiaes de diligencias são competentes para fazer as citações e intimações, serão portadores da correspondencia e cumprirão todas as determinações do administrador.

§ 1.º Os officiaes de diligencias são também officiaes de execuções administrativas.

§ 2.º Para se proceder á penhora, as funções do official poderão ser commettidas a qualquer escrivão da Comunidade.

Art. 166.º O servente é responsavel pelo asseio da Repartição, e desempenhará o serviço que superiormente lhe fôr marcado.

Art. 167.º O escrivão e os amanuenses são competentes para fazer as citações e intimações que o administrador determinar.

§ 1.º Nos processos de execução administrativa e outros, os respectivos escrivães, ou quem suas vezes fizer, poderão fazer as citações e intimações no proprio processo em virtude do despacho que as determinar.

§ 2.º Os outros empregados sómente podem fazel-as em presença do respectivo mandado.

Art. 168.º A Administração das Comunidades terá um cofre com tres chaves para n'elle se arrecadar a receita das derramas e a das Comunidades commissas, enquanto ficar a seu cargo a sua gerencia.

§ 1.º São clavicularios d'este cofre o administrador, o escrivão e o amanuense de 1.ª classe mais antigo, com responsabilidade solidaria por qualquer desfalque que n'elle haja.

§ 2.º Enquanto continuar addido o escrivão da Camara agraria, será este o terceiro claviculario.

Art. 169.º A cargo da Administração fica o archivo geral dos livros findos das Comunidades, organizado nos termos do titulo VII.

Art. 170.º O serviço da Administração durará 5 horas, diariamente, começando ás 10 horas da manhã e terminando ás 3 da tarde, em todos os dias não declarados feriados para as Repartições administrativas, excepto nos mezes de março a maio, em que o horario será das 9 horas da manhã ás 2 da tarde.

§ unico. Este horario será prorogado, pela forma que o administrador determinar, quando fôr necessario.

## CAPITULO IV

### Do governador geral

Art. 171.º Compete ao governador geral:

1.º Nomear, suspender e exonerar, ouvidos préviamente, os administradores das Comunidades e os empregados das Administrações e Comunidades; transferil-os e conceder-lhes licenças; nomear e dissolver as Juntas administrativas e Comissões de gerencia;

2.º Alterar o pessoal das Administrações, seus vencimentos, emolumentos e percentagens, e bem assim os dos escrivães das Comunidades, constantes das respectivas tabellas, e fixar as gratificações aos clavicularios e procuradores das Comunidades;

3.º Approvar os orçamentos da receita e despesa das Administrações, e as folhas de despesas urgentes, realisadas em conformidade do n.º 3.º do artigo 58.º;

4.º Auctorisar as sessões das Comunidades na séde da Administração, e ordenar ao administrador a assistencia ás sessões no local onde ordinariamente se reúnem as Comunidades;

5.º Auctorisar a execução das deliberações das Comunidades sobre os assumptos constantes do n.º 5.º do artigo 38.º d'este codigo, e a remissão dos encargos que legalmente as onérem;

6.º Auctorisar despesas eventuaes e extraordinarias, superiores a 75 rupias;

7.º Obrigar as Comunidades a empregarem os meios necesarios para a conversão das varzeas de uma a duas culturas, e para arrotearem os terrenos incultos susceptiveis de cultura;

8.º Promover, de accordo com as Comunidades, a aquisição das machinas e instrumentos que facilitem e melhorem a agricultura, o emprego racional dos adubos, o ensaio de novas culturas e a criação de pastagens artificiaes para engorda do gado;

9.º Conceder aforamento e troca dos terrenos das Communidades, e determinar a reversão nos casos previstos n'este Codigo;

10.º Conceder a prorrogação do praso para o aproveitamento dos terrenos aforados;

11.º Conceder aos arrendatarios das varzeas diminuição ou quita da renda, nos termos previstos n'este codigo;

12.º Conceder pagamento em prestações das dividas ás Communidades nos termos prescriptos n'este codigo;

13.º Confirmar o julgamento de falhas e a annullação das dividas ás Communidades, e julgar as prescripções;

14.º Resolver os recursos das decisões do administrador em questões não contenciosas;

15.º Decidir os recursos que directamente lhe forem dirigidos pelos devedores presos em processos executivos, depois de ouvir o administrador que ordenou a prisão;

16.º Impôr a pena de commissão ás Communidades que estiverem nas condições designadas no artigo 192.º;

17.º E, em geral, conhecer de todos os actos do administrador das Communidades, cuja apreciação não compita ao Conselho de provincia, ou ás justiças ordinarias.

## CAPITULO V

### Do Conselho de provincia

Art. 172.º Compete ao Conselho de provincia :

1.º Resolver os recursos das decisões do administrador das Communidades em materia contenciosa, e bem assim das que respeitarem a folhas de receita e despesa annual das Communidades ;

2.º Julgar das irregularidades dos concursos para os logares de escrivães e amanuenses das Administrações e de escrivães das Communidades, no caso de reclamação ;

3.º Resolver sobre as irregularidades das arrematações das Communidades, quer notadas e communicadas pelo administrador, quer allegadas em reclamações particulares ; e bem assim decidir os recursos dos despachos do administrador visando as arrematações ;

4.º Resolver as reclamações sobre questões attinentes a derramas, servidões, distribuição de aguas, usufructo de terrenos baldios, ou arvoredos e pastos de logradouro commum, que tiverem por fim a utilidade geral e por fundamento algum acto das Communidades, salvo quando se tratar de verificação e liquidação de indemnisação ;

5.º Conceder licença para as Communidades intentarem acções persecutorias, salvo o disposto no § unico do artigo 315.º, § 3.º do artigo 334.º e § unico do artigo 343.º, — desistirem d'ellas, — confessarem as que contra ellas forem intentadas, inclusive as conservatorias, — e auctorisar as mesmas corporações a transigirem nas acções em que forem partes ; bem como auctorisar as despesas respectivas.

## CAPITULO VI

### Dos concursos

#### SECÇÃO I

##### Dos escrivães das Communidades

Art. 173.º O provimento dos logares de escrivães das Communidades será feito mediante concurso, por meio de exercicios escriptos, salvo nos casos de reintegração ou transferencia.

Art. 174.º O concurso abrir se-ha biennialmente na Secretaria geral do Governo, por tempo de 30 dias, contados da publicação do respectivo annuncio no *Boletim official*.

§ 1.º Se durante o biennio se dêr o facto de não haver candidatos já approvados que pretendam provimento, poderá ser aberto concurso extraordinario.

§ 2.º Findo o praso do concurso, serão publicados no mesmo *Boletim* os nomes dos candidatos, admittendo-se a exame sómente aquelles que apresentarem os documentos indicados no artigo seguinte até á vespera do exame.

§ 3.º O exame terá logar impreterivelmente no primeiro dia util de novembro.

Art. 175.º Os que pretenderem ser admittidos ao concurso deverão requerer até ao ultimo dia do praso annuciado, juntando os seguintes documentos:

- 1.º Certidão d'onde conste ser de maior idade e não contar mais de 45 annos;
- 2.º Attestado do seu estado e comportamento, passado pelo parcho ou regedor;
- 3.º Certidão de approvação de instrucção primaria;
- 4.º Certificado do registo criminal;
- 5.º Certidão de não ser devedor á Fazenda publica.

§ 1.º São dispensados da apresentação do documento mencionado no n.º 3.º os que exercerem empregos publicos.

§ 2.º Poderão tambem produzir quaesquer outros documentos, que tenham, de habilitações litterarias e scientificas, e de serviços publicos.

Art. 176.º Os exercicios escriptos serão feitos perante um jury nomeado pelo governador geral, que escolherá o presidente e secretario, e composto de dois administradores das Communidades, designados successivamente pela sua antiguidade, e de um administrador das Novas Conquistas.

§ 1.º Os exercicios escriptos versarão sobre os seguintes assumptos, constituindo a sua materia tres pontos:

1.º Escripta de um trecho em prosa, dictado para se apreciar a prova calligraphica e orthographica;

2.º Legislação peculiar em vigor, na qual o jury attenderá á redacção;

3.º Contabilidade geral e especial.

§ 2.º De cada materia, a que se refere o § antecedente, haverá uma serie de cinco pontos, feitos com clareza pelo jury, que deverá reunir-se para este fim duas horas antes de começarem os exames, pontos que serão guardados separadamente em tres urnas.

§ 3.º No local, dia e hora marcados, os candidatos admittidos darão perante o jury primeiro a prova n.º 1, sendo extrahido á sorte o respectivo ponto pelo primeiro candidato na ordem alphabetica, o qual, depois de se concluir essa prova, extrahirá do mesmo modo os pontos das duas outras series, que serão lidos pelo presidente e escriptos pelos concorrentes.

§ 4.º Se algum dos pretendentes não comparecer á hora marcada, seja qual fôr a causa, não ficará, por isso, adiado o exame, e considerar se-ha que desistiu do concurso.

Art. 177.º Os concorrentes terão quatro horas para dar estas provas, sendo lhes fornecidos, no começo do acto, papel rubricado pelos membros do jury, tinteiro, pennas e sobrescriptos.

§ 1.º Depois de estarem na sala, onde se effectuar o exame, não podem conversar entre si, nem communicar com pessoa alguma estranha, nem consultar qualquer impresso ou manuscrito.

§ 2.º O candidato que infringir o prescripto no § antecedente será expulso do concurso.

§ 3.º Findo o praso de quatro horas, a que se refere o presente artigo, o jury arrecadará as respostas dos candidatos no estado em que as tiverem.

Art. 178.º Quando qualquer candidato tiver concluido as provas do exame, deverá fechal as em capa de papel não sobrescriptada, sem as ter assignado ou rubricado, nem lhes pôr signal algum pelo qual se possa conhecer quem é o seu auctor, e entregal-as-ha ao jury para serem lançadas em um cofre para tal fim destinado, ficando a chave em poder do presidente.

§ 1.º Em papel separado, copiará cada um dos concorrentes as primeiras e as ultimas duas linhas das suas respostas aos 2.º e 3.º quesitos, escreverá em seguida o seu nome por extenso, e encerrará o papel em outra capa que sobrescriptará para o jury, a fim de ser lançado no cofre em que o foram as provas originaes.

§ 2.º O candidato que infringir o disposto n'este artigo será excluido da classificação.

Art. 179.º Dentro dos tres dias uteis, immediatos ao do exame, reunir-se-ha o jury para avaliar ás provas e classificar as conforme o merecimento d'ellas.

§ 1.º Aberto o cofre mencionado no artigo antecedente, e extrahidas primeiramente

só as provas originaes, o jury as abrirá, numerará e examinará successivamente pela ordem de numeração.

§ 2.º Em seguida procederá o jury á classificação que terá tres graus, a saber: —  *muito bom, bom e esperado* — sendo cada grau estabelecido segundo a maioria dos respectivos votos, devendo o jury ter em consideração especial a prova calligraphica.

§ 3.º A graduação dos candidatos, em cada uma d'estas classes, resultará do numero de votos que obtiverem.

§ 4.º Não podendo fazer-se a classificação em um só dia, continuar-se-ha nos dias immediatos, ficando o resultado secreto até que seja ultimado.

§ 5.º Concluida a classificação de todos os candilatos, serão extrahidos do cofre e abertos os sobrescriptos, e far-se-ha em seguida o confronto das linhas copiadas com as provas originaes e escrever-se-ha o nome de cada candidato ao lado do numero correspondente ao que tiver tido o respectivo exercicio escripto, verificando-se assim a classificação que cada um obteve.

Art. 180.º De todos os actos do concurso o jury lavrará actas, que enviará á Secretaria geral do Governo, devidamente assignadas, juntamente com os requerimentos, respostas e documentos dos candidatos, para os fins legais.

Art. 181.º Os concorrentes classificados com a nota de  *muito bom*, ou  *bom*, serão relacionados n'uma lista que será publicada no  *Boletim official*; e, conforme esta lista, o governador geral fará a nomeação para as vacaturas que occorrerem.

§ 1.º Antes da nomeação, será o candidato respectivo intimado administrativamente para apresentar certidão de não ser devedor á respectiva corporação.

§ 2.º Na identidade de merecimento serão preferidos:

1.º Os que tiverem mais tempo de serviço publico;

2.º Os que apresentarem melhores habilitações litterarias ou scientificas.

Art. 182.º Apurada a lista dos candidatos approvados, os que pretenderem provimento nas escripturarias das Commuidades das Novas Conquistas, e assim o tenham declarado nas petições iniciaes, serão examinados na escripta e contabilidade maratha por um jury nomeado pelo governador geral, devendo impreterivelmente ser um dos vogaes do jury o professor de maratha do Lyceu nacional, podendo ser nomeados para os logares vagos sómente os que sejam approvados pelo dito jury.

Art. 183.º Os concursos feitos em conformidade com as disposições d'este codigo terão validade por tres annos.

Art. 184.º Para o fim do provimento definitivo das escripturarias, o administrador, quando occorrer a vacatura, dará parte d'ella á Secretaria geral, que annunciará o praso de 10 dias para os escriptães antes providos e em exercicio requererem, querendo, a transferencia que pretendam, para o logar vago.

§ 1.º A transferencia só pode ser concedida aos escriptães nomeados em concurso.

§ 2.º A preferencia na transferencia entre os diversos requerentes será regulada nos termos do § 2.º do artigo 181.º.

§ 3.º Aquelle que obtiver provimento por transferencia será obrigado a satisfazer ao prescripto no § 1.º do artigo 181.º.

§ 4.º Não havendo quem pretenda transferencia, será o logar provido nos termos do artigo 181.º e seus §§.

## SECÇÃO II

### Dos empregados da Administração

Art. 185.º Quando vagar qualquer dos logares de escriptão ou amanuenses da Administração, o administrador publicará no  *Boletim official*, dentro de 15 dias, o annuncio da vacatura para os que pretenderem transferencia a solicitarem dentro do praso de 10 dias, a contar da publicação e por petição apresentada na Secretaria geral.

Art. 186.º Não ficando provido o logar por transferencia, o administrador annunciará concurso por 30 dias consecutivos, contados da publicação do mesmo annuncio, para o provimento definitivo do cargo.

Art. 187.º São applicaveis a este concurso as regras estabelecidas na secção antecedente, com as seguintes modificações.



Art. 188.º O jury compôr-se-ha do administrador, como presidente, e de dois funcionarios ou cidadãos nomeados vogaes pelo governador geral.

§ unico. O administrador, durante o praso do concurso, pedirá a nomeação d'estes dois vogaes por intermédio da Secretaria geral.

Art. 189.º Os pontos serão quatro, e versarão sobre :

1.º Escripção de um trecho em prosa, dictado para se apurar as provas calligraphica e orthographica ;

2.º Legislação peculiar em vigor.

3.º Redacção ;

4.º Contabilidade geral e especial.

Art. 190.º Os amanuenses especiaes das Administrações dos concelhos das Novas Conquistas terão de satisfazer ao prescripto no artigo 182.º.

§ unico. O governador geral pode determinar que o exame sobre a escripturação e contabilidade maratha seja feito pelo mesmo jury, nomeado na forma do artigo 188.º.

Art. 191.º Os escrivães e amanuenses nomeados em concurso poderão ser transferidos para identicos logares de uma para outra Administração, por conveniencia de seryço, ou a seu pedido, apresentado dentro de dez dias a contar do annuncio da vacatura.

## CAPITULO VII

### Das Communidades commissas

#### SECÇÃO I

##### Da dissolução

Art. 192.º Comunidade *commissa* é aquella em que os seus componentes abandonaram a sua administração, ou a que não pode satisfazer os seus encargos.

Art. 193.º Dentro do praso de 90 dias da publicação d'este codigo, o administrador convocará os componentes das actuaes Communidades commissas, havendo-os em numero de cinco ou mais, para uma reunião na Administração, a fim de deliberarem se lhes convem entrar na gerencia da Comunidade.

Art. 194.º A convocação será feita por annuncios publicados no *Boletim-official* e em um jornal da aldeia ou da capital do concelho, havendo-os, e affixados á porta da Administração e da igreja, capella, pagode ou em outro logar publico da aldeia.

§ unico. Se o numero dos componentes fôr inferior a vinte e todos residentes dentro do concelho, a convocação será feita por intimação pessoal, prescindindo-se, n'este caso, de annuncios.

Art. 195.º Reunindo-se os componentes em numero de metade e mais um do total d'elles, deliberarão, por maioria, se lhes convem entrar na gerencia da Comunidade, ou se preferem a sua dissolução.

Art. 196.º Se deliberarem entrar na gerencia, o administrador assim o participará ao governador geral propondo, ao mesmo tempo, os componentes que devam formar a Junta administrativa.

§ 1.º Confirmada pelo governador geral a deliberação, quando assim o entenda dever fazer, e nomeada, em consequencia, a Junta, far-se-lhe-ha a entrega da gerencia, continuando d'ahi em diante a ser administrada a Comunidade do mesmo modo como as outras, observando se as regras estabelecidas n'este codigo.

§ 2.º O escrivão da Camara agraria, ou o privativo que a Comunidade commissas tivesse, continuará a ser escrivão d'ella, quando assim o queira, devendo-se fazer, no caso contrario, a nomeação do escrivão por forma estabelecida n'este codigo.

Art. 197.º Se os componentes não se reunirem, ou, reunidos, preferirem a dissolução, o administrador dará igualmente conhecimento d'este facto ao governador geral, e proceder-se-ha á dissolução pela forma marcada nos artigos seguintes.

Art. 198.º Nas Communidades cuja extinção fôr votada, nos termos do artigo antecedente, e nas commissas que se não reunirem, ou não tiverem componentes, ou nas que tiverem menos de cinco, proceder-se-ha, em primeiro logar, á tombação dos seus predios, observando-se as disposições dos artigos 223.º e seguintes.

§ 1.º Ao mesmo tempo, o escrivão organizará uma relação da sua receita não procedente de predios, qualquer que seja a sua origem, declarando de onde cada verba provém.

§ 2.º Da mesma maneira se organizará outra relação dos encargos que pesam sobre a Comunidade e constituem verba obrigatória da sua despesa annual, comprehendendo também os debitos que tenham para com as demais Comunidades e outros.

§ 3.º Estas duas relações serão apresentadas ao administrador junto com os livros que serviram de base para a sua organização, e o administrador as mandará conferir. Achando as conformes, as approvará, e, no caso contrario, as mandará reformar, como devem ser, pelos empregados da Administração.

Art. 199.º Concluido o trabalho a que se refere o artigo antecedente e seus §§, annunciar-se-ha a venda dos predios e das outras receitas, observando-se na sua arrematação o que fica disposto nos artigos 665.º e seguintes.

§ 1.º O preço por que devem ser levados á praça os predios é o que constar do livro tomo 1.º, accrescido de vinte annuidades dos encargos variaveis e invariaveis, constantes do mesmo tomo, e o preço de outras receitas será a somma de vinte annuidades ou prestações.

§ 2.º A venda começará por estas receitas.

§ 3.º Os predios serão levados á praça livres dos fóros da Fazenda e outros encargos d'este genero.

§ 4.º Sómente se venderão as receitas e predios cujo preço, apurado em hasta, baste para remir os fóros da Fazenda e os encargos constantes da relação de que trata o § 2.º do artigo 198.º

Art. 200.º Pelo producto da venda proceder-se-ha á remissão de que trata o § 4.º do artigo antecedente, e os restantes predios ou receitas serão entregues aos componentes, para elles procederem á divisão entre si, como lhes approuver.

§ 1.º Se a maioria dos componentes preferir que se proceda á venda de todos os bens, assim se fará, repartindo-se entre elles, segundo o direito de cada um, a importancia do preço que sobrar, feitas as remissões.

§ 2.º Se a Comunidade não tiver componentes, vender-se-hão todos os seus bens, e, ao que sobrar, paga a remissão, se dará o destino marcado no artigo seguinte.

§ 3.º Se o valor produzido dos bens vendidos não dêr o sufficiente para a remissão dos fóros e encargos, serão em primeiro logar remidos estes, e, com o que sobejar, será remida a parte dos fóros da Fazenda que fôr possível, e a restante parte irá accrescer aos fóros das outras Comunidades do concelho.

§ 4.º A Administração das Comunidades fará o rateio d'estes fóros, na proporção da receita dos predios das outras Comunidades pela média dos ultimos tres triennios, definindo a quota que deva ser carregada a cada Comunidade.

§ 5.º A administração, feita a distribuição na forma do § antecedente, enviará á Repartição superior de fazenda uma copia authentica, para ahi se fazerem os convenientes assentamentos, e organizará de novo o mappa n.º 1 com os fóros antigos accrescidos da nova quota, o qual, publicado por appenso ao *Boletim official*, irá substituir o actual mappa n.º 1 do respectivo concelho.

§ 6.º As disposições dos §§ 3.º a 5.º d'este artigo sómente serão executadas, quando as outras Comunidades responsaveis pelo accrescimento de fôro não preferirem a sua remissão.

Art. 201.º No caso do § 2.º do artigo antecedente, o excedente do capital que se apurar pela venda será depositado no Banco nacional ultramarino ou Caixa economica do Monte pio geral de Gôa, á ordem do governador geral, a fim de ter a applicação que este julgar conveniente, quer em proveito geral das demais Comunidades do concelho, quer em beneficio de uma escola pratica de agricultura, quer, finalmente, na instituição de um Banco agricola.

## SECÇÃO II

### Da gerencia provisoria

Art. 202.º A gerencia das Comunidades commissas, emquanto se não proceda á sua dissolução, compete á Administração das Comunidades.

§ 1.º A essa gerencia são applicaveis as regras prescriptas n'este codigo, exercendo as funções da Comunidade e da Junta o administrador.

§ 2.º Durante a gerencia deve ser adjudicada por arrematação a respectiva sacdoria.

§ 3.º O administrador nomeará procurador que represente a Commuidade commissa, devendo a nomeação recahir em um componente escolhido de entre os cinco maiores interessados, havendo-os.

Art. 203.º O actual escrivão da Camara agraria, ou o privativo da Commuidade commissa, continuará a servir de escrivão enquanto durar essa gerencia.

## CAPITULO VIII

### Das Commuidades sem numero legal de componentes

Art. 204.º A' dissolução das Commuidades, que tenham menos de cinco componentes, proceder-se-ha observando-se as regras estabelecidas nos artigos 198.º e seguintes d'este codigo.

## TITULO II

### DAS OPERAÇÕES DAS COMMUNIDADES E FORMA DO SEU PROCESSO

## CAPITULO I

### Da habilitação dos componentes

#### SECÇÃO I

##### Da inscripção primaria dos jonoeiros

Art. 205.º A inscripção prescripta no artigo 29.º estará aberta desde 1 até 31 de maio de cada anno.

Art. 206.º Aquelle que pretender a inscripção deve apresentar ao escrivão da respectiva Commuidade os seus documentos, provando:

1.º Ter a qualidade de jonoeiro nos termos do n.º 1.º do artigo 28.º;

2.º Completar até ao fim do praso marcado no artigo antecedente a idade exigida pelo instituto da respectiva Commuidade para ter direito a jono de qualquer especie, ou a de 21 annos, se não estiver fixada n'esse instituto.

§ unico. Esta prova será feita por meio de certidão de assento do baptismo, ou do registo civil ou qualquer outro documento legal que a suppra.

Art. 207.º Nas Commuidades em que, segundo o seu instituto, os filhos orphãos dos jonoeiros vencem o jono pela morte de seu pae antes de attingir a idade marcada para vencimento do jono, *jure proprio*, os ditos orphãos por si, sendo puberes, ou por seus representantes, quando impuberes, promoverão a sua inscripção produzindo, perante o escrivão da Commuidade, a certidão da sua filiação e a do obito de seu pae na época competente.

Art. 208.º As viúvas dos jonoeiros que não tiverem successão masculina e as filhas solteiras dos mesmos, orphãs de paes, que não tiverem irmãos germanos, nas Commuidades em que, segundo o instituto, percebem alguma parte do jono ou tença vitalicia, durante a viuvez ou durante o estado de solteira, deverão promover a sua inscripção primaria, apresentando ao escrivão da respectiva Commuidade os seguintes documentos:

1.º As viúvas, certidão de obito de seu marido e attestado jurado, do respectivo parcho ou regedor, de não ter successão masculina;

2.º As filhas solteiras, certidão de assento do seu baptismo ou outro documento que a suppra, e de obito de seu pae, e attestado jurado, de que este não deixou filho algum, irmão germano da pretendente á inscripção.

Art. 209.º O escrivão e o procurador da Comunidade, verificando a authenticidade dos documentos, passarão a examinar se figura no catalogo o nome de quem procede o pretendente, e, achando-o, farão logo a sua inscripção na classe respectiva. Esta disposição é applicavel ás viúvas e filhas solteiras mencionadas no artigo antecedente.

§ 1.º Se o escrivão e o procurador não puderem fazer a inscripção no dia em que o pretendente apresentar documentos, o escrivão, deixando ficar estes em seu poder, passará recibo ao pretendente, declarando o numero e qualidade dos mesmos documentos, e o avisará para vir, em qualquer dos primeiros 8 dias de julho do respectivo anno, arrecadar a copia do termo da inscripção, ou os documentos com declaração da recusa, restituindo ao escrivão o seu recibo.

§ 2.º Não estando o pretendente nas condições de ser inscripto nos termos d'este artigo, será recusada a inscripção entregando-se lhe, no mesmo acto ou no dia que lhe tiver sido aprasado nos termos do § antecedente, uma declaração dos motivos da recusa, escripta e datada pelo escrivão e assignada por este e pelo procurador, com a qual poderá recorrer ao administrador dentro dos 10 dias immediatos.

§ 3.º Se o escrivão e o procurador não estiverem de accordo para fazer ou deixar de fazer a inscripção, prevalecerá o parecer do escrivão, e deverá o procurador recorrer, para o administrador, da inscripção feita contra o seu parecer.

§ 4.º Contra a inscripção indevidamente feita qualquer componente poderá reclamar, pedindo a exclusão do inscripto, perante o administrador, que, ouvido o inscripto, o escrivão e o procurador, e fazendo juntar ao processo a copia do termo da inscripção e o documento em que esta se fundou, resolverá como fôr de justiça.

Art. 210.º Provando se perante o administrador por documentos authenticos, ou por qualquer meio de prova na falta d'estes, a legitimidade do pretendente com relação ao seu ascendente mais proximo que se achar inscripto, a mesma auctoridade ordenará a inscripção pretendida.

§ 1.º Do despacho do administrador, tanto a parte lesada, como o procurador da Comunidade ou qualquer seu componente, poderá recorrer para o Conselho de provincia no prazo de 10 dias.

§ 2.º Se mais de um componente da Comunidade quizer interpôr esse recurso, será admittido a assignar o respectivo termo no mesmo processo, que seguirá os seus termos, embora qualquer dos recorrentes desista do recurso.

Art. 211.º Se o Conselho de provincia denegar provimento no recurso por falta ou deficiencia dos documentos, sómente poderá o pretendente a inscripção renovar o seu pedido no anno immediato, nos termos do artigo 206.º, produzindo novos documentos authenticos comprovativos da sua pretensão nos termos d'este codigo.

§ unico. Todas as questões que se suscitarem sobre a inscripção ou recusa são da competencia do Poder administrativo.

Art. 212.º A inscripção é obligatoria a todos os componentes, a que se refere o n.º 1.º do art. 28.º, sem a qual os joneiros não poderão matricular-se para perceber os proventos dos seus jonos.

§ unico. E' applicavel esta disposição ás viúvas e filhas solteiras dos joneiros que, nos termos do artigo 208.º, tiverem direito a qualquer parte do jono, tença ou pensão.

Art. 213.º Feita a inscripção conforme o modelo n.º 7, será entregue ao interessado copia do termo da mesma inscripção, quando elle a queira.

§ 1.º O termo deve conter o numero de ordem correspondente, nome, filiação, idade, naturalidade, residencia e qualidade do inscripto, e, finalmente, a designação do numero do maço em que ficam archivados na Comunidade os documentos, ou a referencia ao livro ou cartorio publico d'onde foram extrahidos.

§ 2.º O termo da inscripção será datado, e assignado, tanto pelo escrivão e procurador, como pelo componente que a solicitou, ou por duas testemunhas quando este não saiba escrever.

Art. 214.º As disposições d'esta secção não obrigam á nova inscripção os joneiros inscriptos até 31 de maio de 1904.

## SECÇÃO II

### Da matricula dos joneiros

Art. 215.º Em todos os annos, e na época marcada no artigo 205.º, se procederá tambem á matricula dos joneiros já inscriptos, bem como á das viúvas e filhos que

tiverem na Communidade o interesse marcado nos artigos 207.º e 208.º, provando-se a sua existencia até 30, inclusivè, do mez de abril ultimo.

§ 1.º Para passar o certificado da vida são competentes, respectivamente, o regedor, parochio, missionario e administradores de concelho e das Communidades.

§ 2.º O certificado de que trata o § antecedente poderá ser suprido por um documento assignado pelo proprio componente em qualquer data, que lhe dê direito á matricula, sendo reconhecida por tabellião ou pelo escrivão da respectiva Communidade a sua assignatura.

§ 3.º Cessa, porém, a necessidade de produzir o documento, a que se referem os §§ antecedentes, quando haja comparecimento pessoal do componente, que por si só é bastante para a matricula, sendo elle conhecido do escrivão ou do procurador da Communidade respectiva.

§ 4.º A matricula será feita segundo o modelo n.º 8.

§ 5.º E' applicavel á matricula o que fica disposto nos §§ 2.º a 4.º do artigo 209.º

§ 6.º Da recusa da matricula, ou da sua irregularidade ou omissão, ou da matricula indevidamente feita, cabem as mesmas reclamações e recursos que se acham estabelecidos para a inscripção primaria.

Art. 216.º O jonoeiro, uma vez inscripto, que não promover a sua matricula annual, ainda que não possa vencer os proventos do seu jono do anno da omissão, pode, -comtudo, recebê-los em qualquer outro anno em que se matricular, comtanto que sejam exigiveis.

§ unico. Quando se dê esta hypothese, o escrivão da respectiva Communidade separará na recapitulação da folha da receita e despesa do anno, em que se realizar a matricula, a importância dos proventos em divida, para serem pagos ao jonoeiro credor.

Art. 217.º Os filhos orphãos e as filhas solteiras dos jonoeiros, e as viúvas d'estes, não poderão matricular-se no anno do fallecimento de seus paes ou maridos, se estes tiverem fallecido depois de vencer o jono d'aquelle anno.

Art. 218.º Até ao dia 15 de junho de cada anno o escrivão da Communidade enviará á Administração os livros da inscripção e matricula para serem visados.

### SECÇÃO III

#### Da inscripção dos accionistas

Art. 219.º A inscripção dos accionistas, prescripta no § 1.º do artigo 30.º, será feita na Communidade respectiva, observando-se o seguinte:

§ 1.º Aquelle que pretender a inscripção apresentará ao escrivão da Communidade certidão, passada pelo escrivão da Administração e visada pelo administrador, de estarem averbadas a seu favor, em propriedade, uma ou mais acções da mesma Communidade, ou o proprio titulo, com a annotação assignada pelo administrador.

§ 2.º O escrivão da Communidade examinará se as acções transmittidas figuram no livro da sua inscripção em nome do transmittente, e sómente n'este caso, cancellada a inscripção d'este no todo ou em parte, conforme as acções transmittidas forem todas ou parte, inscreverá o nome do apresentante como possuidor das acções que constarem da certidão ou titulo apresentado.

§ 3.º Se, no livro da inscripção das acções não encontrar inscriptas em nome do transmittente as acções, recusará a sua inscripção e dará nota da recusa ao apresentante, que com ella pode recorrer para o administrador.

Art. 220.º A inscripção dos accionistas pode ser feita em qualquer época, mas, no ultimo dia do mez de maio de cada anno, o escrivão da Communidade e o seu procurador encerrarão o livro da inscripção, commando as acções que até áquella data estiverem inscriptas, e, conferindo a somma com o numero total das acções da Communidade que consta do mappa n.º 9, certificarão se está conforme, assignando em seguida o encerramento.

Art. 221.º Até ao dia 15 de junho de cada anno o escrivão da Communidade enviará á Administração o livro da inscripção dos accionistas para ser visado.

## CAPITULO II

## Dos tombos

## SECÇÃO I

## Do tombo I.º

Art. 222.º O tombo 1.º é o cadastro de todos os predios da Communidade sobre que recahem os fóros devidos á fazenda publica, constantes do mappa n.º 1, e a descripção das fontes da outra receita, não inherente a predios particulares.

Art. 223.º É obrigatoria em todas as Communidades a organização e reorganização, quando seja necessaria, do tombo 1.º, a qual se fará no mais curto praso de tempo possível nos termos dos n.ºs seguintes:

1.º Os campos, á excepção dos comprehendidos no artigo 623.º, serão divididos em lotes, cuja área será geralmente de meio hectare a um hectare, salvo se circumstancias especiaes aconselharem para alguns d'elles augmento ou diminuição; os predios outeiras poderão deixar de ser divididos em lotes, ou dividir-se em lotes de área muito superior a um hectare, sempre que a natureza do terreno e o systema de cultura assim o indicarem;

2.º De todos os predios ruraes das Communidades serão levantadas plantas, em que se representem individuos prediaes independentes, e onde figurem os lotes em que cada predio se dividiu. Todos os lotes e os predios urbanos serão devidamente numerados, denominados, balisados, confrontados, medidos e avaliados, com todas as indicações necessarias e indispensaveis para se estabelecer a sua individualisação e identidade, que serão dadas pela planta e pelo registo do agrimensor (modelo n.º 10) que a deverá acompanhar, sendo numerados em cada planta todos os lotes com o número que lhes corresponda na numeração geral dos predios da Communidade;

3.º A denominação dos lotes não deverá, em regra, afastar-se da nomenclatura actual, que só será modificada ou accrescentada, havendo necessidade d'isso, para melhor individualisação do predio;

4.º O balisamento será feito pela Communidade, que arrematará antecipadamente o fornecimento das balisas que julgar necessarias, mediante prévio calculo devidamente organizado e approvedo pelo administrador;

5.º As balisas serão de pedra consistente, e de duas especies: — umas, destinadas á demarcação do perimetro de cada predio independente, serão constituidas por parallelepipedos rectangulos tendo 0<sup>m</sup>,80 de altura e 0<sup>m</sup>,22 de largura em cada face: — outras, destinadas á demarcação interior dos lotes, serão da mesma forma tendo, porém, 0<sup>m</sup>,50 de altura por 0<sup>m</sup>,22 de largura, sempre que isso seja possível. Nos terrenos consistentes, como são os outeiras, podem as dimensões em altura ser diminuidas, o que se indicará nas condições da arrematação; nos terrenos moveiços, como os arenosos, podem as alturas dos marcos ser augmentadas;

6.º O levantamento da planta de cada predio será feito de modo que um ou mais marcos do seu perimetro possam ser facilmente determinados no terreno por meio de referencias a pontos fixos e permanentes; sempre que seja possível, essa referencia terá logar relativamente a signaes trigonometricos ou a signaes que delimitarem cada aldeia; e sempre que, ao dar-se principio á tombação, existir a planta perimetral da aldeia, deverá assignalar-se n'essa planta a posição do predio levantado. O resultado das medições será expresso em unidades de systema metrico decimal; na área de cada lote serão desprezadas as fracções do metro quadrado; e na divisão em lotes deverão empregar-se, tanto quanto possível, grandes alinhamentos rectilineos.

7.º A avaliação dos lotes regularmente productivos será feita por forma que a receita liquida annual de cada um d'elles, préviamente calculada, corresponda a 4 por cento do valor respectivo; e o computo da receita liquida far-se ha pela seguinte forma: calculada a producção de gleba pela qualidade da semente que o terreno comportar, segundo a qualidade do sólo, converter-se ha em moeda, tomando-se por base do respectivo calculo a média dos preços do cereal que se cultivar, relativos aos ultimos cinco annos e constantes das tarifas das respectivas municipalidades; em seguida fixar-se ha a despesa da producção em 35, 40 ou 50 por cento, conforme a natureza do terreno. D'essa receita

liquida, quando se tratar da organização do tombo 1.º, deduzir-se-hão os diversos encargos e onus a que se referem o artigo 230.º e seus §§.

8.º A avaliação dos terrenos destinados á cultura de legumes far-se-ha attendendo ao numero dos annos em que ficam de pousio; e a dos deteriorados e baldios obedecerá á extensão da área e capacidade productiva do sólo;

9.º A producção dos palmares será calculada em vista do numero, natureza e qualidade das arvores fructíferas n'elles existentes, sendo a despesa da producção fixada em 40 ou 50 por cento.

10.º A avaliação dos predios urbanos será feita por forma que a receita liquida annual de cada um d'elles, calculada pela média das receitas havidas nos ultimos nove annos, corresponda a 8 por cento do valor respectivo;

11.º Não tendo havido receita em algum ou alguns dos annos a que allude o numero antecedente, fixar-se-hão para elles receitas eguaes ás dos annos immediatamente anteriores;

12.º Se a falta de receita fôr geral n'esses nove annos, dar-se-ha ao predio o valor que parecer justo e conveniente, em attenção ás despesas provaveis da respectiva construcção, reparação annual e estado de conservação;

13.º Quaesquer receitas não especificadas deverão ser tomadas em conta nas avaliações dos predios que as tiverem;

14.º Serão despresadas todas as fracções de rupia que resultarem para o valor dos predios depois de feitos os devidos calculos, devendo accrescentar-se uma rupia á parte inteira d'esse valor, quando a parte fraccionaria fôr superior a meia rupia.

Art. 24.º Para proceder ao serviço de tombação dos campos de cada Communidade constituir-se-ha uma brigada de tombação pela seguinte forma: um agrimensor, requisitado pelo administrador ao director da Repartição de agrimensura, um informador, um medidor escolhido pelo agrimensor e dois begarins para conduzirem os instrumentos e auxiliarem nas medições.

§ 1.º O serviço de tombação de cada Communidade não poderá ser executado por mais de uma brigada simultaneamente.

§ 2.º A nomeação dos informadores será feita pelo administrador, sob proposta da Junta administrativa em lista que contenha nomes, pelo menos, em numero duplicado do que se julgue sufficiente, dâvendo recahir em individuos que possam satisfazer ao que, a seu respeito, se dispõe no § seguinte.

§ 3.º Os informadores de cada brigada serão substituidos de modo que a cada predio, ou parcella de predio, correspondam informadores que d'elle tenham completo conhecimento, devendo para esse fim ser cada um d'elles avisado pelo escrivão da Communidade á medida que as suas informações sejam necessarias.

§ 4.º O agrimensor será obrigado a dar parte por escripto ao administrador da incompetencia, inaptidão ou menos zêlo que notar em qualquer dos informadores, que o acompanhar no serviço de tombação. D'estas participações remetterá copias ao director da Repartição de agrimensura.

§ 5.º Todo o serviço de tombação será superiormente fiscalizado pelo director da Repartição de agrimensura e pelo administrador. A fiscalisação do serviço tecnico será da exclusiva competencia do director da Repartição de agrimensura, ou dos chefes do serviço da mesma Repartição.

Art. 225.º O pessoal indicado no artigo antecedente será acompanhado, no serviço de tombação, pelo procurador, ou um commissario especialmente nomeado para esse fim, e pelo escrivão da Communidade respectiva; devendo este ultimo comparecer no campo sempre que seja necessaria a sua presença e durante o tempo que em cada dia fôr preciso.

§ 1.º Quando seja conveniente, poderá a Junta administrativa, em substituição do procurador nomear um commissario especial para acompanhar e fiscalisar por parte d'ella todo o serviço de tombação. Esta nomeação terá de ser approvada pelo respectivo administrador.

§ 2.º Compete ao escrivão:

1.º Lavrar os termos das reclamações e os das usurpações á medida que fôr necessario, em conformidade com disposto n'este codigo;

2.º Intimar ou requisitar a intimação dos co-limiteiros dos predios onde existem usurpações, não só para assistirem á medição d'essas usurpações, mas tambem para assignarem os respectivos termos;

3.º Ter promptos, com antecedencia bastante, para os fornecer ao agrimensor, ao iniciar-se a tombação, ou á medida que lhe forem pedidos, os esclarecimentos seguintes:

- a) Uma relação nominal de todos os predios pertencentes ás Communidades, com nota das suas divisões e sub-divisões;
- b) Uma relação dos termos das arrematações com os respectivos calculos e renda obtida, relativos aos tres ultimos triennios;
- c) Cópia das condições de reciprocidade dos direitos dos arrematantes relativos á irrigação;
- d) Indicação de todos os Prazos de Corôa, aforamentos, confiscos e predios particulares que d'alguma maneira confrontem com os terrenos das Communidades;
- e) Certidões dos diversos encargos e onus.

4.º Fazer sob a indicação do agrimensor toda a escripturação relativa ao livro-tombo, e extrahir copia do registo do agrimensor.

§ 3.º Ao procurador, ou commissario especialmente nomeado para esse fim, compete:

1.º Representar a Communidade durante o serviço de tombação, zelando os seus interesses, evitando pelos meios ao seu alcance que elles sejam por qualquer forma prejudicados, e fiscalizando por parte da Communidade o serviço de tombação;

2.º Assistir á collocação dos marcos nos locais que lhe forem fixados pelo agrimensor, e fazer com que essa collocação se faça no menor praso de tempo possivel.

Art. 226.º Préviamente á tombação será esta annunciada no *Boletim official* e em algum ou alguns jornaes da localidade, hauendo os, a fim de que os proprietarios dos terrenos contiguos aos da Communidade, e bem assim os interessados da Communidade, possam assistir a ella e apresentar quaesquer reclamações que tenham a fazer, as quaes serão devidamente consignadas pelo escrivão n'um livro especial, e decididas administrativamente quando possam sel-o.

§ 1.º Este livro conterá o numero de folhas que forem necessarias, as quaes serão de antemão rubricadas pelo administrador ou seu commissario; e haverá em cada uma d'ellas, além do espaço reservado para o texto das reclamações, duas casas: -- uma á esquerda, que servirá para se designar o numero de ordem de cada reclamação; outra á direita, para registo do despacho administrativo que contiver a decisão final.

§ 2.º Todas as reclamações serão consignadas por termos, os mais breves e concisos possivel, que serão assignados pelos respectivos reclamantes; pelo escrivão e pelo agrimensor (modelo n.º 11).

§ 3.º Nenhuma reclamação poderá ser attendida administrativamente, sem que o respectivo reclamante proteste apresentar na Administração das Communidades dentro de 30 dias, contados da data do termo, e os apresente de facto, todos os documentos que possam justificar as suas allegações.

§ 4.º Logo que esses documentos lhe forem apresentados em devido tempo, o administrador examinará as provas que houver a favor e contra a reclamação respectiva, e resolverá mandando harmonisar com o seu despacho quando reconheça ter havido erro por parte do pessoal da tombação, ou determinando que o reclamante use dos meios ordinarios, quando taes allegações não forem procedentes.

§ 5.º Quando o administrador reconhecer, em vista dos documentos apresentados, ou quaesquer outros, que houve usurpação de terreno, mandará inscrever o predio ou a parte do predio questionado, no registo das usurpações, a fim de se proceder a respeito d'esta ou d'aquelle, pela forma declarada nos artigos 337.º ou 340.º e seguintes, segundo o caso.

§ 6.º Da resolução do administrador haverá recurso para o Conselho de provincia.

Art. 227.º O serviço de tombação consistirá em trabalhos de campo e trabalhos de gabinete, realisando-se os primeiros nos 7 mezes, de 1 de novembro a 31 de maio, e os segundos nos 5 mezes restantes.

§ 1.º A direcção do serviço de tombação pertence ao agrimensor, que será o principal responsavel pela sua execução.

§ 2.º Durante a época do trabalho de campo o agrimensor terá de proceder aos seguintes serviços:

1.º De harmonia com o procurador ou commissario e com o informador, e assistindo o escrivão da Communidade, indicará por meio de estacas provisórias os locais onde terão de ser collocados os marcos perimetraes e de divisão de lotes, collocação que deverá preceder qualquer trabalho topographico de levantamento de planta ou medição;



2.º Levantar as plantas perimetraes nos termos do n.º 2.º do artigo 223.º, figurando n'ellas os lotes em que cada predio fôr dividido;

3.º Colher no campo as informações e esclarecimentos necessarios para, nas horas em que alli não trabalhe, poder preencher o registo de agrimensor;

4.º Proceder, nas horas em que não trabalhe no campo, á construcção graphica das plantas e á avaliação da área dos lotes e usurpações medidas;

5.º Enviar quinzenalmente ao director da Repartição de agrimensura e ao administrador uma nota da área medida, com indicação das plantas perimetraes levantadas, numero de lotes, usurpações e valor d'estas ultimas, dando ao mesmo tempo noticia da marcha geral do trabalho e do modo como é desempenhado por parte do pessoal da tombação.

§ 3.º O tempo de trabalho de campo será de seis horas diarias, e terá logar em todos os dias não feriados.

§ 4.º O agrimensor deverá ter o seu quartel proximo do local do trabalho, devendo o administrador mandar abonar-lhe mensalmente as quantias necessarias para obter alojamento em boas condições hygienicas, e mandar fornecer-lhe a mobilia indispensavel para o trabalho de gabinete.

§ 5.º O director da Repartição de agrimensura e o administrador comparecerão no campo as vezes que julgarem necessarias, para a regular fiscalisação dos trabalhos em execução.

Art. 228.º Compete ao agrimensor, como empregado do Estado, com o presidente da Junta administrativa e o procurador da Comunidade, proceder nos primeiros dias de trabalho de campo á classificação dos terrenos comprehendidos nas sete primeiras excepções do artigo 623.º e que, como taes, devem ser excluidos da venda ou aforamento, enviando o resultado d'essa classificação ao administrador, que lhe dará toda a publicidade a fim dos habitantes poderem formular as reclamações que haja contra tal classificação.

§ 1.º As reclamações formuladas irão a informar á Repartição de agrimensura para os effeitos technicos, sendo resolvidas, com prévia inspecção no terreno, pelo administrador, com recurso para o Conselho de provincia.

§ 2.º Não serão attendidas as reclamações que forem apresentadas depois de 30 dias a contar da publicidade da classificação.

Art. 229.º Logo que terminem, em cada época de trabalhos de campo, os serviços de demarcação e divisão em lotes, devendo n'estas estar preenchido o registo do agrimensor, relativamente a cada lote, expedir-se-ha novo annuncio convidando os proprietarios dos terrenos confinantes e os interessados das Comunidades, quer tenham, ou não, assistido ao serviço de campo, a apresentarem no praso de 15 dias, contados da segunda publicação do mesmo annuncio, quaesquer reclamações que tenham a fazer com relação á maneira como foram elaborados e organizados os registos dos agrimensores, a divisão em lotes e as plantas levantadas e construidas no campo, sob pena de não serem attendidas depois; devendo para esse fim ser franqueado ao publico, na casa das sessões das Comunidades, o duplicado do registo e, na Administração, o respectivo original e planta, durante aquelle praso.

§ 1.º Proceder-se ha tambem a respeito d'esta reclamação pela forma declarada no artigo 226.º e seus §§, correndo por conta da Comunidade as despesas das inspecções a que se refere o § 1.º do artigo 228.º, se as reclamações forem de interesse geral.

§ 2.º Durante o praso fixado n'este artigo deverá o agrimensor permanecer na Administração para poder informar sobre qualquer reclamação, ou fazer as modificações necessarias nas plantas e registos quando essas reclamações forem julgadas procedentes.

§ 3.º Compete ao administrador fazer expedir os annuncios de que tratam os artigos 226.º e 229.º

Art. 230.º Logo que se torne definitiva a classificação dos terrenos exceptuados e já não houver nenhuma reclamação a decidir, proceder-se-ha á organização e escripturação do livro do tomo 1.º, o qual deverá conter a designação do nome e numero das plantas, dos lotes ou predios; o numero de ordem e medição perimetral de cada um; confrontações; especie de terreno; natureza das culturas e colheitas especiaes que em cada um houver; a irrigação — natural ou artificial — que tiver; o seu valor, a sua renda, fôro e demais encargos a que ficar sujeito, e todos os detalhes que se puderem obter, incluindo n'estes as bemfeitorias de que os diversos lotes forem susceptiveis, isolada ou

agrupadamente, devendo n'este ultimo caso designar-se os lotes de cujo agrupamento se careça para tal fim (modelo n.º 12).

§ 1.º Os onus que deverem pesar sobre cada lote, proporcionalmente ao valor de cada um, serão designados no tomo 1.º em quatro verbas separadas, comprehendendo : — a 1.ª, os fóros devidos á Fazenda nacional ; — a 2.ª, os encargos permanentes e invariaveis, como as contribuições para o culto e quaesquer outras devidamente auctorisadas ; — a 3.ª, a média das despesas variaveis ou eventuaes, taes como : o premio da sacadaria, retribuição de bouços, reforma de comportas e vallados, etc. ; — e a 4.ª, a quota da renda que, nos termos do artigo seguinte, fôr separada para as despesas extraordinarias do culto. A somma d'estas quatro verbas deduzir-se ha da receita apurada nos termos do n.º 7.º do artigo 223.º, e o resto constituirá a renda liquida.

§ 2.º As despesas variaveis ou eventuaes deverão onerar unicamente os lotes que se utilisarem d'ellas, e não a totalidade do campo ; e a sua média será computada em face das despesas da mesma especie, havidas nos ultimos 9 annos.

§ 3.º Aos predios urbanos serão conservados os mesmos encargos que presentemente tiverem, sem mais accrescentamento algum.

Art. 231.º Em vez das contribuições extraordinarias que as Communidades estabelecem de tempos a tempos, de *motu proprio*, para occorrerem á reparação dos templos e suas dependencias, substituição de paramentos, etc., deverão ellas fixar, antes de ter começo o serviço de tombação, uma determinada taxa annual, maior ou menor, conforme os recursos de que dispuzer, á respectiva fabrica, e distribuir esse encargo por todos os lotes da mesma forma que os outros, sendo as quotas resultantes lançadas em corrente a favor das Administrações das fabricas, a fim de que estas possam, opportuna e exclusivamente, empregar-as n'essas obras extraordinarias, não devendo em caso algum ser destinadas para outro fim.

§ unico. As Communidades que não deliberarem a desamortisação dos seus bens não são sujeitas á fixação determinada n'este artigo, continuando a realizar as despesas extraordinarias do culto catholico conforme as formalidades estatuidas nas disposições d'este codigo.

Art. 232.º O tomo 1.º conterá tambem, separadamente, os terrenos exceptuados da desamortisação, que serão igualmente medidos, balisados e confrontados, devendo especificar-se o fim para que são destinados (modelo n.º 12).

Art. 233.º O lote ou os lotes, que fizerem parte dos terrenos arrendados a longo praso, serão registados no tomo 1.º do mesmo modo como os outros, devendo, porém, designar-se a época em que para cada um d'elles termina o arrendamento.

Art. 234.º O trabalho de organização do tomo 1.º, a que se referem os artigos 230.º a 233.º, será feito durante a época de trabalhos de gabinete pelo agrimensor que procedeu ao correspondente trabalho de campo.

§ 1.º Este serviço será feito sob a fiscalisação do administrador das Communidades na respectiva Administração, podendo assistir a elle o procurador ou commissario da Comunidade que acompanhou o serviço da tombação.

§ 2.º Quando uma época de trabalhos de campo não seja sufficiente para a conclusão do serviço de tombação, no campo, de todos os predios da Comunidade, procederá o agrimensor na época seguinte de trabalho de gabinete á organização do tomo 1.º que fôr compativel com o não acabamento do serviço de tombação, observando-se as formalidades designadas no artigo 229.º. N'este caso, logo que terminem os serviços que n'essa época possam ser executados, será mandado apresentar pelo administrador ao director da Repartição de agrimensura.

§ 3.º Quando o trabalho de campo relativo ao serviço de tombação de uma Comunidade estiver completo, o agrimensor deverá completar a organização do tomo nos termos d'este artigo, ainda que para isso necessite de mais tempo, além de cinco mezes de trabalhos de gabinete.

§ 4.º As plantas levantadas, acompanhadas dos registos de campo, logo que termine a sua exposição ao publico nos termos do artigo 229.º, serão enviadas á Repartição de agrimensura para n'ella serem definitivamente desenhadas. A' Administração das Communidades serão pela Repartição de agrimensura remettidas copias em papel-tela das plantas levantadas. As Communidades pagarão uma rupia pelo desenho definitivo de cada planta, a título da indemnisação de papel e mais objectos de desenho. Estas quantias constituirão receita do Estado, e serão mandadas pagar pelo administrador das Commu-

nidades, nas respectivas Repartições de fazenda, em vista das folhas enviadas pelo director da Repartição de agrimensura por intermédio da Repartição superior de fazenda.

Art. 235.º Os agrimensores, procuradores ou commissarios, escrivães, informadores e medidores vencerão pela tabella annexa n.º 4.

§ 1.º Os agrimensores em serviço de tombação vencerão nos dias santificados, como se fôsssem dias uteis.

§ 2.º As Communidades pagarão ao director da Repartição de agrimensura ou chefes de serviço da mesma Repartição, pelos dias em que procederem á inspecção aos trabalhos de tombação, ajudas de custo eguaes ás que lhes paga o Estado por trabalho de campo, e os respectivos transportes.

§ 3.º Os agrimensores terão direito a transportes pagos pelas Communidades nos termos do artigo 78.º do regulamento da Repartição de agrimensura.

§ 4.º Os informadores só terão direito á gratificação pelos dias em que tenham de comparecer no campo.

Art. 236.º Os agrimensores destinados ao serviço de tombação serão mandados apresentar pelo director da Repartição de agrimensura aos administradores que os requisitarem, ficando á sua disposição para a execução do mesmo serviço, como pertencentes ao corpo de agrimensura do Estado da India; ficarão, porém, sob a acção disciplinar do mesmo director, a quem os administradores deverão participar qualquer falta que tenham praticado, e informar a respeito do zêlo com que executem os trabalhos de que estiverem encarregados.

§ 1.º O director da Repartição de agrimensura publicará, sempre que o julgue necessario, ordens de serviço, onde dê as instrucções precisas para o cabal desempenho da parte technica do serviço de tombação.

§ 2.º Terminado por completo o serviço de tombação de uma Communidade, deverá o agrimensor, que d'ella foi encarregado, fazer um relatorio, onde resumidamente dê conta do tempo da duração d'esse serviço, do modo como foi executado, do numero de plantas levantadas, do numero de lotes em que foi dividido o terreno da Communidade, da área total d'esse terreno, do numero, área total e valor das usurpações e outras quaesquer particularidades de tombação, e onde apresente uma descripção geral dos terrenos tombados, classificados segundo as culturas que n'elles se fazem, natureza e situação, de modo a poder formar-se uma ideia exacta e completa da extensão e natureza do dominio territorial de cada Communidade.

§ 3.º De cada relatorio será enviada uma copia ao administrador e outra á Repartição de agrimensura.

Art. 237.º Em ultimo lugar descrever-se-hão no tomo 1.º as fontes da receita da Communidade, não procedente dos seus predios, nem inherente a predios possuidos por outros.

Art. 238.º O tomo 1.º será posto, por copia authentica, á disposição da Repartição superior de fazenda, para servir de base ao cadastro geral da propriedade e para o serviço das matrizes.

§ unico. Logo que a mesma copia dê entrada na Repartição superior de fazenda, esta procederá, sem perda de tempo, á revisão das taxas da respectiva matriz predial, e fará applicar a cada um dos predios inscriptos no dito tomo 1.º a taxa que lhe deva corresponder, depois de feita primeiramente a classificação d'esses predios, em face dos elementos fornecidos pelo tomo 1.º e de quaesquer outros que a mesma Repartição julgue conveniente obter.

## SECÇÃO II

### Do tomo 2.º

Art. 239.º O tomo 2.º é a resenha dos predios possuidos e inscriptos em nome dos particulares, mas obrigados a qualquer contribuição devida á Communidade, ou que deva entrar no seu cofre.

Art. 240.º Esta resenha divide-se em 4 classes distinctas, e o tomo 2.º será organizado em 4 volumes, — um por cada classe — designados pelas letras A, B, C e D.

§ 1.º O tomo 2.º A deve comprehender a inscripção dos predios que, por effeito de desamortisação, passarem á posse particular, tendo inherentes onus invariaveis e o divisor correspondente para a distribuição dos variaveis, designado na avaliação constante do tomo 1.º

§ 2.º O tomo 2.º B deve comprehender os predios possuidos pelos particulares, obrigados a pagar á Comunidade fôro ou qualquer contribuição invariavel.

§ 3.º O tomo 2.º C deve comprehender os predios possuidos pelos particulares, viagiados por intermédio da Comunidade, e obrigados, ou não, a pagar uma quota certa ou variavel do premio de vigia.

§ 4.º O tomo 2.º D deve comprehender os predios possuidos pelos particulares, obrigados a pagar fôro á Fazenda publica por intermedio da Comunidade.

Art. 241.º A organização do tomo 2.º será feita pela primeira vez, onde ainda o não estiver, pela forma seguinte: — a do tomo 2.º A, em vista dos autos da arrematação dos predios vendidos para a desamortisação; — a do tomo 2.º B, C e D, em presença dos livros e mais esclarecimentos existentes na Comunidade ou obtidos da Repartição superior de fazenda, sendo em seguida convidados os interessados, por annuncios, para virem fazer, dentro de 30 dias, as reclamações que entenderem.

§ 1.º As reclamações que haja deverão ser processadas e decididas nos termos dos artigos 345.º e seguintes.

§ 2.º As resenhas serão feitas conforme os modelos n.ºs 13 a 16, e não prejudicam os direitos de propriedade, que serão ventilados nos tribunaes judiciais.

Art. 242.º A inscripção ulterior de predios no tomo 2.º será requerida ao administrador, juntando ao requerimento os seguintes documentos:

1.º Titulo comprovativo da transmissão do dominio;

2.º Conhecimento do pagamento da contribuição de registo, quando devida.

§ 1.º Os predios que estiverem inscriptos no tomo 2.º em nome diverso do transmittente, ou de quem este seja representante, não poderão ser inscriptos; e bem assim aquelles cujos fôros e contribuições relativas aos ultimos 5 annos estiverem em divida para com a Comunidade, salvo se o impetrante os pagar no acto da inscripção.

§ 2.º Se o predio fôr transmittido com reserva de usufructo, não haverá logar para inscripção; e, se a propriedade e o usufructo forem transmittidos a pessoas diversas, far-se-ha a inscripção em primeiro logar, a do usufructuario com declaração d'esta qualidade, e a do proprietario, sómente, quando ficar consolidada a propriedade com o usufructo.

Art. 243.º Se o valor total dos predios transmittidos a uma só pessoa, por successão legitima ou legitima, não exceder a 500 rupias, e sómente n'isto consistir o espolio, auctorisar-se-ha a inscripção, se o interessado se habilitar na forma dos §§ 1.º e 2.º do artigo 33.º, apresentando, além d'isto, em prova do valor dos predios, certidão de matriz predial onde se cobrar a respectiva contribuição; e, onde a matriz não estiver organizada, informação do presidente da Junta administrativa e escrivão da Comunidade.

§ unico. Os annuncios, porém, devem ser expedidos sob o titulo de *resenha dos predios* e conter, além do nome e residencia de annunciante, a denominação, situação e confrontação do predio; o nome e residencia do transmittente; e a qualidade em que se verifica a habilitação.

Art. 244.º E' prohibida a inscripção de um predio em nome de mais de um possuidor, assim como a inscripção de muitos predios em nome de um possuidor com o fôro de todos em globo.

Art. 245.º E' permittida a inscripção provisoria em nome do eabeça do casal, provando-se esta circumstancia em certidão de inventario em curso, e em nome do maioral d'uma sociedade familiar, apresentando-se documento authenticico de estar legalmente constituida.

### SECÇÃO III

#### Da destrinça do fôro

Art. 246.º E' obrigatoria a divisão e destrinça do fôro dos predios inscriptos ou que hajam de inscrever-se no tomo 2.º B, nos casos seguintes:

1.º Quando o predio estiver inscripto em nome de muitas pessoas e não conste qual o fôro devido por cada um;

2.º Quando muitos predios estejam inscriptos em nome de um só individuo e não conste o fôro de cada predio ;

3.º Quando seja transmittida alguma parte do predio inscripto ou todo o predio em partes.

Art. 247.º A divisão e destrinça do fôro, no caso dos n.ºs 1.º e 3.º do artigo antecedente, far-se-ha pela forma seguinte :

1.º Se não constar de documento authenticico qual seja a parte pertencente a cada um, a divisão far-se-ha em partes eguaes, considerando como se todos fôsem senhores de egual parte do predio ;

2.º Se a parte pertencente a cada um fôr uma quota determinada do predio inteiro, far-se-ha a divisão do fôro na proporção das quotas de todos ;

3.º Se a quota de cada um estiver designada e não fôr uma parte certa de todo o predio, os interessados accorderão entre si sobre a divisão do fôro.

§ 1.º Sómente no caso do n.º 3.º será ouvida a Junta administrativa, e, quando ella concordar na divisão feita, ter-se-ha como fôro de cada parte o que os interessados fixarem.

§ 2.º Se os interessados não accorderem entre si sobre a divisão do fôro ou a Junta não concordar com a applicação feita pelos interessados, deverá esta indicar as quotas que devem pesar sobre cada parte, e o administrador determinará a quota do fôro que deve pesar em cada fracção do predio, quando possa obter esclarecimentos do valor de cada fracção.

Art. 248.º A divisão e destrinça do fôro, no caso do n.º 2.º do artigo 246.º, far-se-hão na proporção do valor de cada predio, applicando-se a cada um d'estes a quota que couber, correspondente ao seu valor.

§ unico. O valor de cada predio fixar-se-ha na conformidade do artigo 243.º.

Art. 249.º Os documentos necessarios para se proceder á divisão e destrinça do fôro serão produzidos pelas partes interessadas ; e quando o não façam, e haja necessidade de se fazer a destrinça para regularisar o tombo 2.º B, serão officialmente obtidos pelo escrivão da Comunidade, e o seu custo carregado aos mesmos interessados nas suas contas correntes para ser cobrado pelo meio executivo, prescripto n'este codigo, quando o não paguem voluntariamente.

Art. 250.º Feita a divisão do fôro na forma dos artigos antecedentes, a quota que couber a cada parte do predio ou a cada predio será augmentado com mais 5 por cento, com arredondamento da fracção do real que proceder da operação, e, assim augmentado, ficará onerando no futuro as partes ou os predios cujo fôro foi destrinado.

§ unico. O augmento de 5 por cento affecta não sómente a parte ou predios transmittidos por um possuidor, mas tambem a outra parte ou a outros predios que continuam inscriptos em nome do transmittente, quando se dê o caso previsto no n.º 2.º do artigo 246.º.

Art. 251.º A destrinça do fôro pela forma prescripta n'esta secção é obrigatoria, não só nas primeiras divisões do predio, mas tambem nas successivas sub-divisões.

Art. 252.º Sempre que se proceder á divisão e destrinça do fôro, o escrivão da Comunidade, dentro de 8 dias, remetterá á Administração uma nota contendo o nome do predio e do seu possuidor, o fôro que pesava n'elle, as partes em que ficou dividido, a quota correspondente a cada parte e os 5 por cento addicionados, e o nome da pessoa a cujo favor ficam inscriptos, a fim de tel-a em vista na occasião da approvação da folha da receita e despesa.

§ unico. O escrivão, quando não cumprir o disposto n'este artigo, fica incurso na multa de 3 rupias, imposta pelo administrador, por cada vez que faltar.

Art. 253.º A destrinça do fôro em globo dos predios que estejam inscriptos na resenha em nome de um só individuo, e a destrinça do fôro d'um predio já inscripto em nome de muitos, serão feitas pelo escrivão dentro de 90 dias da publicação d'este codigo.

§ 1.º Para o fim d'este artigo, o escrivão da Comunidade intimará, officiosamente e sem necessidade de ordem do administrador, os possuidores para, no praso de 15 dias, apresentarem a certidão da matriz, sendó precisa, e, quando o não façam, o escrivão executará o disposto no artigo 249.º.

§ 2.º A nota a que se refere o artigo 252.º será, n'este caso, enviada á Administração dentro de 8 dias, findo o praso marcado n'este artigo.

Art. 254.º Feita a destrinça, o escrivão da Comunidade cancellará a anterior inscripção do predio feita no tombo 2.º, abrindo nova e consignando n'esta o fôro que pela destrinça dever pagar.

## SECÇÃO IV

### Da remissão do fôro

Art. 255.º A remissão dos fôros das sub-emphyteuses das Comunidades, ou de quaesquer prestações periodicas que estas recebem dos proprietarios, serviços e quaesquer individuos de que trata o artigo 7.º, será requerida pelo interessado ao administrador pedindo a liquidação e a recepção do capital a pagar, indicando no requerimento a natureza e o valor do encargo a que a remissão disser respeito.

§ 1.º Os requerimentos que satisfizerem ao determinado n'este artigo serão, depois de deferidos pelo administrador, apresentados pelas partes ao escrivão da Comunidade que, sob sua responsabilidade, fará, no praso de oito dias, a liquidação do preço da remissão no verso do requerimento, ajuntando á somma as annuidades em divida á Comunidade.

§ 2.º O capital a pagar pela remissão é a somma de vinte annuidades do fôro ou encargo cuja remissão se pretende, e mais a annuidade relativa ao anno da remissão, quando esta se não realice com pagamento effectivo até 31 de março.

§ 3.º O requerimento será em seguida devolvido á parte, a quem compete effectuar á bocca do cofre o pagamento da importancia liquidada.

§ 4.º No acto do pagamento exarará o escrivão a seguinte nota abaixo da liquidação contida no requerimento: «Foi paga a importancia supra n'esta data, por verba n.º...», exarada a fl. ... do livro caixa n.º ... e averbada a remissão na correspondente inscripção do livro tombo 2.º B, n.º ...».

§ 5.º O requerimento, contendo a liquidação e a nota acima referidas, pelas quaes não será devido sello algum, ficará em poder do interessado que o devolverá ao escrivão logo que obtenha certidão das remissões effectuadas, que abranja as designações contidas nas resenhas respectivas e em que se faça referencia ao pagamento realiado.

§ 6.º A certidão, depois de visada pelo administrador, é documento bastante para os registos e averbamentos na conservatoria.

§ 7.º Na certidão relativa á remissão parcial devem ser mencionados todos os encargos ou partes de encargos subsistentes.

§ 8.º As certidões serão passadas independentemente do despacho do administrador; mas os que desejarem obtel-as com urgencia deverão fornecer ao escrivão, no proprio acto do pagamento, o papel sellado necessario, ficando o escrivão obrigado a declarar n'esse caso, em seguida á nota exarada no verso do requerimento, o numero de folhas ou meias folhas que lhe tiverem sido entregues, e a passar certidões dentro de 5 dias immediatos ao pagamento.

§ 9.º No acto de julgamento das contas serão os escrivães julgados responsaveis para com as Comunidades ou para com as partes, a quem indemnisarão, pelas importancias que receberem a menos ou mais, devendo para facilidade de exame, apresentar n'aquelle acto os requerimentos que lhes tiverem sido devolvidos pelas partes.

§ 10.º Nas sessões ordinarias da Junta administrativa terá logar, em cada Comunidade, sempre que preciso fôr e mediante a convocação do sacador, uma abertura ordinaria do cofre, destinada á arrecadação das importancias correspondentes ás liquidações feitas no mez precedente.

§ 11.º Poderá qualquer pretendente pedir abertura extraordinaria para receber o capital da remissão, devendo, n'este caso, depositar em poder do escrivão os emolumentos da abertura.

§ 12.º O escrivão enviará ás respectivas Administrações, no praso de 48 horas, a contar da data de cada abertura do cofre, notas das remissões effectuadas por essa occasião, com todos os esclarecimentos necessarios para se poder julgar da conformidade das liquidações e pagamentos com as certidões a estes referentes.

§ 13.º O preço da remissão poderá ser satisfeito, no todo ou em parte, em acções da propria Comunidade pelo valor da praça, o qual será fixado pelo administrador, ouvida a Junta administrativa.

§ 14.º As acções devem essar endossadas pelos respectivos proprietarios a favor da Communidade, indicando expressamente no endosso a remissão ou remissões a que são applicadas, devendo os apresentantes fazel-as acompanhar da importancia necessaria para satisfazer o sêllo e o emolumento do averbamento e annotação, sem o que não poderão ser acceitas.

§ 15.º Dois ou mais individuos poderão apresentar em commum uma ou mais acções para o pagamento do preço da remissão de encargos inherentes a dois ou mais predios, comtanto que de tal applicação das acções não resulte saldo positivo a favor dos respectivos proprietarios.

§ 16.º No livro da inscripções dos accionistas farão os escrivães a inscripção das acções em nome da Communidade e cancellamento da do transmittente, obtendo previamente da Administração o averbamento das acções, para o que apresentarão ou enviarão á Administração os titulos das acções junto com a importancia do sêllo e emolumento, recebida em deposito; e, feita a inscripção, serão guardados os titulos no respectivo cofre.

Art. 256.º Feita a remissão, quando esta seja do fôro total, ou outros encargos de um predio, o escrivão da Communidade cancellará a inscripção do mesmo predio feita no tombo 2.º B e, quando seja sómente da parte do fôro ou encargo, a annotará na inscripção do predio, reduzindo o seu fôro ou encargo á parte que não foi remida.

Art. 257.º As pretensões referentes a pagamentos em prestações não serão attendidas, mas serão permittidas remissões de parte dos fóros ou outros encargos, ficando, porém, os predios sobre que recahirem essas remissões parciaes onerados do mesmo modo pelos encargos ou partes de encargos subsistentes.

### CAPITULO III

#### Das arrematações ordinarias

##### SECÇÃO I

##### Do calculo ou avaliação

Art. 258.º Toda a arrematação ordinaria de predios, obras, serviços e avenças da Communidade, será precedida de um calculo ou avaliação, que será organizado pela Junta administrativa, observando-se as disposições seguintes.

Art. 259.º A Junta convocará para a sessão ordinaria do mez de maio os vigias, camotins e painins, e, ouvindo os seus pareceres, se necessario fôr, dará instrucções ao escrivão para formular o calculo e condições da arrematação, consignando-as na respectiva acta.

Art. 260.º O calculo deverá ser feito sob as bases constantes dos seguintes numeros:

1.º Para a renda das varzeas, palmares e quaesquer avenças de receita, a média da renda obtida nos tres ultimos triennios;

2.º Para o premio de vigias e sacadoria, e para o preço de serviços, obras e outras avenças de despesa, a média do premio e preço dos ultimos tres annos;

3.º Para a receita e despesa ordinarias que não tivessem sido arrematadas nos annos anteriores, o que a Junta fixar, ouvidos os agentes de que trata o artigo antecedente, e, sendo necessario, um ou dois peritos, conhecedores das especialidades e escolhidos por ella.

§ unico. O parecer d'esses agentes e peritos deverá ser consignado na acta a que se refere o artigo antecedente, fazendo parte das instrucções que a Junta deve dar ao escrivão.

Art. 261.º Em vista das instrucções da Junta, o escrivão formulará, com intervenção do procurador, o calculo em um mappa onde serão arroladas em primeiro logar as varzeas, e em seguida os palmares, cajuas, hortas, terrenos da sementeira de legumes, predios urbanos, lagôas e riachos para a pesca, e outras quaesquer fontes de receita.

§ 1.º Depois dos lanços de receita arrolar-se-hão no mesmo mappa os da despesa, taes como: obras, reparações dos caminhos do campo para as povoações, necessários para o transporte de productos agricolas, vigias, serviços e outros, e afinal a saca-doria.

§ 2.º As varzeas da Communidade podem, ou não, constituir parte do bairro da vigia, segundo fôr mais conveniente aos interesses da Communidade, devendo, em todo o caso, ter a sua avaliação ou calculo áparte do mesmo bairro.

§ 3.º Todos os lanços terão nma numeração seguida, referente á numeração do calculo anterior, a sua denominação especial e a renda, premio ou preço por que se devem levar á praça.

§ 4.º Se os lanços forem de varzeas, conterão, além das indicações do § antecedente, a área de cada lanço, constante do respectivo tombo, a semente que levam, producção bruta e despesa de cultura.

§ 5.º Enquanto se não proceder á tombação e divisão invariavel dos campos, serão estes divididos em lotes cuja área não exceda a 320 litros (dois candis) de semente.

§ 6.º Em seguida a esse arrolamento se escreverão as condições do arrendamento de cada especie do lanço, necessarias para o devido amanho e cultura, vigias dos palmares, varzeas, searas e eira; arroteação e segurança dos vallados e diques; conservação das comportas, mussas, canos de exgotto e represas; distribuição das aguas e irrigação; pesca e outros serviços, especificando tudo claramente e sem ser por meio de referencias ás condições que tivessem vigorado antes.

Art. 262.º O mappa alludido no artigo precedente ficará prompto até ao dia 25 de maio, assignado pelo escrivão e procurador, que poderá fazer n'elle quaesquer observações que entender convenientes no interesse da Communidade, será exposto nas casas das sessões até o primeiro domingo de junho, para o exame dos interessados.

Art. 263.º A Junta, em sessão ordinaria do mez de junho, examinando o trabalho feito pelo escrivão e apreciando as observações do procurador e as reclamações que os interessados lhe apresentem, adoptará ou reformará o calculo e as condições, consignando tudo na sua acta.

§ unico. A reforma que a Junta faça será, por additamento, consignada no mappa com referencia aos lanços ou condições sobre que recahir a alteração.

Art. 264.º A Communidade, reunindo-se no segundo domingo de junho, examinará o calculo adoptado ou alterado pela Junta, as reclamações que foram a esta apresentadas e as que o forem a ella, e approvará o calculo e as condições com as emendas e modificações que lhe parecerem necessarias.

Art. 265.º O escrivão da Communidade apresentará na Administração, dentro de 3 dias, o calculo com as modificações feitas pela Communidade, consignando-as no mappa em seguida ás modificações da Junta, e todas as reclamações, documentos e livros referentes, e o administrador, mandando proceder ao seu exame pelo pessoal da Administração, confirmará ou alterará o mesmo calculo, conforme entender, resolvendo ao mesmo tempo os recursos que os reclamantes lhe apresentem.

§ unico. Da decisão do administrador ha recurso para o governador geral, devendo ser interposto no prazo de 10 dias a contar da sua publicação no livro da porta.

Art. 266.º As Communidades não poderão convencionar com os arrendatarios a quita ou diminuição da renda, sem auctorisação do governador geral motivada por circumstan-cias especiaes do campo.

§ 1.º Para a renda da vangana, no caso especial de falta nos reservatorio de aguas que devam regar as varzeas, pode a quita ser convencionada com expressa auctorisação do administrador.

§ 2.º É nulla qualquer estipulação contra o disposto n'este artigo e § 1.º

## SECÇÃO II

### Da licitação

Art. 267.º O arrendamento dos campos de todos os lanços e avenças, quer de receita, quer de despesa, será feito pela Junta administrativa em hasta publica, e adjudicado a licitantes idoneos que prestem caução nos termos da secção 4.ª d'este capitulo.



Art. 268.º A arrematação ou licitação annual ou triennial em cada Communidade começará entre 1 a 31 de julho, e deverá concluir-se até 31 de outubro.

§ 1.º Este praso poderá ser prorogado pelo governador geral sobre proposta do administrador.

§ 2.º O dia e horario serão marcados pelo administrador, ouvido o escrivão da Communidade.

§ 3.º A arrematação extraordinaria das arvores mortas e de madeira velha dos portaes será feita mediante annuncios de 8 dias, e pregões na aldeia no dia antecedente, com precedencia de calculo formulado pelo escrivão e procurador.

Art. 269.º A arrematação ordinaria annual ou triennial será publicada por annuncios, affixados, com anticipação de 10 dias, um á porta da casa das sessões da Communidade e outro á porta da igreja, capella ou pagode da aldeia.

§ 1.º Será publicado tambem um annuncio no *Boletim official* ou em qualquer periodico da aldeia ou concelho, havendo-o.

§ 2.º Nos annuncios serão designados o objecto, local, dia e horas da arrematação.

Art. 270.º As sessões da Junta para a arrematação, ou licitação, serão continuas e ininterruptas, não exceptuando os dias santificados ou feriados, até acabarem de se praticar todas as avenças, devendo durar este serviço 5 horas em cada dia.

§ 1.º O praceamento correrá por ordem em que os diversos lotes e lanços estiverem arrolados no calculo, sendo adjudicados successivamente todos aquelles cuja avaliação fôr coberta, ficando reservados para nova praça sómente os restantes sobre os quaes não houver concorrência ou pedido para a licitação.

§ 2.º Cada lote ou lança será apregoado pelo escrivão ou por seu proposto em voz alta e intelligivel, e ultimado com declaração prévia, tres vezes repetida, de que o vae ser, e por ordem expressa do presidente da Junta, depois da qual não poderá receber-se mais lança ou preço algum.

§ 3.º Havendo quem pretenda que se sub-divida algum lote, resultando d'isto maior vantagem á Communidade, a Junta attenderá a pretensão, quando o preço offerecido seja superior a 10 por cento sobre o ultimo offerecimento.

§ 4.º A arrematação ou licitação, depois de começada, só pode suspender-se por determinação do governador geral ou do administrador, devendo, em todo caso, quando recommear, annunciar-se com anticipação de 5 dias.

§ 5.º A adjudicação de cada lote ou lança será constatada por um termo no auto da praça aberta na forma do preceituado no § 1.º do art. 484.º e modelo n.º 17.

Art. 271.º E' expressamente prohibido:

1.º Adjudicar em commum um lança a mais de uma pessoa;

2.º Ultimar em globo mais de um lança a favor d'um só individuo, embora este prometta maior vantagem;

3.º Admittir licitante que se offereça á prestação de certo serviço pagando um tanto para a Communidade (savanzovom).

Art. 272.º Não podem ser postos em licitação, nem cultivados por conta da Communidade:

1.º Os terrenos da servidão dos vizinhos;

2.º Os terrenos indispensaveis ou applicados para a pastagem;

3.º Os destinados para eiras e mais serventias necessarias á cultura ou á defesa dos campos.

Art. 273.º Os lanços que ficarem por arrematar na primeira praça, a que se refere o art. 267.º, serão novamente annunciados para arrematação nos termos do § 4.º do art. 270.º, com alteração para mais ou para menos no preço, segundo os lanços forem de despesa ou receita, marcada pelo administrador, ouvida a Junta administrativa, ou o escrivão da Communidade, podendo o mesmo administrador providenciar de qualquer outra forma quando o julgar conveniente aos interesses da associação.

Art. 274.º Concluidas as arrematações, inclusive as derivadas ou consequentes das seximas, feitas as sommas da receita e da despesa adjudicadas, com a designação da procedencia, o escrivão da Communidade, junto com o procurador d'esta, lavrará termo de encerramento, indicando por extenso as sommas respectivamente, e apresentará os livros na Administração dentro de oito dias, sob pena de multa de 10 rupias, a fim do administrador pôr o seu visto.

§ 1.º O administrador porá o seu visto no prazo de 45 dias, contados da data da apresentação dos livros, visto que será registado no livro da porta da Administração.

§ 2.º A arrematação, depois de encerrada com o visto passado em julgado, não se pode rescindir, nem reformar por qualquer fundamento.

§ 3.º Notando o administrador que a arrematação se fez contra as prescripções do presente código, assim o comunicará á Secretaria geral, juntando, caso seja mistér, documentos comprovativos, que fará expedir officiosamente, a fim do governador geral punir os infractores, ou o Conselho de provincia decidir o caso, havendo irregularidades que envolvam nullidade do contracto.

§ 4.º Finda a arrematação triennial e depois de estar visada, o escrivão remetterá á Administração, no prazo de 15 dias, uma relação de todos os lanços do campo com a importancia da renda de cada um, a qual será remettida á Repartição de fazenda para ali ser liquidado o sêllo do arrendamento e a contribuição predial.

### SECÇÃO III

#### Das seximas

Art. 275.º As arrematações triennaes ou annuaes ou quaesquer outras feitas perante a Junta, salvo os casos especialmente marcados n'este código, ficam removidas havendo oblação de accrescimento ou diminuição da sexta parte ou mais sobre o valor da primeira adjudicação, conforme fôr de receita ou despesa o respectivo lanço, nos termos seguintes:

§ 1.º O prazo fixado para o offerecimento das seximas é de nove dias consecutivos, a começar do primeiro depois de se concluir a arrematação de todos os lanços, ou d'aquelle que fôr designado pelo administrador.

§ 2.º A abertura do novendio será apregoada na aldeia no ultimo dia da arrematação, quando aquelle haja de começar no dia immediato, fazendo-se menção d'isto na acta da Junta, e, quando designada pelo administrador, annunciada nos termos do § 4.º do artigo 270.º e, além d'isto, apregoada na aldeia na vespera.

§ 3.º Durante o dito prazo o escrivão da Communidade estará presente na casa das sessões da Junta, ou no local que lhe tenha sido designado pelo administrador, com os livros precisos, desde as 9 horas da manhã até ás 2 da tarde.

§ 4.º Nos primeiros oito dias o escrivão lavrará no livro de contractos os termos de oblação, sob numeração seguida, declarando em verbas separadas os numeros ou os nomes dos lanços seximados e fazendo assignar os seximantes e seus fiadores.

§ 5.º No nono dia não se escreverá termo algum, mas, até ao meio dia, prazo fatal, o escrivão receberá de cada um dos seximantes uma relação, assignada por estes e seus fiadores, contendo especificadamente os numeros ou os nomes dos lanços seximados e sendo a mesma relação rubricada pelo procurador da Communidade e, na sua falta e do seu supplente, assignada por duas testemunhas.

§ 6.º Recebidas as relações, o escrivão, no mesmo acto, tomará nota de cada uma d'ellas em seguida aos termos da sexima anteriormente assignados, declarando, em verbas separadas, o numero de ordem dos lanços seximados, e esta nota será assignada por elle e pelo procurador da Communidade e, na sua falta por duas testemunhas presenciaes, devendo o escrivão numerar e archivar aquellas relações para dar conta, quando seja mistér.

§ 7.º Dado o meio dia, não se acceitarão mais listas, e, tomada a nota das recebidas até áquella hora, passar-se-ha um traço no livro, encerrando-se o novendio e assignando-se depois d'elle o escrivão, o procurador e duas testemunhas presenciaes, e de tarde o escrivão se occupará em averbar os termos da primeira adjudicação, correspondentes aos lanços seximados.

§ 8.º Em todas as seximas offerecidas compete ao escrivão fiscalisar, sob sua responsabilidade, a caução que fôr prestada nos termos da secção 4.ª d'este capitulo.

§ 9.º No decimo dia começará a arrematação dos lanços seximados, na ordem da numeração do calculo ou avaliação, observando-se em tudo o mais as formalidades prescriptas para a licitação primaria.

§ 10.º Os lanços seximados, que não tiverem concorrência sobre a oblação de sexta parte, consideram-se adjudicados ao seximante, sem dependencia de novo termo, devendo fazer-se menção d'isto no auto da praça.

§ 11.º Tanto no caso da adjudicação ao seximante, como no de ultimação em outro licitante, o escrivão lançará os averbamentos necessários nos termos da oblação.

§ 12.º São habéis para seximar todos aquellos que o são para arrematar.

§ 13.º Não se admittirá o offercimento de sexta parte, nem no caso da segunda arrematação da sacdoria e mais avenças por motivo de removimento do primeiro arrematante, nem sobre a adjudicação dos lanços seximados.

#### SECÇÃO IV

##### Das cauções

Art. 276.º Nenhum lanço ou avença de receita ou despesa será adjudicado nas arrematações, tanto ordinarias como extraordinarias, sem que seja assignado por caução idonea, sendo verificada e acceita pela Junta administrativa antes de se ultimar o contracto, salvo no caso de sexima, em que a verificação e acceitação da caução compete ao escrivão da Commuidade.

§ 1.º A caução pode consistir em abonação pessoal dos fiadores, ou em bens immobiliarios do licitante ou dos seus fiadores, ou em deposito de dinheiro ou penhores de ouro ou prata, ou de acções das Commuidades.

§ 2.º Os fiadores são sempre principaes pagadores e na fallencia d'elles serão os membros da Junta, ou o escrivão, solidariamente responsaveis pela obrigação caucionada perante elles, ou pelo que se dever depois de executadas as garantias dos arrematantes e seus fiadores.

§ 3.º E' licito aos arrematantes prestar caução por qualquer das fórmãs de que trata o § 1.º, salvo o disposto no § seguinte.

§ 4.º Os arrematantes, tanto de sacdoria e vigia, como de obras cujo preço exceder a 300 rupias, são obrigados a prestar a caução em dinheiro depositado, ou penhores de ouro ou prata, ou de acções das Commuidades, ou, finalmente, em bens de raiz registados a seu favor, podendo, na falta de registo do dominio, apresentar o seu titulo dominical e certidão da respectiva conservatoria em prova de não pesar nos mesmos bens hypotheca, onus, penhora ou acção, e, n'este caso, será obrigado o fiador a registar o seu dominio dentro de 30 dias, sob pena de removimento da arrematação.

§ 5.º Nos arrendamentos de predios rusticos, além da caução, respondem pela pensão, especial e primariamente, os productos dos respectivos lanços.

§ 6.º Quando a caução dos arrendamentos de predios seja por deposito de dinheiro, penhores de ouro ou prata, ou de acções, é sufficiente a importancia equivalente á pensão e contribuições de um anno e mais um quinto, ficando no cofre até findar o tempo do contracto.

§ 7.º Nos lanços de despesa da Commuidade, como sacdoria, vigias, serviços e obras, o valor da caução será fixado pela Junta antes do praceamento.

§ 8.º Quando a caução consistir em bens immobiliarios, acções das Commuidades ou valores de ouro ou prata, e a Junta a recusar admittir, o licitante podera protestar e recorrer ao administrador no praso de 3 dias, ficando suspensa a arrematação do lanço ou lanços respectivos até decisão do recurso.

§ 9.º O administrador, recebendo o recurso, mandará intimar o recorrente e a recorrida para, dentro de 3 dias, vir nomear louvados que procedam á avaliação.

§ 10.º Feita a nomeação nos termos do artigo 282.º e seus §§, os louvados serão intimados e ajuramentados, e no acto do juramento ser-lhes-ha dado dia para procederem á avaliação.

§ 11.º Procedendo-se á avaliação, cujo termo será escripto por um dos louvados no respectivo mandado, o administrador, logo que seja presente o processo, proferirá a sua decisão quando julgue improcedente o recurso, e, no caso contrario, submeterá o assumpto á decisão do Conselho de provincia.

§ 12.º Do despacho do administrador pode o reclamante ou a Junta recorrer para o Conselho de provincia no praso de 3 dias, contados da publicação do despacho no livro da porta, e o administrador responderá dentro de 24 horas.

§ 13.º Quando a caução consistir em abonação pessoal, da sua recusa não haverá recurso.

§ 14.º Nas cauções em bens immobiliarios os caucionantes renunciarão ao foro da situação d'esses bens, quando situados fóra da respectiva comarca.

## SECÇÃO V

### Dos traspasses

Art. 277.º Todo o individuo, a quem ficar adjudicada alguma varzea ou qualquer lanço, mediante licitação ou sexima, poderá traspassar-o a outrem ou ao proprio fiador.

§ 1.º Os traspasses devem ser feitos por meio de termo no livro competente, lavrado pelo escrivão da Comunidade, com annuência da Junta e com fiadores abonados, quando os da arrematação ou das seximas não queiram garantir os traspasses, ou quando estes se fizerem aos mesmos fiadores.

§ 2.º São habeis para obter traspasses unicamente os que o são para licitar e seximar, ficando, porém, os traspassantes responsaveis para com a Comunidade pelas obrigações do respectivo contracto, solidariamente com os traspassados.

§ 3.º Não se fará traspasse algum, nem dividindo-se o lanço, nem durante o curso da arrematação, nem nos proprios termos da adjudicação.

## SECÇÃO VI

### Do removimento

Art. 278.º Os arrendatarios dos arrozaes e marinhas são obrigados, sob pena de removimento, a semear e trazer em boa cultura todos os lanços arrematados, segundo as condições dos seus contractos, devendo no caso da omissão pagar administrativamente, além da pensão correspondente ao tempo decorrido, a differença para menos que houver no novo arrendamento, bem assim os prejuizos resultantes á Comunidade por inexecução do contracto, nos termos doCodigo civil e conforme fôr resolvido pelos tribunaes judiciais.

§ unico. Os arrendatarios de outros predios e os arrematantes de serviços, obras e mais avenças, serão igualmente removidos por falta de cumprimento dos seus contractos, e ficarão obrigados, em tal caso, a pagar á Comunidade a differença que houver para menos na renda ou para mais no preço, conforme o resultado da nova arrematação do respectivo lanço, á qual se procedera mediante as formalidades que são preceituadas para as licitações em geral.

## SECÇÃO VII

### Dos damnos e cargas

Art. 279.º Chama-se carga :

1.º O debito imposto aos vigias pelo valor do producto desviado dos predios ou de sua renda, ou damnificios causados n'elles ;

2.º O debito imposto aos componentes e sub-emphyteutas da Comunidade em pena das contravenções praticadas contra as disposições d'este codigo, ou contra as condições da Comunidade ;

3.º O debito imposto por ordem superior contra todos os que têm contas correntes na Comunidade, para solução da responsabilidade em que incorrerem.

§ unico. A falta de carga contra o vigia por parte do sacador não liberta os arrendatarios da Comunidade da obrigação de pagar a renda e as contribuições devidas.

Art. 280.º A carga lançada contra os vigias consistirá :

1.º Sendo lançada pelo sacador, na renda, na quota do premio de vigia e mais contribuições devidas á Comunidade ;

2.º Sendo lançada por proprietario particular ou por arrendatario dos predios da Comunidade, no producto bruto dos predios que faltar, ou nos damnificios causados aos mesmos predios;

3.º Na differença que vae do producto á renda e mais contribuições devidas á Comunidade, se ao lançamento da carga particular precedeu a do sacador.

§ 1.º Nos casos de furto ou desvio de côco, arroz ou sal, o preço será o da tarifa da municipalidade do respectivo mez, com augmento de 10 por cento, e, não a havendo, regular-se-ha pela avaliação nos termos da secção seguinte.

§ 2.º O preço das jacas será estabelecido nas condições da praça.

§ 3.º Em todos os mais casos o preço será estabelecido nos termos da secção seguinte.

## SECÇÃO VIII

### Dos arbitramentos

Art. 281.º Qualquer arrendatario dos predios rusticos das Commuidades, ou possuidor de eguaes bens particulares sendo vigiados por intermédio da mesma associação, que soffrer furto ou damno na seara e producto da varzea, ou nas palmeiras, ramos de arvores, bambús, e fructos não mencionados nos n.ºs 2.º e 5.º do artigo 119.º, fará o termo da carga perante o escriptão da Commuidade, e requererá ao administrador, com a copia de termo declarando o objecto da reclamação, com o seu valor ou estimação, e pedindo em conclusão que seja intimado o vigia para vir nomear louvados, a fim de se avaliar o que tiver sido furtado ou damnificado.

Art. 282.º Feita a intimação e comparecendo as partes, ou á revelia d'uma d'ellas, proceder-se-ha á nomeação de um ou tres louvados, a aprazimento das mesmas.

§ 1.º Na falta de accordo cada parte fará a nomeação de um louvado e o administrador a do terceiro.

§ 2.º Quando o administrador tiver que nomear louvado, nunca escolherá de entre os propostos pelas partes.

§ 3.º Deixando de comparecer alguma das partes que fôr requerente ou tiver sido intimada, o administrador nomeará por aquella que faltar.

§ 4.º As partes podem nomear louvados residentes fóra da respectiva aldeia, responsabilisando-se pelo comparecimento d'elles á vistoria independentemente da intimação.

§ 5.º Sempre que no arbitramento haja interesse da Commuidade, o terceiro louvado será nomeado pelo administrador.

Art. 283.º Verificada a nomeação, o administrador no mesmo acto designará dia e hora para a inspecção e avaliação, para logo intimar as partes presentes, e mandará que sejam intimados os louvados nomeados, a parte que não tiver comparecido ao referido acto e o escriptão da Commuidade.

§ unico. O administrador poderá delegar no presidente da Junta ou seu supplente a presidencia da inspecção, quando o valor pedido não exceder a 50 rupias, e, n'este caso, na inspecção servirá de escriptão o da Commuidade.

Art. 284.º Do resultado do exame e avaliação se lavrará auto, que será enviado á Administração dentro de 24 horas, quando o administrador não presida á diligencia.

§ 1.º Os louvados devem ser ajuramentados no acto da vistoria por quem a presidir, conforme o rito da religião de cada um.

§ 2.º As partes, por si ou por seu advogado, poderão fazer aos louvados os quesitos que julgarem precisos a bem dos seus direitos.

§ 3.º Poderá o administrador fazer-lhes quaesquer perguntas ou observações para o esclarecimento, tanto da materia da questão, como do conteúdo das respostas dadas aos quesitos d'elle e das partes.

Art. 285.º Concluso o processo ao administrador, este proferirá a sua decisão, no prazo de 10 dias, sobre a avaliação, condemnando nas custas a parte vencida.

§ 1.º Quando haja reclamação do vigia contra a procedencia da carga, se discutirá no mesmo processo, applicando-se as disposições do capitulo XII d'este titulo, e observando-se isto tambem em relação a quaesquer outras cargas.

§ 2.º Feito o pagamento da importancia da carga, o vigia fica subrogado nos direitos que, em virtude das leis municipaes ou communs, o proprietario tenha para haver os prejuizos e faltas, de quem lhes deu causa.

Art. 286.º O preceituado na presente seção é extensivo, na parte applicavel, a todas as outras pendencias sobre que se deva proceder a exame ou avaliação administrativa por força do disposto n'este código.

§ unico. Tratando-se, porém, de objecto cuja apreciação exija conhecimentos especiaes de alguma sciencia ou arte, só poderão servir como peritos as pessoas que tiverem esses conhecimentos, sendo nomeados ou requisitados competentemente.

## CAPITULO IV

### Das despesas extraordinarias

Art. 287.º Para se obter auctorisação do governador geral para as obras e despesas extraordinarias observar se ha o seguinte:

§ 1.º A Junta administrativa deliberará quæ as obras, serviços e fornecimentos que têm de ser effectuados, justificando a sua necessidade e utilidade, qual a importancia provavel que devem custar, e o modo de fazer face á despesa.

§ 2.º O escrivão expedirá uma copia da deliberação e a entregará ao procurador, que, juntando essa copia, requererá ao governador geral a competente auctorisação, apresentando o requerimento na Administração.

§ 3.º Autoado o requerimento, o administrador, por despacho; designará dia e hora, e nomeará perito idoneo para, por meio de inspecção, verificar a necessidade ou a utilidade das obras, serviços e fornecimentos projectados.

§ 4.º Se na inspecção fôr reconhecida a necessidade ou a utilidade das obras, serviços e fornecimentos, no mesmo acto o administrador determinará que o procurador da Comunidade apresente orçamento competentemente feito; e quando hajam de custar mais de 300 rupias e as obras sejam de alvenaria, carpinteria ou outras artes ou de ateros e excavações, deverá o orçamento ser elaborado technicamente com memoria justificativa e descriptiva, mappa de medição, e serie de preços e plantas.

§ 5.º Recebido na Administração o orçamento, serão formuladas as condições da arrematação, e enviar se ha o processo ao presidente da Junta, a fim de ser convocada a Comunidade para dizer sobre o assumpto.

§ 6.º Se o voto da Comunidade fôr favoravel, ou por ordem superior se mandar proseguir no processo, o escrivão fará logo publicar annuncio no *Boletim official* e no jornal da capital do concelho ou da aldeia, além de affixar o á porta da Administração e das casas das sessões da Comunidade, com precedencia de 10 dias, para arrematação, e convidando os pretendentes a comparecerem na mesma Administração, ou em qualquer outro local que fôr designado, e em dia que será indicado pelo administrador.

§ 7.º No caso da Comunidade não concordar sobre a execução das obras projectadas, ou havendo reclamação da parte de qualquer componente, o escrivão remetterá ao administrador os papeis com a copia da deliberação da Comunidade e as reclamações que lhe forem presentes.

§ 8.º O administrador, examinando os fundamentos da opposição e das reclamações, proferirá a sua decisão, mandando proseguir nos ultiores do processo, ou o elevará á decisão do governador geral com sua informação.

§ 9.º Se o governador geral mandar proseguir no processo, será este devolvido pela Secretaria geral á Administração para se cumprirem as formalidades prescriptas n'este artigo.

§ 10.º No dia designado para a arrematação serão adjudicados os serviços, fornecimentos ou obras a quem se offerecer a fazel-os por preço menor, lavrando se de tudo termo assignado pelo arrematante, fiador, testemunhas, Junta, administrador, escrivães da Administração e da Comunidade, e este deverá registrar o mesmo termo no livro de contractos.

§ 11.º A responsabilidade do arrematante e do fiador, que não fôr definida nas condições constantes do processo, será regulada pelas disposições do Código civil.

§ 12.º Se o praso de garantia não fôr fixado nas condições da praça, considerar-se-ha de seis mezes para as terraplenagens, contanto que dentro d'elles passe o inverno, e de um anno para as obras de arte e quaesquer outros trabalhos.

§ 13.º A obra pode ser arrematada em lotes, quando isso convenha aos interesses da Commuidade; não poderá ser, porém, adjudicado o fornecimento dos materiaes a pessoa diversa d'aquella que arrematar a execução das obras.

§ 14.º O administrador, ouvidos, na casa das sessões da Commuidade, os 20 maiores interessados, ou os 20 maiores com residencia na freguezia, segundo o caso, convocados préviamente por annuncio do escrivão, e juntando uma nota de estado financeiro do cofre organizada pelo escrivão da Commuidade, dará a sua informação no processo, enviando-o á Secretaria geral para os fins convenientes.

§ 15.º Recebido o processo da Secretaria geral, o administrador mandará notificar ao arrematante a resolução do governador geral.

Art. 288.º A inspecção e fiscalisação das obras, serviços e fornecimentos compete:

1.º Ao procurador da Commuidade, que deve, quanto possivel lhe fôr, assistir aos trabalhos, dando conta do resultado, semanalmente, ao administrador;

2.º A Junta, onjo presidente ou qualquer vogal por ella nomeado, deve, uma vez por cada semana, inspecionar as obras, dando igualmente conta ao administrador;

3.º Ao administrador, que inspecionará as obras todas as vezes que puder, e, necessariamente, uma vez no decurso da obra e outra no fim d'ella, com assistencia de tecnico ou peritos em ambos os casos.

§ 1.º Se as obras forem de alvenaria, carpinteria e outras artes e o seu valor excedente a 300 rupias, poderá ser nomeado pelo administrador, com auctorisação do governador geral, um olheiro que assista á execução das obras, pago pela Commuidade ou pelas corporações que as custeiam.

§ 2.º Na informação de que trata o § 14.º do artigo antecedente o administrador solicitará auctorisação para a nomeação de olheiro, quando haja necessidade d'elle.

§ 3.º A gratificação a pagar ao olheiro nunca pode exceder de meia rupia por dia util.

Art. 289.º A acceitação provisoria de todas as obras será feita logo que o empreiteiro dê parte á Administração de que ellas estão concluidas, e a definitiva depois de acabar o praso de garantia.

§ 1.º A acceitação provisoria de todas as obras e a definitiva de obras cujo valor não exceder a 300 rupias serão effectuadas por inspecção e com exame feito por um perito ou tecnico.

§ 2.º A acceitação definitiva das obras de valor excedente a 300 rupias será effectuada tambem por inspecção e exame feito pelo engenheiro director das obras publicas, ou seu delegado.

§ 3.º Ao exame das obras, tanto para a acceitação provisoria como para a definitiva, estará presente o empreiteiro, sendo préviamente intimado para esse fim; e quando não esteja presente, será esta circumstancia mencionada no auto de inspecção, consignando que foi feita a competente intimação e o motivo por que não compareceu, se constar.

§ 4.º O exame será feito na presença do administrador, procurador da corporação interessada, olheiro, havendo-o, e escrivão da Administração que lavrará no processo das obras o seu auto assignado por todos os que intervieram.

§ 5.º No auto se descreverão circumstanciadamente todos os trabalhos executados, quer para mais, quer para menos, com todas as medições e observações, de modo tal que no futuro se possam encontrar todos os esclarecimentos necessarios, apurando-se, em resultado final, se as obras estão no caso de ser acceitas e os direitos ou as responsabilidades do empreiteiro.

§ 6.º Para o fim do § antecedente o administrador apresentará ao perito ou engenheiro o termo da arrematação, as condições que serviram de base para a licitação e o projeto, orçamento e plantas da obra.

§ 7.º O auto de que trata o § 4.º fará parte do respectivo processo, e, sendo o exame feito para a acceitação definitiva das obras, será o processo remettido pelo administrador á Secretaria geral com a sua informação, quando a julgar precisa.

§ 8.º A acceitação das obras sómente se reputará definitiva, quando o governador geral confirme o resultado do apuramento da inspecção, consignado no seu auto.

## CAPITULO V

## Das sub-emphyteuses

## SECÇÃO I

## Dos aforamentos

Art. 290.º E' permittido ás Communidades, emquanto não votarem a desamortisação dos seus bens, conceder em aforamento os seus terrenos incultos e desaproveitados, e ainda os cultivados de legumes quando requeridos para a cultura de arroz ou para a construção de casas.

Art. 291.º Não podem tambem ser aforados :

- 1.º Os terrenos de logradouro commum ;
- 2.º Os indispensaveis e os já destinados para pastagem ;
- 3.º Os applicados para a servidão dos vizinhos ;
- 4.º Os destinados para eiras e outros serviços indispensaveis para a cultura e defesa dos campos ;

5.º Os reservatorios de aguas destinados para irrigação dos campos e criação de peixe ;

6.º Os adros das egrejas, capellas publicas e cemiterios, e bem assim os bazares e terrenos adjacentes até dez metros de cada lado ;

7.º Os predios urbanos destinados para serviços permanentes da Communidade ;

8.º Os terrenos encravados nas varzeas das Communidades e os riachos das casanas.

§ unico. Os terrenos designados nos n.ºs 1.º a 8.º serão determinados, descriptos e demarcados sendo possivel, pelo administrador acompanhado da Junta, no praso de 120 dias, a contar da execução d'este codigo, quando não o tenham sido na tombação, lavrando-se o competente auto que será registado no livro da Communidade.

Art. 292.º Não serão concedidos em aforamento para cultura mais de tres hectares e para construção de casas mais de mil metros quadrados, podendo, comtudo, conceder-se, n'este caso, maior área, quando o requerente assim o pretenda e apresente planta do edificio.

Art. 293.º Os terrenos contiguos e proximos das habitações e os marginaes das estradas, caminhos publicos, vicinaes ou inter-aldeanos, e varzeas não podem ser dados em aforamento para cultura n'um raio de 50 metros.

Art. 294.º E' expressamente prohibido accumular em unico requerimento o pedido de mais de um terreno, ou do terreno para cultura e casa ao mesmo tempo, ou o de mais de um pretendente para o mesmo ou diversos terrenos.

Art. 295.º Os requerimentos para aforamentos serão dirigidos ao governador geral, e darão entrada na Administração das Communidades, devendo conter :

- a) o nome do terreno ;
- b) a situação ;
- c) as confrontações ;
- d) a área provavel ;
- e) o fim a que se destina ;
- f) a declaração de ser inculto ou cultivado.

§ 1.º O porteiro da Administração dará ao interessado recibo da entrada do requerimento com designação do respectivo numero.

§ 2.º Nenhuma pretensão será autoada sem que se faça preparo das despesas provaes nas mãos do escrivão da Administração, que passará ao interessado recibo, indicando n'elle o dia e hora em que se effectuou o preparo.

§ 3.º Nenhuma pretensão será processada, quando o requerimento inicial não esteja nas condições d'este artigo.

Art. 296.º Autoado o requerimento, o escrivão da Administração annunciará a pretensão em dois numeros successivos do *Boletim official*, descrevendo o terreno com todas as condições do artigo 295.º, a fim de contra ella se poder reclamar no praso de 30 dias, a contar da segunda publicação do annuncio, e, expedido este, enviará logo o processo ao escrivão da Communidade para a resposta d'esta e da Junta que, no praso improrogavel de 30 dias, darão o seu parecer sobre a pretensão.



- § 1.º Ficam autorizadas as sessões extraordinárias da Comunidade e da Junta para os fins deste artigo, sem necessidade do despacho do administrador.
- § 2.º As paginas do *Boletim official*, em que foram publicados os annuncios, serão juntas ao processo.
- Art. 297.º Findo o praso da resposta, o escripto da Comunidade devolverá o processo á Administração com ou sem resposta da Comunidade e da Junta.
- § 1.º Se o pretendente desistir da pretensão, o administrador mandará archivar o processo e restituir ao pretendente o prepero feito, com deducção das custas do processo.
- § 2.º Em seguida, e expirado o praso da reclamação, o administrador mandará intimar o requerente e o procurador da Comunidade, a fim de virem nomear louvados para a inspecção, dando dia e hora para esse fim.
- § 3.º A nomeação de louvados será feita nos termos do art. 282.º e seus §§. O terceiro louvado será sempre nomeado pelo administrador.
- § 4.º No termo da nomeação de louvados serão dados dia e hora para a inspecção, quando esta possa ser feita dentro de 15 dias sem prejuizo do servigo ordinario da Administração.
- Art. 298.º A inspecção será presidida pelo administrador acompanhado do seu escripto, e serão intimados para assistirem a ella, além dos louvados, o requerente, o procurador e o escripto da Comunidade.
- § 1.º Os louvados, depois de ajuramentados segundo o rito da sua religião, darão o seu laudo, declarando se o terreno é, ou não, aforável, se do contracto resulta, ou não, prejuizo á Comunidade, para o que se attendêrã também á sua resposta e á da Junta, qual o foro a fixar, e todas as mais circumstancias que possam influir na decisão final.
- § 2.º Se na inspecção for julgado aforável o terreno, será medido e demarcado, collocando-se marcos provisórios em todos os seus angulos.
- § 3.º Se na inspecção for julgado inaforável o terreno, poderá o requerente pedir ao administrador, dentro de oito dias, nova inspecção, e ser-lhe ha deferida com cinco louvados, sendo dois nomeados pelo requerente, dois pelo procurador da Comunidade e o quinto pelo administrador.
- § 4.º O mesmo se observará quando o procurador da Comunidade, não se conformando com o julgamento da aforabilidade, assim o requerer.
- § 5.º O foro não será inferior a 4 réis da Convecção por cada 100 metros quadrados, excepto nas Novas Conquistas, onde poderá baixar até 1 real. Sendo, porém, cultivado o terreno pedido em aforamento, o foro nunca será inferior ao maximo da renda que se tenha obtido nos ultimos nove annos e mais 5 por cento.
- § 6.º Da inspecção se lavrará auto, que será assignado por todos os presentes e registado no livro da Comunidade no praso de oito dias.
- Art. 299.º Todos os terrenos pedidos em aforamento serão adjudicados em hasta publica.
- § 1.º A hasta será annunciada no *Boletim official* com precedencia, pelo menos, de 15 dias.
- § 2.º No dia designado para a arrematação o administrador fará apregoar pelo official de diligencias a abertura da praça, e, cessada a licitação, será adjudicado o terreno ao arrematante nos termos dos §§ seguintes, lavrando-se de tudo um auto.
- § 3.º No caso do terreno ser adjudicado a pessoas diversas da do requerente, será este indemnizado por aquelle com o dobro das custas do processo.
- § 4.º O licitante que offercer maior foro depositará a importancia correspondente ao foro de um anno e mais o dobro do prepero, e só então será considerada ultimada a praça.
- § 5.º Depois do despacho da concessão a importancia do dobro das custas será entregue ao primeiro requerente, e a de foro recolhida no cofre da Comunidade, sendo abonada a parte no 1.º anno da vigencia do contracto.
- Art. 300.º Finda a arrematação, o escripto da Administração fará concluso o processo ao administrador, que com sua informação o remetterá á Secretaria geral.
- § 1.º O governador geral em vista do processo resolverá a pretensão.
- § 2.º Logo que o processo baixê á Administração, será remetido ao escripto da respectiva Comunidade, o qual registrará, no praso de 3 dias a contar da recepção, o despacho do governador no livro competente.

§ 3.º Se o despacho fôr pela concessão o escrivão da Comunidade, em seguida ao registo, expedirá guia para ser paga pelo concessionario, dentro de 8 dias, a contribuição de registo que devida fôr pela legislação vigente, e, juntando-se o conhecimento do pagamento ao processo, fará, com assistência do procurador da Comunidade, entrega provisoria ao concessionario, no praso de 20 dias, verificando a exactidão da medição e que não houve alteração dos marcos provisorios, lavrando se de tudo o competente auto que será também registado no livro.

§ 4.º Em seguida o escrivão fará a resenha provisoria do terreno aforado, a qual será convertida em definitiva depois de se conferir ao concessionario a posse definitiva.

Art. 301.º O concessionario, dentro de 3 dias depois de findo o praso marcado no artigo 304.º, ou prorogado conforme o art. 305.º, é obrigado a requerer ao administrador posse definitiva do terreno aforado, sob pena de multa de dez rupias por cada anno que decorrer, sem prejuizo do que vae disposto na secção 3.ª d'este capitulo.

§ unico. Requerida esta posse, o administrador a conferirá no dia e hora que marcar, devendo assistir a este acto o concessionario, o procurador e os escrivães da Comunidade e da Administração, que exará o respectivo auto, que será depois registado por aquelle no livro competente.

Art. 302.º A entrega provisoria do terreno aforado não pode ser considerada senão como um acto facultativo ou de mera tolerancia, e só a posse definitiva confere ao concessionario os direitos que a lei civil reconhece e assegura ao verdadeiro possuidor.

## SECÇÃO II

### Da impugnação sobre o assumpto

Art. 303.º Qualquer impugnação sobre aforamento só pode ser deduzida no praso de 30 dias a que se refere o art. 296.º

§ 1.º Apresentada a impugnação, o administrador sobrestará no ulterior procedimento com respeito á porção do terreno impugnado, proseguindo, todavia, na diligencia relativamente á parte sobre que não houver reclamação, quando o pretendente o queira.

§ 2.º A impugnação será deduzida por escripto e assignada pelo impugnante, sendo reconhecida a assignatura por tabellião, e n'ella o administrador exará despacho resolvendo a pendencia, ou remetterá as partes para os meios ordinarios, se a questão versar sobre direito de posse ou de propriedade.

§ 3.º Quando o reclamante se offereça a reconhecer os direitos da Comunidade, poderá esta conceder-lhe em aforamento o terreno sobre que versou a reclamação, concordando n'isto o requerente, e sendo este indemnizado pelo reclamante das despesas que já tenha feito com a pretensão.

§ 4.º Quando o requerente, apesar da opposição do terceiro, que tenha de ser resolvida pelos tribunaes judiciais, insista na concessão de aforamento, poderá ser-lhe deferida a pretensão com clausula de que a Comunidade não responde pela evicção, nem obstará a qualquer opposição á entrega do terreno.

§ 5.º O auto da posse definitiva não poderá, n'este caso, ser admittido a registo na conservatoria, sem que se mostre estar decidida pelos tribunaes a opposição do reclamante.

§ 6.º No caso previsto no § 4.º o requerente é obrigado a pagar á Comunidade os respectivos fóros até á data em que passe em julgado a sentença judicial que faça, porventura, reverter o terreno ao reclamante ou a quem legalmente o represente.

§ 7.º Na defesa da acção que tenha intentado o reclamante, o requerente, no caso do § 4.º, será considerado como legitimo representante da Comunidade para todos os efeitos legais.

§ 8.º Os impugnantes, cuja opposição tenha de ser decidida nos tribunaes judiciais, apresentarão no praso de 30 dias, a contar do despacho a que se refere o § 2.º d'este artigo, certidão de estar distribuida em Juizo a competente acção, sob pena de serem julgadas sem offeito as suas impugnações e de se proseguir nos ultteriores do aforamento.

§ 9.º Os impugnantes são igualmente obrigados a apresentar na Administração, trimestralmente, certidão de estar em andamento o processo, sob a comminação imposta no § antecedente.

§ 10.º Resolvida a favor da Comunidade por sentença passada em julgado a reclamação offerecida, seguirá a pretensão os seus termos.

### SECÇÃO III

#### Da reversão dos terrenos aforados

Art. 304.º O terreno aforado, que não fôr aproveitado no praso de tres annos, a contar do auto da entrega provisoria, será revertido á Comunidade.

§ unico. Serão considerados aproveitados:

1.º Os terrenos que, sendo concedidos para cultura de arroz, estejam, dentro do praso marcado, reduzidos a essa cultura na sua totalidade ou na maior parte;

2.º Os terrenos concedidos para cultura de arvores ou de outra qualquer especie, que estejam reduzidos a essa cultura, dentro do mesmo praso, na sua totalidade ou na maior parte;

3.º Os terrenos concedidos para edificação de casas, quando tenham sido começadas e concluidas no praso de tres annos; abrangendo a construcção, pelo menos, a quarta parte da área aforada;

4.º Os terrenos concedidos para construcção de cosas ou para cultura, que tenham sido utilizados para um ou outro fim.

Art. 305.º Os concessionarios que, por qualquer motivo, não possam aproveitar os terrenos aforados no praso de tres annos, poderão, antes d'elle terminar, requerer a sua prorrogação, allegando as causas que houve para não cumprirem o contracto no praso estipulado, e o governador geral, ouvida a Comunidade e o respectivo administrador, resolverá o pedido como de justiça fôr, podendo conceder a prorrogação por mais um anno.

Art. 306.º Uma Commissão composta do presidente da Junta ou membro por esta escolhido, e do procurador e escrivão da Comunidade, examinará, annualmente, durante o mez de dezembro os terrenos aforados, em ordem a verificar se estão, ou não, aproveitados nos termos dos artigos antecedentes, e, no caso contrario, exarará o competente termo em que se mencionará o estado em que foram encontrados.

§ 1.º Para esse fim serão fornecidos á Commissão os esclarecimentos necessarios pelo escrivão, em vista dos livros de registro, e, na falta d'estes, obtendo-os da Administração das Comunidades.

§ 2.º Uma copia do termo do exame será remettida, até 15 de janeiro de cada anno, á Administração das Comunidades.

Art. 307.º Recebida a copia a que se refere o § antecedente, o administrador fará intimar, sob pena de revelia, os concessionarios para, no praso de 8 dias, responderem, por meio de requerimento, o motivo por que deixaram de aproveitar o terreno.

§ 1.º Se o intimado confessar a omissão notada pela inspecção, ou fôr revel, o administrador dará conhecimento ao governador geral propondo que seja cancellado o despacho da concessão e revertido o terreno á Comunidade.

§ 2.º Se o intimado contestar a exactidão do exame, deferirá o administrador visto-ria por meio de peritos nomeados nos termos do § 3.º do artigo 297.º, sendo a diligencia preparada pelo concessionario; e, verificando-se que é sem fundamento a contestação, procederá o administrador nos termos do § antecedente.

Art. 308.º O despacho mandando reverter o aforamento será publicado no *Boletim official*, fazendo-se o devido averbamento no respectivo livro.

§ 1.º A copia d'este despacho será considerada titulo sufficiente para se cancellar o registro do aforamento feito na conservatoria, devendo este cancellamento ser solicitado pelo procurador da Comunidade no praso de 10 dias, sob pena de multa equivalente ao decuplo do fôro.

§ 2.º Desde a publicação do despacho no *Boletim official* considerar-se-ha revertido o terreno á Comunidade, sem que obste qualquer impugnação administrativa ou acção judicial por parte do concessionario.

## CAPITULO VI

## Da venda de penhores e producto de predios

Art. 309.º Os penhores que forem depositados em garantia, na forma facultada no § 1.º do artigo 276.º, serão vendidos pela forma seguinte, quando não seja paga a quantia por elles garantida em tempo competente.

§ 1.º O escrivão da Comunidade annunciará a venda em hasta publica, convidando os pretendentes a comparecerem na Administração das Comunidades em dia e hora indicados pelo administrador.

§ 2.º No annuncio designar-se-ha a qualidade dos penhores, seu metal e valor, ou o numero correspondente nos titulos das acções e a Communidade emissora.

§ 3.º No dia designado para a venda, presentes o administrador, presidente da Junta, procurador e escrivão da Comunidade, serão adjudicados cada um dos objectos em separado, ou todos em globo, a quem maior preço offerecer, lavrando se no livro de diversos termos pelo escrivão da Comunidade um auto assignado, além dos mesmos, pelo comprador e duas testemunhas.

§ 4.º Os penhores arrematados não poderão ser entregues aos compradores sem prévio pagamento do respectivo preço, o qual, não sendo feito dentro de 3 dias, proceder-se-ha á nova arrematação, ficando o primitivo comprador sujeito ás penas de prisão e outras prescriptas no artigo 674.º e § unico.

§ 5.º Do producto da arrematação, deduzida a importancia caucionada, os juros e os emolumentos devidos, será restituído o remanescente ao devedor.

Art. 310.º Para a venda de fructos e productos dos predios de que trata o n.º 5.º do artigo 276.º, quando embargados para a solução da obrigação que garantem, serão observadas, na parte applicavel, as formalidades designadas no presente capitulo.

## CAPITULO VII

## Da auctorisação para acções

Art. 311.º Quando a Comunidade pretenda intentar em Juizo alguma acção persecutoria, deverá expôr os fundamentos do seu direito em petição articulada, documentada e dirigida ao Conselho de provincia por intermédio e com informação do administrador.

§ unico. O Conselho de provincia, no caso de conceder a licença pedida para a instauração da causa, auctorisará as despesas necessarias para tal fim.

Art. 312.º Proceder-se-ha na conformidade com o prescripto no artigo antecedente, igualmente no caso em que a Comunidade solicite licença para confissão ou transacção das acções.

Art. 313.º A licença para acções conservatorias será obtida por meio de requerimento articulado, dirigido pelo procurador da Comunidade ao administrador.

Art. 314.º A auctorisação, a que se referem os artigos 311.º e 313.º, acompanhará a petição inicial da acção, e a de que trata o artigo 312.º será apresentada em Juizo antes da sentença final.

Art. 315.º Não são sujeitas ás formalidades prescriptas n'este capitulo as causas intentadas em virtude das contas correntes expedidas nos termos d'este codigo, assim como as acções contra os devedores da receita annual da Comunidade e contra os de capitães mutuados.

## CAPITULO VIII

## Da remissão de fóros e contribuições que pesam na Comunidade

Art. 316.º A remissão dos fóros da Fazenda, de que trata o § 2.º do artigo 6.º, salvo os casos especialmente marcados n'este codigo, será requerida ao governador geral, por intermédio do administrador, juntando ao requerimento a copia da acta da Comunidade, em que esta tiver deliberado a remissão, e uma certidão da qual conste que o

cofre da corporação está habilitado para pagar-a por qualquer dos meios facultados pela lei geral que regula a remissão dos fóros reaes.

§ unico. O governador geral, ouvindo as Estações que julgar convenientes, resolverá o pedido.

Art. 317.º A remissão dos encargos do culto catholico, propinas de escrivancias e quaesquer outros de que trata o artigo 19.º, será requerida, do mesmo modo, ao governador geral, por intermédio do administrador, jurtando ao requerimento certidão de estar habilitado o cofre para pagar-a em dinheiro ou em acções da Comunidade.

§ 1.º O administrador ouvirá o interessado, a cujo favor estiver constituído o encargo, e, se este fôr alguma corporação, enviará o requerimento ao seu superintendente para este ouvir-a, e, juntando as respostas que obtiver, enviará o processo á Secretaria geral com a sua informação.

§ 2.º O governador geral resolverá a pretensão como julgar conveniente.

Art. 318.º A certidão do pagamento do capital da remissão ou da entrega do titulo das acções equivalentes, passada pelas corporações credoras, ou o recibo, em forma, passado pelo credor particular das prestações, nos casos dos dois artigos antecedentes, é documento sufficiente para a prova do pagamento e extincção do encargo, e para, á vista d'elle, se fazer o cancellamento do registo que esteja feito na conservatoria.

## CAPITULO IX

### Da quita da renda dos campos

Art. 319.º Podem as Commuidades, nos termos do artigo 266.º e § 1.º, com auctorisação do governador geral ou administrador, estabelecer nos contractos de arrendamento dos seus campos as condições da quita da renda.

§ unico. Só dão direito á quita as faltas e as perdas dos fructos, provenientes das causas fortuitas, e não as que de ordinario soffrem os campos por effeito da irregularidade da estação, ou de factos imputaveis aos arrendatarios ou a terceiros.

Art. 320.º A quita será requerida, sob pena de não ser attendido o pedido, antes da colheita do campo, salvo quando o pedido seja de quita da renda de vangana e o fundamento a falta ou escassez das aguas nos reservatorios que a devam irrigar, caso em que será requerida antes de se fazer o amanho das varzeas com as aguas que derivam do mesmo reservatorio.

Art. 321.º Os requerimentos para quita, dirigidos ao governador geral, darão entrada na Administração, especificando-se n'elles o nome ou nomes dos lanços, sua situação, a quantidade provavel da perda dos fructos e as suas causas, ou a impossibilidade de se semearem os lanços, e todos os mais fundamentos do pedido.

§ 1.º Não será admittido nenhum requerimento que não venha acompanhado de copia da prévia convenção da quita e auctorisação competente.

§ 2.º A quita de cada lanço será requerida pelo respectivo arrendatario, excepto quando os lanços sejam continuos ou não distantes um de outro 500 metros, ou, sendo a quita da renda de vangana, quando os lanços sejam irrigados com as aguas de unico reservatorio.

§ 3.º Autoado o requerimento, o administrador mandará intimar a parte e o procurador da Commuidade para comparecerem na Administração a fim de se proceder á nomeação de um ou tres louvados.

§ 4.º A nomeação dos louvados será feita nos termos do artigo 282.º e seus §§, sendo o terceiro louvado nomeado pelo administrador. Se os interessados concordarem em que haja um só louvado, será este nomeado pelo administrador.

§ 5.º No acto da nomeação dos louvados o administrador designará a inspecção, mandando intimar os louvados, as partes e o procurador da Commuidade para comparecerem no sitio dos lanços respectivos, no dia e hora designados.

§ 6.º Na inspecção verificar-se ha a allegada perda dos fructos, esterilidade do campo ou impossibilidade de sementeira, suas causas e tudo o mais que possa concorrer para o esclarecimento da questão, lavrando-se de tudo um auto circunstanciado.

§ 7.º As partes poderão fazer quesitos, e o administrador poderá ordenar quaesquer inqueritos ou diligencias que julgue indispensaveis para esclarecer a questão.

§ 8.º Concluido o inquerito, o administrador mandará ouvir a Comunidade e a Junta, e remetterá o processo á Secretaria geral, com a sua informação, para decisão do governador geral.

§ 9.º O governador geral, em vista do que se apurar no processo, resolverá se os requerentes merecem, ou não, a quita e, no primeiro caso, determinará a diminuição que se deva fazer na renda de cada lanço.

Art. 322.º Quando fôr requerida a quita com fundamento na escassez das aguas necessarias á cultura e irrigação da vangana nos reservatorios da Comunidade, na vistoria deverá verificar-se a invocada escassez e a causa d'ella, assim como se os lanços, sobre que versa o pedido, podem, ou não, ser semeados e regados até á maturação da seara com as aguas existentes.

§ 1.º Se se apurar que os lanços do requerente podem ser cultivados, não será concedida a quita; e, no caso contrario, feitos os inqueritos de que trata o § 7.º do artigo antecedente, subirão o processo, com informação do administrador, para a decisão final.

§ 2.º No caso em que se verificar que a causa da escassez das aguas não foi casual, mas devida á pessoa diversa do requerente, pode este usar contra aquelle de todas as acções da competencia da Comunidade.

## CAPITULO X

### Da introdução das aguas nos campos

Art. 323.º Nenhuma Comunidade pode introduzir aguas salgadas ou doces nos seus campos sem licença do governador geral.

§ 1.º Esta licença será requerida, por intermédio do administrador, pelo procurador da Comunidade ou pelo bouço, juntando á pretensão os seguintes documentos:

a) Acta da Comunidade e, á sua revelia, da Junta, quando a licença seja requerida pelo procurador da Comunidade; ou do bouço, quando seja requerido pelo procurador d'este, deliberando a introdução pretendida e designando o tempo por que deve durar;

b) Parecer de dois facultativos declarando que a introdução das aguas não prejudicará a saúde da povoação vizinha, nem as aguas dos poços da servidão commum dos predios contiguos, tratando-se de aguas salinas;

c) Declaração dos proprietarios dos predios confinantes concordando na pretensão.

§ 2.º A pretensão, informada pelo administrador, será submettida á resolução do governador geral.

Art. 324.º A concessão será sujeita ás seguintes condições:

1.ª As aguas introduziveis em qualquer arrozal não poderão subir 0,<sup>m</sup>50 sobre a sua superficie.

2.ª Não poderão ser retidas mais de 24 horas, podendo, comtudo, repetir-se a introdução, quando necessaria, com intervallo minimo tambem de 24 horas.

Art. 325.º A infracção das disposições do artigo antecedente constitue desobediencia punivel nos termos da lei geral, e o regedor da parochia ou aldeia, logo que tenha d'ella conhecimento, fará immediatamente desaguar o campo, dando parte ao administrador do concelho, que mandará levantar o competente auto de investigação, remettendo o á Secretaria geral.

§ unico. As despesas que se fizerem no desaguento serão cobradas do infractor por meio de execução administrativa, quando as não pague vountariamente.

## CAPITULO XI

### Das terras usurpadas e dos meios da sua reversão

#### SECÇÃO I

##### Das usurpações descobertas com ou sem denuncia

Art. 326.º As acções que as Comunidades tenham de intentar em Juizo, contra os usurpadores das suas terras, serão precedidas de um processo administrativo nos termos do artigo seguinte, o qual servirá de base á respectiva acção judicial.

§ unico. Exceptuam-se as acções possessórias.

Art. 327.º São competentes para denunciar as usurpações todos os componentes da Comunidade e mesmo os estranhos a ella, ficando, porém, sujeitos á multa do § 2.º do artigo seguinte, quando se prove a sua má fé e se julgue improcedente a denuncia.

Art. 328.º São obrigados a denunciar as usurpações:

1.º O procurador da Comunidade;

2.º Os arrendatarios dos seus campos, tanto em relação á terra arrendada, como a vallados, sangrias e terrenos n'ella encravados ou confinantes, que não estejam arrendados a outro individuo.

§ 1.º O procurador que não denunciar a usurpação, logo que tenha d'ella conhecimento, será exonerado das suas funcções, perdendo a favor da Comunidade a gratificação a que tenha direito pelo serviço prestado até á data em que se verificar a existencia da usurpação.

§ 2.º Os arrendatarios, que deixarem de denunciar os usurpadores, incorrerão n'uma multa equivalente a metade do valor do terreno usurpado.

Art. 329.º A denuncia será dirigida ao administrador e conterá:

a) O nome, estado e morada do denunciante e denunciado;

b) O nome do terreno usurpado, suas confrontações, área provavel e a época de usurpação;

c) O lanço do arrendamento a que pertence, e o nome do arrendatario;

d) E os demais esclarecimentos que possam concorrer para se descobrir e circumscrever a usurpação.

Art. 330.º Poderá tambem ser feita a denuncia perante a Junta, sendo entregue a petição de denuncia ao escrivão da Comunidade, que reunirá a Junta dentro de 24 horas, independentemente da auctorisação do administrador, e, com informação fundamentada d'ella reconhecendo, ou não, a existencia da usurpação denunciada, remetterá a denuncia á Administração.

§ unico. Os membros da Junta que faltarem á sessão sem justo motivo, e os que, assistindo, se abstiverem de dar o seu voto, incorrem na multa do triplo da gratificação a que têm direito na conformidade do art. 57.º e seus §§.

Art. 331.º Autoada a petição de denuncia, o administrador ouvirá sobre ella a Junta nos termos do artigo precedente, caso a denuncia não seja feita perante ella, e mandará intimar o denunciado para declarar, no praso de 10 dias, por termo no processo, se confessa, ou não, a usurpação, apresentando n'este ultimo caso a sua defesa.

§ 1.º Ao denunciado poderá ser dado o praso até de 20 dias, quando o requeira como necessario para obter documentos para a mesma defesa.

§ 2.º Quando o denunciado não confesse a usurpação, proceder-se-ha em conformidade dos artigos seguinte.

Art. 332.º Findo o decendio, o administrador dará dia e mandará intimar o denunciante e o denunciado para a nomeação de louvados, a fim de inspecionar o terreno sobre que versar a denuncia, sendo um dos louvados nomeado pelo denunciante, outro pelo denunciado e o terceiro pelo administrador.

§ 1.º A nomeação de louvados não pode recahir em pessoas que sejam componentes da respectiva Comunidade.

§ 2.º No termo da nomeação dos louvados o administrador designará logo a inspecção, mandando intimar para assistirem a ella, além dos louvados, os membros da Junta, o escrivão e o procurador da Comunidade, bem como o arrendatario da terra usurpada.

§ 3.º Não é necessaria intervenção do denunciante e denunciado, embora qualquer d'elles não tenha comparecido para a nomeação de louvados.

§ 4.º O denunciante, denunciado e o procurador poderão fazer os quesitos que entenderem, e juntar quaesquer documentos, e o administrador ordenar os inqueritos e diligencias que julgue indispensaveis para esclarecer a questão.

§ 5.º Do resultado da inspecção será lavrado auto pelo escrivão da Administração, sendo avaliado, medido e demarcado o terreno usurpado.

§ 6.º Os membros da Junta, o procurador e o escrivão da Comunidade, e o arrendatario da terra usurpada, serão ouvidos no acto e darão o seu parecer que será consignado no auto.

Art. 333.º Demonstrando o resultado da inspecção a existencia da usurpação, mandará o administrador expedir uma copia do respectivo auto e d'outras peças do processo, a qual sera entregue ao procurador da Comunidade a fim de solicitar licença do Conselho de provincia para a instauração da competente acção em Juizo, e imporá ao denunciado, por despacho no processo, as seguintes penas:

a) Inibição, por tempo de 5 annos, de exercer qualquer cargo das Comunidades do respectivo concelho, e de licitar e afiançar nas arrematações ordinarias ou extraordinarias das mesmas Comunidades, por si ou por pessoa interposta;

b) Perda a favor da Comunidade, por igual tempo, dos proventos de jonos, dividendos das acções, tenças, votonas ou quaesquer outras pensões a que tenha direito em qualquer Comunidade.

§ 1.º Estas penas serão declaradas sem effeito se o Conselho de provincia denegar licença para a propositura da causa, ou se esta fôr julgada improcedente.

§ 2.º Se se verificar pelo resultado da inspecção não ter fundamento nenhum a denuncia, o administrador mandará archivar o processo, applicando ao denunciante, quando se prove a sua má fé, uma multa equivalente á metade do valor do terreno sobre que versou a denuncia.

Art. 334.º Pode o denunciado, em qualquer estado do processo administrativo, assignar termo obrigando-se a largar mão do terreno ou pagar o seu valor, quando não exceda a 100 rupias, não podendo, porém, em nenhum caso, ser permittido pagar o valor, quando a usurpação seja posterior a 31 de janeiro de 1897, ou a quem tenha antes praticado outra usurpação.

§ 1.º Se o denunciado confessar a usurpação, obrigando-se a largar mão do terreno, o administrador mandará que o procurador da Comunidade acompanhado do escrivão tome posse do mesmo terreno, lavrando-se o competente auto, que será incorporado no processo.

§ 2.º O termo em que o denunciado se responsabilise a pagar o valor do terreno não produzirá effeitos legaes sem a approvação do Conselho de provincia com prévia informação do administrador, ouvidas a Junta administrativa e a Comunidade, que deverão responder se convem mais fazer reverter o terreno aos proprios da Comunidade, ou receber o seu valor.

§ 3.º Se, o Conselho de provincia não approvar o termo de que trata o § antecedente, será intentada contra o usurpador a competente acção judicial, independentemente da auctorisação a que se referem os artigos 311.º e seguintes.

§ 4.º Se, no decendio da intimação, o denunciado, confessando a usurpação, fizer entrega da terra á Comunidade, ficará isento das penas do artigo 333.º incorrendo sómente nos sellos e custas do processo; se, porém, a confissão e entrega forem ulteriormente feitas no curso do processo, as penas do mesmo artigo se reduzirão ao praso de um anno.

Art. 335.º Aos denunciantes estranhos á associação, ou componentes que não tenham livres o seu jono ou acções, pode ser exigida caução pelas custas, sellos e multas em que possam incorrer, devendo ser essa caução arbitrada pelo administrador.

Art. 336.º Dentro de 30 dias a contar da data em que passar em julgado, a favor da Comunidade, a sentença proferida na acção que tenha ella intentado contra o denunciado, o procurador da mesma apresentará na Administração, sob pena de dez rupias de multa, uma certidão da decisão judicial, a fim de que o administrador torne effectivas, com prévia audição dos interessados, as penas estabelecidas no artigo 328.º, §§ 1.º e 2.º, com excepção da pena de exoneração ao procurador, a qual será imposta logo que se verifique por inspecção, de que trata o artigo 332.º, a existencia de usurpação.

Art. 337.º O administrador, logo que tenha conhecimento de alguma usurpação, procederá officiosamente, sem dependencia de denuncia, em conformidade do disposto nos artigos antecedentes, sendo n'este caso considerada como denunciante a respectiva Comunidade.

Art. 338.º Os processos de denuncias, quer estas sejam feitas por qualquer dos individuos mencionados nos artigos 327.º e 328.º, quer instaurados officiosamente, correrão em papel não sellado, mas de marca legal, e o seu sello e custas serão contados afinal e pagos pelo denunciante ou denunciado, conforme o caso.

§ 1.º O procurador da Comunidade não poderá ser condemnado em custas e sellos, quando a sua denuncia seja reconhecida pela Junta administrativa na informação a que



se referem os artigos 330.º e 331.º, devendo n'este caso ser considerada como denunciante a respectiva Comunidade.

§ 2.º As despesas do transporte do administrador, seu escrivão e louvado nomeado pelo administrador serão, porém, adiantadas pela Comunidade.

Art. 339.º Metade da gratificação e da multa de que tratam os §§ 1.º e 2.º do artigo 328.º será abonada ao denunciante que tenha seguido até a final o processo de denuncia, pertencendo a outra metade á respectiva Comunidade.

## SECÇÃO II

### Das usurpações descobertas na tombação

Art. 340.º O pessoal da tombação, a que se referem os artigos 224.º e 225.º medirá, balisará e avaliará, juntamente com as terras que estiverem na posse das Comunidades, quaesquer terrenos que julgar usurpados ás mesmas associações, tendo para isto em vista a medição do seu campo, quando a haja, e dos Prazos da Corôa, aforamentos concedidos pela propria Comunidade e predios particulares confinantes.

§ 1.º As certidões d'aquellas medições, préviamente obtidas das Estações competentes pelas Juntas administrativas, serão postas á disposição do pessoal da tombação, logo no começo dos trabalhos respectivos, juntando-se-lhes quaesquer outros documentos que possam esclarecer o assumpto, sejam, ou não, requisitados pelo mesmo pessoal.

§ 2.º Préviamente á medição serão intimados os suppostos usurpadores para comparecerem no local das usurpações em determinado dia, a fim de assistirem ao acto de medição e avaliação dos terrenos respectivos, sob pena de se proceder aos trabalhos á revelia.

§ 3.º Compete á Junta ordenar essas intimações que serão feitas pelo escrivão da Comunidade, ou regedoria onde aquelles individuos residirem, e nos termos do Código do processo civil.

§ 4.º Quando o usurpador não convenha no valor fixado ao terreno, ou na extensão da área calculada, poderá requerer ao administrador que se apure a mesma área e seja avaliada novamente, á sua custa, por meio de louvados, um dos quaes será nomeado pelo requerente, outro pela Comunidade e o terceiro pelo administrador.

§ 5.º Não terá, todavia, logar a concessão de que trata o § precedente, sem que o requerente assigne perante a Junta um termo em que se obrigue á remissão da usurpação por qualquer das formas estabelecidas no art. 342.º, e mediante a rectificação requerida.

Art. 341.º Haverá em cada Comunidade um livro especial para o registo das usurpações que se encontrarem não legalizadas, o qual será escripturado conforme o modelo n.º 18, e conterá a medição, confrontações e avaliação dos terrenos usurpados, nome do usurpador e todos os mais esclarecimentos que forem necessarios, não só para o reconhecimento e individualisação d'esses terrenos, como também para a reivindicacão ou remissão d'elles.

§ 1.º A avaliação comprehenderá o valor do terreno ao tempo da usurpação.

§ 2.º Quando estiver intentada a competente acção contra o usurpador, indicar-se-ha essa circumstancia e designar-se-ha o nome do procurador incumbido da causa e a data da installação d'esta.

Art. 342.º Logo que esteja concluido o registo das usurpações, que se fará de preferencia á escripturação do tombo geral, a Junta mandará intimar, pela forma declarada no § 3.º do artigo 340.º, todos os usurpadores para, no praso de 30 dias contado da intimação, virem declarar, perante ella e por meio de termo, que se compromettem a pagar, por inteiro ou em prestações annuaes não excedentes a nove, o preço dos terrenos por elles usurpados, sob pena de serem demandados.

§ 1.º O preço a pagar será o valor do terreno, fixado segundo o § 1.º do artigo 341.º e mais 25 por cento do mesmo valor.

§ 2.º As prestações accrescerá sempre o juro de 4 por cento.

§ 3.º O praso que a Junta conceder para o pagamento do preço integral ou da primeira prestação não excederá a 30 dias.

Art. 343.º Se, decorrido o praso designado no artigo precedente, não assignar o usurpador o respectivo termo, a Junta fará extrahir uma certidão da usurpação não remida por elle, e a enviará ao administrador, acompanhada de todos os documentos em

que se tiver fundado o reconhecimento d'ellas e quaesquer outros que possam servir de base á sua reivindicação, a fim de que o mesmo funcionario nomeie advogado procurador e auctorise as despesas necessarias para a installação da competente acção persecutoria contra o usurpador, remettendo a este, na mesma occasião, a certidão e todos os mais documentos que lhe tiverem sido enviados pela Junta.

§ unico. Para estas acções é dispensada a auctorisação a que se referem os artigos 311.º e 313.º.

Art. 344.º Quando algum proprietario confesse voluntariamente a usurpação que tiver feito, e esta não possa provar-se por documento algum, acceitar-se-lhe-hão apenas dois terços do valor da usurpação, se essa confissão tiver logar durante a tombação ou nos 15 dias immediatos á sua conclusão, excepto se já estiver intentada contra o usurpador a acção competente.

## CAPITULO XII

### Da forma do processo em geral

Art. 345.º Toda a pretensão que deva ser tratada perante o administrador das Comunidades e resolvida por este, ou pelo governador geral ou Conselho de provincia, dentro da esphera das suas attribuições, será processada pela maneira seguinte:

§ 1.º O requerimento, com despacho do administrador mandando que seja autoado, sel-o-ha pelo escrivão da Administração com os documentos com que estiver instruido, declarando no rosto o numero correspondente ao anno, o nome das partes e da Comunidade, e a natureza da pretensão.

§ 2.º O administrador mandará expedir o competente mandado de intimação á parte contraria, quando houver, para allegar a sua defesa no praso de 10 dias, podendo ter vista do processo respectivo, quando junte procuração a advogado com residencia na sédo do concelho, comarca ou Julgado.

§ 3.º A intimação será feita nos termos da lei commum.

§ 4.º Quando haja de ser ouvida a Junta ou a Comunidade, o escrivão da Administração lavrará termo da remessa do processo ao escrivão d'ella, a quem o entregará pessoalmente, estando presente na Administração, ou o enviará pelo correio cintado e registado, pagando a parte o respectivo porte.

§ 5.º O escrivão da Comunidade, lavrando termo de recepção do processo e de vista á Junta, o entregará ao presidente, mediante recibo.

§ 6.º O presidente, examinando os papeis no mesmo acto em que lhe forem apresentados, e vendo que é necessaria informação do escrivão, determinará por seu despacho que elle a preste no processo dentro de 10 dias, transcrevendo em seguida á informação quaesquer deliberações da Comunidade e Junta, e outros documentos avulsos, ou constantes dos livros a seu cargo, que forem attinentes á questão sujeita, ou de que haja de fazer menção.

§ 7.º Voltando o processo com informação do escrivão, ou quando ella não fôr necessaria, o presidente dará logo dia para a sessão Junta ou da Comunidade, mandando fazer os avisos ou annuncios necessarios.

§ 8.º Em sessão da Junta ou da Comunidade o presidente, relatando a questão, ouvindo ácerca d'ella o procurador da Comunidade e recolhendo em seguida os votos dos vogaes ou componentes presentes, fará lavrar pelo escrivão, conforme o vencimento, a sua resposta, por acta no respectivo livro, a qual será transcripta no processo.

§ 9.º Com a resposta da Junta ou da Comunidade, o escrivão, lavrando o termo de remessa, enviará o processo á Administração, e o escrivão d'esta, feito o termo de recepção, o fará logo concluso ao administrador, que proferirá n'elle, dentro de 10 dias, a sua decisão, assignando-a por extenso e publicando-a no livro da porta.

§ 10.º Quando forem requeridas, ou o administrador julgar necessario, inquirições ou outras quaesquer diligencias, as ordenará, e, ouvindo por escripto sobre o resultado d'ellas cada uma das partes no praso de 10 dias, proferirá no processo a sua decisão.

§ 11.º As partes não terão vista do processo, quando não juntem procuração a advogado com residencia na sédo do concelho, comarca ou Julgado.

Art. 346.º Quando a decisão pertença ao governador geral ou ao Conselho de provincia, observar-se-ha a mesma forma do processo, mas o administrador, em vez de decisão, dará a sua informação nos autos, e submittel-os ha á Secretaria geral.

§ unico. Depois da informação do administrador nenhuma das partes poderá ter vista do processo, sendo-lhe, comtudo, permittido offerecer novos documentos que serão juntos por linha.

Art. 347.º No caso de se não ter de ouvir a Commuidade, a Junta ou a parte contraria, ou de se não ter de fazer qualquer outra diligencia prescripta nos §§ 1.º a 11.º do artigo 345.º, em qualquer pretensão, o administrador dará a sua decisão no próprio requerimento, sendo o assumpto da sua competencia, e, não o sendo, informará á margem da petição ou em nota de serviço, remetendo á Secretaria geral.

Art. 348.º Todos os processos findos ficarão archivados na Administração, a cargo do escrivão respectivo que d'elles poderá dar certidões de teor ou narrativas, independentemente de despacho do administrador.

Art. 349.º Todo o processo correrá em papel sellado, fornecido pelo interessado, sendo a parte que decahir condemnada afinal nas custas e sêllos do processo, que serão liquidados pelo escrivão e cobrados nos termos do presente codigo.

## CAPITULO XIII

### Dos recursos em geral

Art. 350.º Os recursos concedidos pelo presente codigo, dirigidos ao administrador, ao governador geral ou ao Conselho de provincia, serão interpostos, seguidos e decididos nos termos declarados n'este capitulo.

Art. 351.º Sendo o recurso para o administrador, observar-se-ha o seguinte:

§ 1.º O requerente se apresentará por si ou por seu procurador bastante, dentro de 10 dias, contados desde que lhe fôr dado conhecimento da deliberação, ao escrivão da Administração com a sua petição de recurso, acompanhada de todos os documentos em que se fundar ou de que fizer menção.

§ 2.º O escrivão, recebendo a petição, lhe porá á margem nota do dia e hora da apresentação, e a fará registrar, por extracto, no livro da porta; e em seguida, autoando os papeis, abrirá o termo de conclusão ao administrador.

§ 3.º O administrador dará vista do processo, por outros 10 dias, ao procurador da Commuidade ou a esta, quando elle recorrer da deliberação da mesma, para esta ou aquelle apresentar, querendo, dentro do mesmo termo, a sua allegação que será feita, recebida, notada e junta ao processo pela forma prescripta nos §§ precedentes.

§ 4.º Findo o praso da allegação, o escrivão fará, com ou sem ella, concluso o processo ao administrador, que proferirá, dentro de 10 dias, a sua decisão fundamentada, datada e assignada por extenso, a qual será publicada no livro da porta.

Art. 352.º Se o recurso fôr para o governador geral ou para o Conselho de provincia, proceder-se-ha nos seguintes termos;

1.º O recurso será interposto dentro de 10 dias, contados da publicação da decisão, por termo lavrado pelo escrivão da Administração, sem dependencia de despacho, e assignado pelo recorrente, que deverá na mesma occasião juntar procuração a advogado com residencia na séde do concelho, comarca ou Julgado.

§ 2.º Interposto o recurso, o escrivão autoará os papeis sobre que tiver recabido a decisão, se não estiver autoada antes, e, juntando o termo de recurso e a procuração, continuará com vista ao advogado do recorrente por 10 dias, para minutar, expedindo mandado para intimação do recorrido a fim de juntar n'esse intervallo procuração ao seu advogado, tambem com residencia na séde do concelho, comarca ou Julgado, a quem se dará depois vista para dentro de outros 10 dias contraminutar, e por egual praso ao administrador para sustentar ou emendar a sua decisão indicando os fundamentos.

§ 3.º Findos os prazos dos §§ antecedentes, o escrivão cobrará o processo com a resposta do administrador ou sem ella, e, lavrado o termo de remessa, o enviará á Secretaria geral pelo correio.

§ 4.º Se o recurso interposto fôr do arbitramento de louvados, serão ouvidos estes, em seguida á minuta e contraminuta das partes, convocando os para tal fim na Administração, e o processo subirá á decisão superior com informação do administrador.

§ 5.º O processo de recurso, depois de decidido, será devolvido á respectiva Administração para ser archivado, cumprida a decisão.

Art. 353.º Em quaesquer dos recursos previstos nos artigos antecedentes as petições e allegações serão sempre assignadas, com o nome por inteiro, pelo advogado que para esse fim fôr constituido.

Art. 354.º Não será tomado conhecimento de qualquer recurso que não fôr interposto, seguido e apresentado em tempo, sendo considerada transitada em julgado a decisão recorrida, que será cumprida immediatamente.

Art. 355.º As custas do processo serão liquidadas pelo escrivão da Administração e cobradas da parte vencida, havendo-a, aliás do proprio recorrente, segundo o julgado, sendo applicavel o disposto no artigo 349.º.

### TITULO III

#### DAS ACÇÕES DAS COMUNIDADES

#### CAPITULO I

#### Da emissão das acções

Art. 356.º As acções em que, em virtude do disposto no regulamento de 30 de outubro de 1886, foi invertido o antigo interesse alienavel das Comunidades, e o methodo de se fazer a partilha das rendas sociaes e estabelecer o dividendo annual das mesmas acções, constam do mappa n.º 9.

§ 1.º Este mappa é o extracto dos catalogos existentes nas diversas Administrações, em que se encontram registados os titulos das acções, o nome da pessoa a cujo favor foram estas emittidas, e contém mais o seu movimento posteriormente havido.

§ 2.º Em substituição do actual indice d'esses catalogos cada um d'estes terá dois indices alphabeticos, o primeiro, dos nomes d'aquelles a cujo favor foram expedidos ou transmittidos os titulos das acções, e o segundo, dos nomes d'aquelles a cujo favor estiver averbado algum onus que esteja em vigor.

§ 3.º Na substituição dos catalogos actuaes, que no futuro forem precisos, serão elles organisados segundo o modelo n.º 19.

Art. 357.º Cada acção é do valor nominal de vinte rupias, e o seu valor real é a somma de vinte ultimos dividendos annuaes, considerando-se para esse fim como meia rupia o dividendo de cada um dos annos anteriores a 1888.

§ unico. O titulo das acções é uma formula impressa segundo o modelo n.º 20, contém escripto á mão o numero d'ordem do titulo, o seu valor, o nome da pessoa a favor de quem foi emittido e o da Comunidade, o numero das acções que representa e a data da expdição, e é assignado pelo administrador, presidente da Junta e escrivão da Comunidade.

Art. 358.º Cada titulo pode comprehender uma só acção, ou dez, ou multiplos de dez.

Art. 359.º A somma das acções emittidas por cada Comunidade é em numero redondo acabado em duas cifras.

Art. 360.º Os titulos de dez acções podem ser divididos sómente em titulos de unidades a requerimento das parte e á sua custa, e os multiplos de dez acções em titulos de dez.

Art. 361.º A emissão de novos titulos por divisão dos anteriores será consignada no catalogo com referencia ao titulo dividido, continuando as acções com o numero que tinham.

## CAPITULO II

## Da transmissão das acções

Art. 362.º A propriedade das acções é transmissível, e a forma de transmissão é o *pertence* lançado no verso do respectivo titulo.

Art. 363.º A transmissão de cada titulo não pode ser feita a mais de uma pessoa, salvo sendo marido e mulher.

Art. 364.º Na transmissão *inter vivos*, o *pertence* será assignado em presença do administrador pelo accionista, cujo nome estiver escripto no titulo ou no *pertence* posteriormente n'elle lançado, e seguido de annotação referente ao averbamento d'essa transmissão.

§ 1.º A annotação será feita segundo o modelo n.º 21.

§ 2.º A assignatura do transmittente, sempre que não fôr feita perante o administrador, será reconhecida por tabellião na sua propria fé.

§ 3.º Se o transmittente não souber ou não puder assignar, o *pertence* poderá ser lançado na presença do administrador ou do tabellião, assignando outra pessoa a rogo do transmittente e duas testemunhas presenciaes, devendo no segundo caso o tabellião certificar no reconhecimento das assignaturas a presença pessoal do transmittente.

§ 4.º O *pertence* poderá ser assignado tambem por procurador especial. A procuração, porém, deve conter expressamente o numero dos titulos ou das acções e o nome da Comunidade emissora, e é sujeita a sêllo de procuração para contractos.

§ 5.º No averbamento da transmissão, feito pelas fórmias designadas n'este artigo, o administrador deverá declarar a maneira como foi assignada e reconhecida a assignatura do *pertence*, o nome do tabellião, e a circumstancia de estar reservado o usufructo, se do *pertence* constar essa reserva.

Art. 365.º Se a transmissão se operar *causa mortis*, ou por vendas feitas no inventario judicial, execuções judiciaes ou administrativas, ou nos estabelecimentos de penhor para isso auctorisados, ou, finalmente, em virtude da sentença judicial, o *pertence* será lançado com a assignatura do administrador com referencia ao averbamento, previamente feito, de transmissão (modelo n.º 21).

Art. 366.º O averbamento de transmissão voluntaria *inter vivos* far-se-ha em presença do *pertence*, lançado no titulo e reconhecido nos termos do artigo 364.º e seus §§, e de uma declaração assignada pelo transmittente, ou por outro a rogo, e reconhecida por tabellião, nos termos do § 3.º do citado artigo; designando a numeração das acções ou dos titulos que transmite, a Comunidade emissora e o nome e morada da pessoa a quem transmittiu.

§ unico. Fica dispensada d'esta declaração, quando o transmittente assignar a nota da apresentação, lançada no livro da porta, por si ou por outrem a seu rogo com duas testemunhas, quando não saiba assignar.

Art. 367.º O averbamento de transmissão operada por venda feita por arrematação em inventario judicial, ou em estabelecimento de penhor, far-se-ha em virtude da certidão do Juizo ou do estabelecimento, da qual conste a venda feita, o numero do titulo ou da acção n'elle contida, o nome da Comunidade e do accionista a quem a acção *pertence*, e a circumstancia de estar ella declarada livre ao comprador.

Art. 368.º Se a transmissão se operar em virtude da venda feita em arrematação nas execuções judiciaes ou administrativas, far-se-ha averbamento em cumprimento do mandado que o determine, passado pelo Juizo da execução, e no qual venham consignados os requisitos indicados no artigo antecedente.

§ unico. Se o Juizo da execução fôr a propria Administração, o averbamento far-se-ha em presença do auto da arrematação e despacho que declarou as acções livres ao comprador.

Art. 369.º Se a transmissão se operar em virtude da sentença judicial proferida em causa sobre as acções das Comunidades, far-se-ha o averbamento em vista da certidão da sentença passada em julgado, da qual constem os requisitos indicados no artigo 367.º

Art. 370.º Se a transmissão se operar *causa mortis*, far-se-ha o averbamento em presença dos documentos sufficientes para comprovar que a propriedade das acções passou para quem pretende o averbamento d'estas a seu favor.

§ unico. Se o valor das acções transmittidas por successão legitimaria ou legitima não exceder a 250 rupias, e sómente n'isto consistir o espolio, poderão os interessados obter o averbamento definitivo e o *pertence* a seu favor justificando os seus direitos nos termos dos §§ 1.º e 2.º do artigo 33.º

Art. 371.º Os averbamentos da transmissão serão feitos segundo o modelo n.º 23.

Art. 372.º A transmissão das acções *inter vivos* não é sujeita á contribuição de registo, mas os *pertences* lançados nos seus titulos por transmissão *inter vivos* ou *causa mortis* obrigam ao sello que a lei em vigor taxar aos *pertences*, e o qual será pago por guia no fim de cada mez, declarando-se no averbamento quanto é o sello que se arrecadou por cada averbamento feito.

### CAPITULO III

#### Da constituição de onus sobre as acções

Art. 373.º As acções das Communidades poderão ser dadas em garantia de pagamento ou responsabilidade, como penhor ou caução, assim como em usufructo e consignação de rendimentos, sómente por quem tem averbado em seu nome a sua propriedade plena.

§ 1.º A imposição de onus, de que trata este artigo, não pode ser feita por acto ou accordo lançado no titulo das acções, salvo a reserva do usufructo, mas deve ser constituida por outro documento ou contracto com as formalidades da lei commum.

§ 2.º E' tambem permittido o averbamento da acção judicial para a reivindicacão das acções das Communidades, a fim da sentença proferida ser exequivel contra o adquirente, posterior áquelle averbamento.

Art. 374.º Apresentado na Administração o contracto ou documento, em que se estipulou a caução, penhor, usufructo ou consignação e os titulos das acções referentes, será tomada a nota de apresentação, nos termos do artigo 384.º, far-se-ha o averbamento de onus segundo o modelo n.º 23, e lançar-se-ha nos titulos a competente annotação conforme o modelo n.º 24.

Art. 375.º E' permittido a qualquer accionista o averbamento provisorio de onus nas acções que estejam emitidas ou averbadas a seu favor.

§ 1.º Este averbamento far-se-ha em presença do requerimento do accionista com assignatura d'este, reconhecida nos termos dos §§ 2.º e 3.º do artigo 364.º, no qual conste a especie de onus que quer inscripto, as suas condições e o nome e residencia da pessoa a favor de quem o quer constituir.

§ 2.º Apresentando-se o accionista ou seu procurador com o requerimento e com os titulos das acções referentes, tomar-se-ha nota de apresentação nos termos do artigo 384.º, e o averbamento respectivo caducará se dentro de 30 dias não fôr convertido em definitivo por aquelle a cujo favor estiver constituido o onus.

§ 3.º Os effeitos da conversão, em definitivo, do averbamento provisorio, retrotrahir-se-hão á data da apresentação para o averbamento provisorio, para o fim de preferencia e outros effeitos legaes.

§ 4.º O accionista que obtiver o averbamento provisorio pode, em requerimento, nos termos do § 2.º, pedir o seu cancellamento, provando por declaração assignada por aquelle a cujo favor estava constituido o onus, e reconhecida pelo tabellião na sua propria fé, que não se realisou o acto ou contracto para cuja garantia fôra constituido o averbamento provisorio.

Art. 376.º O arresto ou a penhora das acções será feita na Administração, verificando-se, em presença do catalogo e do livro dos averbamentos, se as acções respectivas estão averbadas em nome da pessoa constante do mandado, e quaes os onus que n'ellas pesam, consignando-se o resultado no respectivo auto que será assignado tambem pelo escrivão da Administração, ou quem suas vezes fizer.

§ 1.º Para se proceder á penhora nas execuções processadas na propria Administração, não se carece do mandado que a determine.

§ 2.º Não podem ser arrestadas ou penhoradas as acções que estejam emitidas ou averbadas em nome diverso do que constar do respectivo mandado.

§ 3.º O escrivão que proceder á penhora ou arresto deixará logo na Administração uma copia do auto respectivo, assignando elle a nota da apresentação, para, em face da mesma copia, se fazer o competente averbamento.

§ 4.º Quando a penhora é feita nas execuções processadas na propria Administração, o averbamento será feito em presença do auto original.

§ 5.º O escrivão que proceder á penhora ou arresto, ou o official respectivo, intimará em seguida o possuidor dos titulos das acções arrestadas ou penhoradas para, sob pena de desobediencia, entregal-as na Administração no praso de 8 dias, a fim de se fazer n'ellas a competente annotação, e conserval-as em deposito na Administração.

§ 6.º Quando, depois da intimação a que se refere o § antecedente, o accionista venha declarar que as respectivas acções ficam empenhadas em qualquer cofre ou em mãos particulares, o administrador requisitará, no primeiro caso, ás auctoridades competentes a remessa dos respectivos titulo em oito dias, e, no segundo, mandará intimar o crédor para entrega dos mesmos titulos em igual praso, a fim de se lançar as annotações referentes penhora ou arresto, ficando os titulos em deposito na Administração.

§ 7.º Na mesma occasião tambem mandará citar pessoalmente todos os individuos, a cujo favor estiver inscripto algum onus anterior, para assistir aos termos de execução.

§ 8.º Se, depois de arrestados ou penhorados, forem apresentados na Administração os respectivos titulos para qualquer averbamento, serão retidos, lançando se n'elles immediatamente a annotação do arresto ou penhora (modelo n.º 24).

§ 9.º Feito o averbamento do arresto ou penhora, o administrador ordenará ao escrivão da respectiva Communidade para conservar os seus dividendos no cofre á ordem de quem determinou o arresto ou penhora, quando seja caso d'isso.

§ 10.º Cancellado o arresto ou penhora em virtude do mandado de quem o determinou, ou em frente da execução julgada extincta na propria Administração, os dividendos vencidos e accumulados no cofre ficam livres ao possuidor dos titulos arrestados ou penhorados, se a respeito d'elles nada estiver determinado no mandado ou na sentença da propria Administração.

§ 11.º Procedendo-se na execução á arrematação ou adjudicação das acções penhoradas, expedir-se ha mandado para, pela Administração, ser feito o cancellamento do arresto ou penhora, e o averbamento de transmissão a favor do comprador e a annotação dos titulos respectivos, que lhe serão entregues, observando-se ácerca dos dividendos anteriores o que fica disposto no § antecedente.

§ 12.º Nas arrematações feitas na propria Administração far-se ha este cancellamento e o averbamento em presença do respectivo processo.

§ 13.º No caso do possuidor não ter entregue os titulos das acções em virtude da intimação prescripta nos §§ 5.º e 6.º, e não justificar a sua perda ou a existencia em poder d'outrem, o administrador levantará auto, que remetterá ao Ministerio publico para lhe ser imposta a pena de desobediencia, e dará por inutilizados os mesmos e expedirá novos na fórmula do n.º 2.º do artigo 387.º.

Art. 377.º Proceder-se ha nos termos dos §§ 5.º, 6.º e 13.º do artigo antecedente, quando, por despacho ou sentença judicial. se mande entregar, por qualquer fundamento, acções a pessoa diversa da do possuidor, e este se recuse a fazer a entrega depois de intimado.

Art. 378.º A reversão das acções ao estado anterior á imposição de quaesquer onus far-se ha por meio de cancellamento do averbamento do respectivo onus (modelos n.ºs 23 e 24).

§ unico. Na apresentação dos documentos para o cancellamento e nos seus ultteriores observar-se hão as mesmas regras prescriptas para averbamentos.

Art. 379.º O averbamento ou cancellamento de onus sobre as acções será annotado no livro da inscripção dos accionistas de cada Communidade pela forma prescripta no § unico do artigo 497.º.

## CAPITULO IV

### Disposições communs á transmissão das acções e á constituição de onus

Art. 380.º A transmissão das acções por *pertences*, ou qualquer onus n'ellas imposto, não terá effeito algum, nem para com terceiro nem para com a Communidade, antes do seu averbamento na Administração.

§ 1.º Na transmissão das acções, na consignação e no usufructo de dividendos d'ellas começa da data do averbamento o direito a perceber os dividendos, salvo se outra coisa se estipular expressamente.

§ 2.º Qualquer accordo que haja a tal respeito não pode ser consignado no *pertence*, e o documento em que foi feito deverá ser apresentado na Administração com o titulo em que foi lançado o *pertence*, para ser considerado no averbamento.

Art. 381.º Os averbamentos, qualquer que seja a sua especie, serão annotados no catalogo das acções de que trata o n.º 9.º do artigo 339.º, lançando-se em seguida no indice respectivo o numero do titulo em nome d'aquelle a quem o titulo estiver averbado, ou a favor de quem estiver consignado o onus.

Art. 382.º Para os fins dos averbamentos de transmissões e de onus consignados nas acções haverá na Administração dois livros de averbamentos, sendo um d'estes destinado para averbamento de transmissão, e outro para averbamento e cancellamento de onus.

Art. 383.º Para promover qualquer averbamento serão apresentados na Administração os respectivos titulos das acções, com os documentos em que estiver estipulada a caução, penhor, usufructo ou consignação, ou em que se provar a transmissão.

§ unico. Quando o apresentante não fôr o interessado, deverá apresentar-se mais uma declaração d'este, por elle assignada, sendo a assignatura reconhecida pelo tabellião.

Art. 384.º Apresentados os titulos e os documentos, será lançada no livro da porta nota da sua apresentação com a assignatura do apresentante e do transmittente, no caso do § unico do art. 366.º, ou de outro a rogo e duas testemunhas quando aquelles não saibam assignar.

§ 1.º Pela ordem d'estas notas far-se-hão os averbamentos, e regular-se-hão as preferencias, se os averbamentos não forem recusados.

§ 2.º Ainda quando a apresentação se refira a acções de diferentes Communidades, far-se-ha unico averbamento.

§ 3.º Quando pela insufficiencia dos documentos, ou por defeitos dos *pertences*, fôr recusado algum averbamento, o administrador dará nota da recusa ao apresentante, em vista da qual pode este recorrer para o Conselho de provincia no praso de 10 dias a contar da entrega da nota.

§ 4.º Se o recurso fôr provido, o averbamento feito em sua consequencia reputar-se-ha como feito na data da primitiva apresentação.

§ 5.º O averbamento, uma vez recusado por insufficiencia de documentos, ou por irregularidade do *pertence*, não pode ser feito depois em face dos mesmos documentos e *pertence*, salvo se o apresentante satisfizer as duvidas, ou se obtiver provimento no recurso.

Art. 385.º Feito o averbamento de transmissão ou de onus, o administrador fará lançar nos titulos das acções referentes os *pertences* e annotações respectivas, segundo os modelos n.ºs 21 e 24, e os assignará com o seu nome por inteiro.

Art. 386.º A declaração do transmittente e os documentos, em vista dos quaes se fez o averbamento, ficarão archivados na Administração, quando não sejam extrahidos dos livros, cartorio ou Repartição publica.

Art. 387.º Sómente poderá renovar-se o titulo da acção:

1.º No caso de destruição, perda ou desaparecimento do titulo, comprovado perante o administrador, com prévio annuncio de 60 dias no *Boletim official*, e em um jornal da localidade, chamando quaesquer interessados a tomarem conhecimento da renovação, salvo se ao administrador forem apresentados os restos do titulo destruido, e por elles se puder verificar a sua identidade, caso em que não é necessaria outra prova;

2.º Nos casos previstos no § 13.º do artigo 376.º e no § 3.º do artigo 734.º;

3.º Quando no verso do titulo não haja espaço sufficiente para se escrever novo *pertence* e annotação.

§ 1.º Em qualquer dos casos o novo titulo terá a numeração do primitivo, com additamento de uma letra alphabetica por sua ordem e declaração de que houve renovação, devendo copiar-se no verso as annotações de onus que n'elle pesam e estejam vigorando, e sendo inutilisado pelo administrador o titulo substituido.

§ 2.º Sempre que fôr expedido novo titulo, sem ser inutilisado o anterior por se recusar a sua entrega, ou por se provar o seu desaparecimento ou perda, o administrador annunciará este facto no *Boletim official*, declarando n'elle o numero da acção e do titulo



e o nome do possuidor a cujo favor estava emitido ou feito o ultimo averbamento de transmissão.

§ 3.º A renovação e divisão do titulo não obrigam ao pagamento do sello.

Art. 388.º A renovação e divisão do titulo podem ser requeridas por aquelles que n'elle tiverem interesse, pagando as respectivas despesas.

## TITULO IV

### DA ESCRIPTURAÇÃO E CONTABILIDADE

#### CAPITULO I

##### Da escripturação da administração das Commuidades

Art. 389.º Em cada Administração das Commuidades haverá, para o expediente do serviço, os seguintes livros fornecidos pelo cofre geral:

- 1.º Livro de posse e assentamento dos empregados;
- 2.º Livro do ponto;
- 3.º Livro da porta;
- 4.º Livro de registo das determinações superiores de execução permanente;
- 5.º Livro de registo de correspondencia com a Secretaria geral, das informações prestadas nos requerimentos e processos submettidos á decisão do governador geral e do Conselho de provincia;
- 6.º Livro de registo de correspondencia com diversas auctoridades e funcionarios publicos;
- 7.º Livro de registo de correspondencia e ordens dirigidas aos funcionarios e empregados das Commuidades;
- 8.º Livro de termos e cauções;
- 9.º Livro-catalogo das acções, — um por cada Commuidade;
- 10.º Livro de averbamento da transmissão das acções;
- 11.º Livro de averbamento e cancellamento de onus nas acções;
- 12.º Livro de distribuição e registo dos processos das execuções;
- 13.º Livro de receita dos emolumentos communs;
- 14.º Livro de receita, despesa e derramas do cofre geral das Commuidades;
- 15.º Livro-caixa;
- 16.º Livro de contas correntes com as Commuidades;
- 17.º Livro de inventario;
- 18.º Livro do registo de preparos.

§ 1.º Todos estes livros serão de papel almasso e rubricados pelo administrador, sendo previamente numerados por qualquer empregado da Administração.

§ 2.º Os livros n.ºs 1.º, 3.º, 9.º, 10.º, 11.º e 12.º serão escripturados segundo os modelos n.ºs 25, 26, 19, 22, 23 e 27, respectivamente.

§ 3.º A escripturação dos livros n.ºs 14.º a 16.º, e a contabilidade do cofre geral, regular-se-ha pelas disposições prescriptas para a escripturação e contabilidade das Commuidades.

Art. 390.º O livro da porta será dividido em duas partes: a 1.ª destinada para o registo dos requerimentos e papeis officiaes entrados, e a 2.ª para nota das apresentações dos titulos e documentos para averbamentos; e estará sempre patente a quem o quizer ler, á hora em que se não faz a sua escripturação.

Art. 391.º Em cada folha dos livros n.ºs 4.º, 5.º, 6.º e 7.º se guardará o espaço indispensavel em ambas as margens, para á direita se lançar o extracto do officio, nota ou documento registado, e á esquerda quaesquer referencias anteriores ou posteriores que o objecto envolva.

Art. 392.º O orçamento annual do cofre geral, a que se refere o n.º 3.º do artigo 149.º, será organizado pelo escrivão da Administração, como o processo, dando o administrador a sua informação no fim.

§ 1.º A receita e despesa deve ser especificada em variavel e invariavel, em analogia com o disposto nos artigos 421.º e 422.º, fundamentando-se, em seguida, com as autorisações respectivas.

§ 2.º Juntar-se ha ao orçamento copia do anno immediatamente anterior e do despacho da sua approvação.

§ 3.º No rosto do processo, logo em baixo do titulo, apresentar-se ha o resumo da receita, despesa e *deficit* que haja.

Art. 393.º As certidões de teor ou narrativas dos livros da Administração, dos papéis e processos n'ella pendentes ou archivados, serão passadas pelo escrivão da Administração independentemente de despacho do administrador, sendo communs os seus emolumentos.

§ 1.º As certidões dos processos de execução em curso, e a que fôr entregue ao executado depois de sentença final para lhe servir de documento de pagamento, serão do mesmo modo passadas sem despacho, mas pelo escrivão do processo, de quem serão privativos os seus emolumentos.

§ 2.º Archivados, porém, os processos de execução depois de findos, as suas certidões serão passadas nos termos d'este artigo.

§ 3.º De todas as certidões narrativas, o escrivão, que as passar, conservará na Administração as minutas archivadas chronologicamente.

## CAPITULO II

### Da escripturação e contabilidade das Communidades

#### SECÇÃO I

##### Disposições geraes

Art. 394.º As Communidades terão, para a escripturação e contabilidade, os seguintes livros:

- 1.º Livro de actas;
- 2.º Livro-caixa;
- 3.º Livro de receita e despesa;
- 4.º Livro de contas correntes;
- 5.º Livro de outorgas;
- 6.º Livro de cargas;
- 7.º Livro de contractos;
- 8.º Livro de diversos termos e autos;
- 9.º Livro de registo de ordens superiores;
- 10.º Livro de registo de usurpações;
- 11.º Livro de registo de reclamações;
- 12.º Livro de inscripção dos jonpeiros;
- 13.º Livro de inscripção dos accionistas;
- 14.º Livro tombo 1.º;
- 15.º Livro tombo 2.º (A até D);
- 16.º Livro de inventario;
- 17.º Livro de bouços, onde os houver.

§ unico. Todos os livros mencionados serão permanentes, á excepção do de contas-correntes que será annual.

Art. 395.º Esses livros serão de papel almasso, e devem ser rubricados pelo administrador ou qualquer empregado da Administração com sua auctorisação, lavrando se termo de abertura e encerramento, e declarando-se n'este ultimo o numero de folhas que, préviamente, serão numeradas pelo escrivão da Commuidade respectiva.

§ 1.º Os livros terão mais ou menos folhas, segundo o movimento da Commuidade.

§ 2.º Não se poderá perceber emolumento algum pela rubrica.

§ 3.º A escripturação deverá ser simples e clara, sem entrelinha ou emenda que não seja resalvada no fim do auto, acto, termo ou verba em que foi feita.

Art. 396.º Toda a escripturação deverá acusar o livro e folhas ou documentos, com que tiver relação.

Art. 397.º Todos os actos, termos, verbas e autos se escreverão no livro competente com clareza e distincção, de modo que facilmente se possam examinar.

Art. 398.º As quantias serão lançadas por extenso e mais por algarismos no lugar competente.

§ unico. No livro de contas correntes podem, porém, sel-o só em algarismos.

Art. 399.º De verba á verba, ou de um a outro acto escripturado, se guardará em branco sómente o espaço indispensavel.

Art. 400.º Não se assignará escripturação alguma sem que seja lida aos que têm de as assignar. e sem que sejam corrigidos os enganos que se tenham achado.

Art. 401.º Todos os livros deverão estar promptos com rubrica, pelo menos, um mez antes de findarem os que estiverem em uso.

Art. 402.º Os livros findos, que não forem precisos para escripturação ordinaria annual, serão archivados em ordem e regularidade, trazendo cada um o competente rotulo, em que se designe a natureza do livro, o anno a que se refere, e lançados no inventario.

Art. 403.º Todos os orçamentos, processos e mais papeis da Commuidade serão do mesmo modo archivados, reunidos em maços e divididos por annos e assumptos, tendo cada maço a competente resenha dos papeis que encerra.

§ 1.º Os documentos que tiverem de ser remetidos em originaes ás auctoridades, por determinação d'estas, serão substituidos dos maços respectivos por copias officiosamente tiradas e authenticadas pelo escrivão que as extrahir.

§ 2.º Os livros findos e os papeis sobre que tiverem passado mais de 10 annos serão recolhidos no archivo geral nos termos prescriptos no titulo 7.º

Art. 404.º As certidões de teor ou narrativas, tanto dos livros e papeis correntes, como dos archivados na Commuidade, serão passadas pelo escrivão independentemente de despacho.

§ 1.º As certidões de teor serão passadas transcrevendo os documentos d'onde são extrahidas litteralmente de *verbo ad verbum*.

§ 2.º Quando o acto exarado contiver assumptos diversos e não connexos, e fôr pedida a copia de um ou mais assumptos, a certidão conterá a copia litteral do começo do acto, do assumpto pedido, do encerramento e das assignaturas, substituido com reticencias o assumpto desconnexo não transcripto.

§ 3.º As certidões narrativas, quando reportadas ao tombo 2.º, deverão conter, além da inscripção, todos os onus e encargos que pesarem sobre a propriedade a que ella se referir.

Art. 405.º Toda a certidão será passada pelo escrivão dentro de 5 dias, sob pena de suspensão e indemnisação do prejuizo.

§ unico. Se, para passar a certidão requerida, fôr necessario compulsar mais de um livro, o administrador poderá prorogar este praso a pedido do escrivão.

Art. 406.º Cada archivo terá um inventario de todos os livros, documentos e outros papeis existentes n'elle, mencionando-se o estado em que se acham.

§ 1.º Em presença d'este inventario o administrador examinará por si ou por seu commissario, sempre que julgar conveniente, os archivos das Commuidades, e verificará a existencia, boa conservação e ordem dos livros e papeis que elles contêm, lavrando-se do resultado auto no livro de diversos termos.

§ 2.º O administrador ou seu commissario e o escrivão da Administração não terão direito a emolumento algum pelo trabalho de exame, mas sómente o caminho.

Art. 407.º Nenhum livro ou papel sahirá do archivo da Commuidade, salvo para a Administração e de ordem do administrador, ou nos casos determinados n'este codigo.

§ unico. Nos casos crimes ou quaesquer outros, o juiz, dirigindo-se ao sitio do archivo da Commuidade, pode proceder ao exame dos livros que lhe forem necessarios, participando préviamente o dia e hora ao administrador para dar as providencias necessarias, ou poderá fazer o exame na Administração das Commuidades requisitando que para ella sejam trazidos os livros precisos.

Art. 408.º A escripturação especial de cada livro far-se-ha segundo as regras e modelos prescriptos nas secções seguintes.

Art. 409.º Não é permittido tomar assento algum, nem fazer outro acto qualquer de interesse da Comunidade, senão exarando-se logo no livro competente.

§ 1.º Os escrivães que exararem taes actos em papel avulso ou em livro incompetente serão punidos com a pena de suspensão de 30 dias.

§ 2.º Quando por algum inconveniente se não possa exarar no livro competente qualquer acto, e haja urgencia em pratical o, o administradar, verificada esta circumstancia, poderá auctorisar que se escreva em outro livro, que designará e do qual será transcripto para o respectivo livro; logo que cesse o inconveniente.

Art. 410.º Os livros da Comunidade têm fé publica, e os seus archivos considerar-se-hão publicos para todos os effeitos do § 2.º do artigo 2:423 do Codice civil.

Art. 411.º A escripturação e contabilidade das Comunidades será feita em portuguez.

§ unico. Esta obrigação não será rigorosamente exigida nas Novas Conquistas durante o praso de cinco annos, devendo, porém, os candidatos a escrivancias darem provas no concurso, tanto em portuguez, como em maratha.

## SECÇÃO II

### Do livro de actas

Art. 412.º O livro de actas deve ser escripturado exarando-se as actas da Junta e da Comunidade.

§ 1.º Este livro terá em cada pagina duas columnas, uma á margem direita e outra á esquerda, servindo a primeira para se lançar a nota das actas anteriores ou posteriores com que tenham relação, e a segunda para se pôr o respectivo extracto.

§ 2.º Nas actas se declarará o que se venceu e as opiniões e protestos dos vencidos.

§ 3.º A redacção das actas é da competencia de quem presidir á sessão; o voto singular de qualquer dos seus membros e os votos consultivos do procurador e escrivão serão redigidos por elles proprios.

## SECÇÃO III

### Do livro-caixa

Art 413.º Toda a receita e despesa da Comunidade será arrecadada e paga á bôcca do cofre, e toda a entrada e sahida de dinheiro no cofre será consignada no livro-caixa.

Art. 414.º O livro-caixa será escripto segundo o modelo n.º 28, exarando na pagina á esquerda as verbas da entrada de dinheiro, e na pagina á direita as da sahida, sendo estas assignadas por quem receber o dinheiro, e o encerramento de abertura do cofre por todos os clavicularios.

Art. 415.º Em cada uma das paginas se abrirão duas casas á direita e uma á esquerda, servindo esta para se fazer referencia á conta-corrente para a qual é transportado um credito ou debito, a somma da entrada ou sahida, e, das duas á direita, a primeira para lançar em algarismos as quantias recebidas e pagas, concernentes á gerencia corrente, e a segunda para o lançamento das referentes ás gerencias passadas.

Art. 416.º No fim de cada trimestre o escrivão, feitas no livro as sommas da entrada e sahida, dará balanço em papel separado, apurando o saldo em caixa, e, junto com os mais clavicularios, verificando o mesmo saldo no cofre, passará, em seguida ao balanço, certidão da quantia existente n'elle, assignada pelos mesmos clavicularios, e o remetterá á Administração dentro dos primeiros 8 dias do mez immediato, sob pena de multa de dez rupias.

§ unico. As sommas que se transportarem para se dar este balanço serão reportadas ás folhas do livro-caixa, d'onde foram extrahidas, devendo indicar-se tambem o numero de ordem das verbas da entrada e da sahida.











































